

BALANÇO
2008

SENADO

Senado Federal - Brasília DF

Edição Especial nº4 - Dezembro de 2008

Por um
Legislativo
mais forte



Democratas falando sério Direito AGENCIA BRASIL infojôia O GLOBO

Ciência e Tecnologia Ministério da Ciência e Tecnologia DIGA NÃO À BROTIÇÃO INFANTIL veja fundação ROTA BRASIL OESTE

Agência SENADO



Biodiesel Brasil VIGILÂNCIA DE FARMACIA mercado inforum DireitoNet

JusBrasil Notícias BIFER arpenbrasil Jota7.com Página Pública.com dlap deficienteonline

Mídia & Política Nominato.com Revista Brasileira de Risco e Seguro TRóTm Convergência Digital Vestcon

Os principais sites do país utilizam o noticiário produzido pela Agência Senado.

Tudo o que acontece no Senado Federal com **CREDIBILIDADE** atestada, principalmente por VOCÊ.

DST-AIDS GRACABEIRO GOMARRES FOCRUZ CEREJA RA Eugenio de Lima e Pitella

Concursos Rede APL mineral a@adigital.net Jornal de Brasília JORNALISMO

www.senado.gov.br/agencia

CAPITALNEWS.COM.BR SINDICATO ANDES NACIONAL Ministério Público do Estado de Goiás FOLHA ONLINE

STF AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA G1 UOL

Universidade de Brasília ATARDE RADIOBRÁS

REUTERS BRASIL ÚLTIMO SEGUNDO Valor

Comunidade terra GAZETA ONLINE

DIÁRIO DO COMÉRCIO



Autonomia sempre

Durante muito tempo, e para muita gente, o Senado Federal foi visto como uma Casa lenta e prudente na avaliação dos fatos e problemas nacionais. Comportamento derivado da sua condição de representante maior dos interesses federativos e também por ser integrada, quase sempre, por políticos mais experientes, que passaram por outros cargos legislativos e também do Executivo – da prefeitura à Presidência da República.

Se a qualificação de prudência é verdadeira, a de lentidão não procede. A História registra a responsabilidade do Senado diante das demandas da República e dos graves problemas, estruturais ou conjunturais, que afetam a nação. Em outras palavras, o Senado age no tempo que permite a política.

No decorrer de 2008, essa responsabilidade continuou a afirmar-se. E com um ingrediente novo: a par de responder às suas obrigações de legislador constitucional, o Senado proclamou em alto e bom som – pelas vozes de seu presidente, dos líderes partidários e senhores e senhoras senadores – sua vocação de Poder autônomo e independente; bradou por um tempo de despertar.

Democracia sem o equilíbrio dos Poderes é uma temeridade que paira sempre como espada sobre a cabeça

da nação; República com a subordinação de qualquer um dos seus Poderes é simplesmente fraude.

Neste curto período que estive à frente dos destinos administrativo e político da Casa, pautei-me pelo diálogo, pela busca da conciliação, pelo entendimento de que a diversidade inerente à instituição tinha de plasmar-se em ações concretas, na perspectiva dos interesses maiores da Federação e do povo brasileiro. E o resultado do trabalho, que é de todos os senadores, está refletido nas páginas desta revista de balanço de 2008, editada pelo Jornal do Senado, veículo integrado à Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS).

Nesses 12 meses o Senado fez muito, embora haja ainda um imenso caminho a ser trilhado. A modernidade aportada pela velocidade da tecnologia e da informação, por exemplo, clama por mais modernização, superando atrasos e conservadorismos de toda espécie; um novo Regimento Interno torna-se inadiável para que se estabeleça a verdadeira isonomia quanto à ação parlamentar; as instâncias de decisão – comissões e Plenário – não podem ficar paralisadas por força de instrumentos legais como as medidas provisórias, hoje banalizadas.

O Senado deve ser respeitado como instância legisladora da República.

Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

SENADO

SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich

Diretora da Agência Senado: Valéria Ribeiro

Editor-chefe: Valter Gonçalves Jr.

Editor assistente: Mikhail Lopes

Editores: Suely Bastos, Flávio Faria, Eduardo Leão, João Carlos da Silva Teixeira, Rafael Faria, Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Maria Lúcia Sigmaringa, Marba Furtado, Mariuza Vaz, Rita Nardelli, Suely Bastos, Flávio Mattos

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Reportagens: Raissa Abreu, Sylvio Guedes, João Carlos da Silva Teixeira, Mikhail Lopes, Nelson Oliveira, Marcos Magalhães, Eli Teixeira, Augusto Castro, Cláudio Bernardo, Cristina Vidigal, Elina Rodrigues, Geraldo Sobreira, Gorette Brandão, Helena Daltro Pontual, Iara Borges, Iara Altafin, Jorge Frederico, José Paulo C. Tupynambá, Laércio Franzon, Laura Fonseca, Paulo Vasco, Ricardo Kassatti, Ricardo Koiti Koshimizu, Silvia Gomide, Simone Franco, Teresa Cardoso e Valéria Castanho.

Diagramação: Bruno Bazílio, Sergio Luiz Gomes da Silva e Osmar de Jesus Miranda

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

CAPA: Cirilo Quartim sobre foto de Alessandro de Souza, vencedor, no quesito plástica, do Concurso de Fotografias do Legislativo Federal, que teve como tema "O Meio Ambiente no Planalto Central"

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo Almeida e Rita Avellino

Arquivo de Fotografia: Éilda da Costa, Bárbara Barbosa Batista, Braz Félix, Ana Volpe e Vanessa Dantas Ferreira

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima e Roberto Suguino

Circulação e Atendimento ao Leitor: Shirley Velloso Alves

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Júlio Pedrosa

O noticiário da Revista Senado foi elaborada pelas equipes do Jornal do Senado e da Agência Senado e pode ser reproduzido mediante citação da fonte

Senado Federal: Palácio do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes – Anexo I – Térreo – 70165-900 – Brasília (DF)

Jornal do Senado: (61) 3303-3333

E-mail: jornal@senado.gov.br

Agência Senado: (61) 3303-3327

E-mail: agencia@senado.gov.br

Alô Senado – Central de Relacionamento com o Cidadão: 0800 61-2211

E-mail: alosenado@senado.gov.br – Fax: 0800 61-2210

Central telefônica: (61) 3303-4141 – Internet: www.senado.gov.br

Publicações do Senado: Subsecretaria de Edições Técnicas: (61) 3303-3575 e 3303-3576

E-mail: livros@senado.gov.br

Tramitação de projetos: Secretaria de Informações – (61) 3303-3325 e 3303-2572

Biblioteca do Senado: (61) 3303-3943 e 3303-3944

E-mail: sbib@senado.gov.br

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado

FALE COM OS SENADORES

O cidadão pode enviar carta e e-mail ou telefonar diretamente para o parlamentar em seu gabinete. Por carta, deve endereçar o envelope ao Senado e escrever o nome do parlamentar. Para entrar em contato com o gabinete, basta consultar a lista com os telefones e endereços eletrônicos na internet (www.senado.gov.br) ou os serviços de atendimento com chamadas telefônicas gratuitas pelo 0800.

VISITE O SENADO

Os cidadãos podem agendar visitas ao Senado pelos telefones (61) 3303-2149 e 3216-1771. O passeio é guiado por funcionários. Para grupos de até dez pessoas não é necessário agendar, exceto estrangeiros, para que seja providenciado tradutor. O acesso se dá pela rampa do Salão Negro e o tempo médio da visita é de 50 minutos. O serviço é gratuito e funciona todos os dias. As visitas são feitas a cada meia hora, das 9h30 às 17h.



- 6 **Senado**
Tempo de Despertar
- 12 **Memória**
Crença da política com ética
Voz do agronegócio
- 14 **Congresso**
Desequilíbrio de Poderes
- 19 **Crise econômica**
Até o Brasil é vítima de Wall Street
- 21 **Orçamento**
O custo da crise
- 23 **Administração Pública**
A lista dos banidos
- 26 **Sistema Político**
Eleições sob novas regras
- 28 **Municípios**
Mudança para quê?
- 30 **Saúde**
Quem paga a conta



MOREIRA MARIZ



JOSE CRUZ

33 Meio Ambiente
Desmatamento e discórdia

36 Educação
Propostas educa

40 Ciência e tecnologia
Esperança na biotecnologia

42 Fotos
Imagens de 2008

51 Comunicação
Polêmica em cartaz

52 Esporte e cultura
Fracasso olímpico?

54 Desenvolvimento
Indústria turbinada

56 Tributação
Reforma no fisco

58 Energia
As riquezas futuras

60 Infra-estrutura
Novo rumo ao Velho Chico

62 Agricultura
Escassez de comida

64 Trabalho e previdência
Profissão: garimpeiro

67 Idosos
Momento de ouvir

68 Direitos sociais
Em defesa da igualdade racial

70 Direitos do consumidor
À vista tem que ser mais barato

71 Acessibilidade
Direito à dignidade

72 Crianças e adolescentes
A defesa dos inocentes

74 Mulher
Respeito à mãe detenta

75 Justiça
Processo penal mais rápido

76 Segurança pública
Com a mira no dinheiro sujo

80 Forças Armadas
Recompondo as Forças

81 Relações exteriores
Nuestro Parlamento

84 Institucional
Eficiência em primeiro lugar

Tempo de despertar

Interferência do Executivo e do Judiciário em questões do Legislativo foi o principal desafio de Garibaldi Alves Filho na Presidência do Senado

Alçado à Presidência do Senado em meio a uma das maiores crises de credibilidade da história da instituição, o jornalista potiguar Garibaldi Alves Filho declarou que escolhera como missão a reconstrução da imagem do Legislativo e a elaboração de uma agenda própria, independente. “O Senado vai escrever uma nova página na história”, prometeu em dezembro de 2007.

Ao abrir os trabalhos legislativos de 2008, Garibaldi, eleito para comandar a Casa durante um ano, expôs as linhas mestras do trabalho que desenvolveria. A espinha dorsal de sua atuação seria o resgate do papel do Legislativo. A seu ver, se, por um lado, o Executivo se apropria

cada vez mais da elaboração das leis por meio de medidas provisórias (MPs), por outro cresce a demanda pela interpretação legislativa pela via judiciária.

“Não somos contrários ao papel das cortes de interpretar o espírito constitucional em matéria política, mas não podemos admitir que, sob o argumento da ausência de norma, o Judiciário extrapole sua missão constitucional e passe a operar uma agenda legislativa”, afirmou o presidente na ocasião.

As MPs que travam a pauta do Congresso, por sua vez, foram o principal

alvo das críticas de Garibaldi em todo o ano. Também no discurso de abertura dos trabalhos legislativos, ele observou que, “a cada medida provisória editada sem os critérios de relevância e urgência, a Constituição é rasgada com desprezo”.

Na cerimônia de comemoração dos 20 anos da Carta Magna no Palácio do Planalto, em outubro, o senador insistiu no

assunto da invasão dos outros Poderes da República sobre o Congresso na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes.

Presidente por um ano, Garibaldi Alves Filho prometeu resgatar a imagem do Senado



Garibaldi Alves preside sessão plenária, ao lado de Serys Slhessarenko: edição de medidas provisórias foi motivo de tensão constante



Apesar do clima festivo, já na abertura dos trabalhos as diferenças do Congresso com o Executivo e o Judiciário ficaram claras

Instado constantemente pelos líderes dos partidos de oposição a tomar uma atitude mais drástica quanto às MPs, o presidente do Senado advertiu o governo. “Precisamos resistir ao avanço do Executivo”, disse várias vezes.

O ápice do enfrentamento entre Legislativo e Executivo em torno das MPs, porém, se deu bem depois, em novembro, quando Garibaldi devolveu à Presidência da República a polêmica MP das Filantrópicas (446/08), que, a seu ver, violava preceitos constitucionais e regimentais. Além de regulamentar a concessão de títulos de filantropia, a MP isentava de dívidas tributárias mais de 2 mil entidades acusadas de fraudes contra a Receita Federal e o INSS. Questionado pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), Garibaldi pediu à CCJ que decidisse sobre a constitucionalidade de sua decisão.

“Omissões do Congresso inserem o país no terreno do efêmero”, disse o senador

Ele também chamou o próprio Poder Legislativo a assumir suas responsabilidades constitucionais. As omissões do Congresso contribuiriam para inserir o país no “terreno do efêmero”: medidas provisórias, medidas cautelares e insegurança jurídica, advertiu.

– Se não formos capazes de ocupar na plenitude as ações que por direito e dever nos cabem, seremos permanentemente objeto de

execração pública – afirmou.

A preocupação com o tema fez de um novo trâmite para as MPs um dos principais itens da agenda de 2008 (*leia mais na página 15*). Outras prioridades foram as reformas tributária e política, com propostas enviadas ao Congresso pelo Executivo. Mesmo tramitando na Câmara dos Deputados, as duas reformas foram discutidas pelo Senado. Um relatório paralelo, para acelerar as dis-

cussões sobre as novas leis tributárias, foi apresentado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) em novembro (*leia na página 56*).

O Código de Processo Penal, de 1941, também esteve sob o foco do Senado, que criou uma comissão especial, formada por juristas, para discutir a mudança da lei (*veja na página 75*).

A crise deflagrada pelos grampos ilegais que espionavam o presidente do STF levaram Garibaldi a reunir-se, em setembro, com senadores da base do governo e da oposição, juntamente com o próprio Gilmar Mendes e o presidente Lula para buscar uma solução definitiva para o caso (*leia mais na página 9*).

Coube ainda a Garibaldi Alves a tarefa de fazer cumprir no Senado a súmula do Supremo que proibiu a contratação de parentes nos três Poderes, num dos momentos mais delicados de seu mandato (*leia mais na página 11*).



MOREIRA MARIZ

Senadores Alvaro Dias (E) e Serys Shlessarenko recebem o presidente da Lituânia, Valdas Adamkus



JANE ARAÚJO

Recepção a Matti Vanhanen, primeiro-ministro da Finlândia



GERALDO MAGELA

Garibaldi, Inácio Arruda e Teodoro Obiang, presidente da Guiné Equatorial

Presidente recebeu líderes de todo o mundo

As visitas de autoridades e personalidades ao Senado tornaram-se mais descontraídas na gestão de Garibaldi Alves. O presidente da Casa cantou *A noite do meu bem*, de Dolores Duran, com a atriz Lady Francisco, e chegou a fazer o príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, dispensar as rígidas regras do protocolo. Entre as autoridades estrangeiras que Garibaldi recebeu em 2008, destacam-se as presidentes da Argentina, Cristina Kirchner, e da Índia, Pratibha Patil, além dos presidentes da Nigéria, Umaru Yar'Adua; Lituânia, Valdas Adamkus; Eslovênia, Danilo Türk; Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono; e Coréia do Sul, Lee Myung-bak.

JANE ARAÚJO



Chanceler Alfred Gusenbauer visita a Casa acompanhado de empresários austríacos

Garibaldi recebe a presidente da Argentina, Cristina Kirchner



GERALDO MAGELA

MOREIRA MARIZ



Com o presidente da Coréia do Sul, Lee Myung-bak (sentado)

JANE ARAÚJO



Presidente do Senado cumprimenta o presidente da Eslovênia, Danilo Türk



WILSON DIAS/ABF

No calor do escândalo dos grampos ilegais, Garibaldi (C), acompanhado de Demostenes (E) e de Tião Viana, foi ao Palácio do Planalto cobrar providências do presidente Lula

Crise na República dos grampos

A denúncia da revista *Veja* de que conversas entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO) teriam sido gravadas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pela Polícia Federal (PF) deflagrou um dos principais episódios políticos do ano. O escândalo dos grampos desaguou no Congresso na forma de uma CPI na Câmara dos Deputados e na atuação mais efetiva da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), presidida por Heráclito Fortes (DEM-PI).

Segundo a revista, citando informações de um servidor anônimo da Abin, até ministros do próprio governo – como José Múcio, das Relações Institucionais, e Dilma Rousseff, da Casa Civil – e políticos governistas e da oposição teriam sido grampeados. As gravações telefônicas teriam sido feitas durante a Operação Satiagraha, levada a cabo pela PF em julho contra uma quadrilha acusada de crimes como desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro. Após dois anos de investigações, em um só dia foram presos o banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e o megain-

vestidor Naji Nahas. Os métodos de investigação, porém, foram questionados por parlamentares, pela imprensa, pelo Judiciário e por parte do Executivo.

Com o episódio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afastou temporariamente a cúpula da Abin, incluindo o diretor Paulo Lacerda, e determinou que o Ministério Público e a Polícia Federal abrissem investigações. Duas semanas depois, tendo já o Senado votado projeto de lei contra os grampos ilegais, Lula enviou ao Congresso outra proposta com penas mais severas para a prática de espionagem ilegal (*leia mais na página 69*).

Brasília viveu a neurose das escutas telefônicas. As operadoras de telefonia informaram ao Congresso que, em 2007, atenderam a 409 mil pedidos feitos pela Justiça de grampos em telefones fixos e móveis. Na CPI dos Grampos da Câmara, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Jorge Armando Félix, deu o tom: “Sobre tecnologia antigrampo, a única realmente eficaz é não abrir a boca”.

Atividades da Abin entram na berlinda

Durante as investigações do Congresso sobre os grampos telefônicos, foram ouvidas várias autoridades, algumas mais de uma vez, como o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Jorge Armando Félix; o ministro da Defesa, Nelson Jobim; o diretor-geral afastado da Abin, Paulo Lacerda; e o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa. Também falaram o delegado federal Protógenes Queiroz, mentor da Operação Satiagraha, e o agente aposentado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco Ambrósio do Nascimento, apontado como um dos responsáveis pelos grampos, inclusive na conversa entre o ministro Gilmar Mendes e o senador Demostenes Torres. Ambrósio negou as acusações. O tom dos depoimentos foi quase sempre o de preservar a Abin e afastar suspeitas de que o Palácio do Planalto tivesse participação ou conhecimento das escutas. À comissão mista, Jorge Félix isentou a Abin e condenou as vozes que defendem a extinção da agência.

O grampo legal e o clandestino

Legal

- O delegado pede ao juiz autorização para acessar o histórico de ligações de um investigado, o que permite verificar o destinatário, a data e a duração de cada ligação.
- Com base nisso, o delegado pede ao juiz autorização para a escuta. Pedido de rastreamento é enviado à empresa telefônica.
- Encerrado o prazo legal de 15 dias, o delegado envia relatório ao juiz e pode pedir prorrogação do grampo por tempo indeterminado.

Illegal

- Sem autorização da Justiça, a escuta é feita com ajuda de policiais, agentes da inteligência ou funcionários de empresas telefônicas.
- São usados interceptadores de celulares, maletas gravadoras, escuta ambiental por celular GSM, microcâmeras e transmissores UHF para telefones fixos.



JOSÉ CRUZ

**Efraim Morais,
1º Secretário:
apoio também
ao Interlegis e
ao Instituto do
Legislativo**

Casa continua seleção de 150 novos servidores

No início de dezembro já estavam disponíveis, no site da Fundação Getúlio Vargas, as notas das provas discursivas da primeira etapa do concurso do Senado, feito para preencher 150 vagas de analista e técnico legislativo.

Conforme previa o edital, foram corrigidas apenas as provas dos candidatos que ficaram mais bem classificados nas provas objetivas da primeira etapa – as duas provas, a objetiva e a discursiva, ocorreram no mesmo dia, 9 de novembro. O número de provas discursivas habilitadas para a correção corresponde a até dez vezes o número de vagas disputadas em cada cargo.

As áreas de “apoio técnico ao processo legislativo” e “apoio técnico-administrativo” foram os mais procurados pelos inscritos no concurso. Das cerca de 43 mil pessoas que se inscreveram, mais de 22 mil optaram por esses cargos. O cargo menos procurado foi o de policial legislativo. O concurso deverá preencher 59 vagas de técnico legislativo e 91 de analista. Os salários variam de R\$ 6.722,68 a R\$ 13.879,95.

1ª Secretaria se empenha em agenda verde e acessibilidade

O compromisso com a acessibilidade está entre as principais ações da 1ª Secretaria do Senado em 2008. Entre as facilidades providenciadas, segundo o 1º Secretário, Efraim Morais, estão a construção de rampas de acesso, a adaptação de instalações sanitárias, a compra de triciclos motorizados, a constituição de uma audioteca na Biblioteca da Casa e a impressão de livros em braile.

Já o cumprimento de uma agenda verde no Senado gerou iniciativas como o uso de papel reciclado na edição semanal do Jornal do Senado. Efraim anunciou que a edição diária também sairá em papel reciclado.

A 1ª Secretaria deu ênfase, também, aos programas do Interlegis, apoiando

iniciativas de integração do legislativo. A segunda fase do programa foi lançada em João Pessoa com o nome de Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil - Interlegis II.

As ações do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) também receberam apoio da 1ª Secretaria, como a publicação da cartilha produzida em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE): Guia do Eleitor Cidadão - Eleições 2008.

A instalação da TV Senado em sinal aberto em Natal (RN), canal 52 UHF, também foi ressaltada por Efraim como forma de mostrar para toda a população como funcionam as comissões e o Plenário.

Garibaldi (C), ao lado do diretor-geral Agaciel Maia (E) e da secretária-geral Cláudia Lyra, com os senadores integrantes da Mesa



Programação cultural extensa em 2008

Patrono da extensa programação cultural promovida pelo Senado em 2008, o ex-senador Artur da Távola, falecido em maio, foi homenageado com um concerto da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, em Brasília. O evento, em dezembro, foi um dos últimos do Ano Cultural Artur da Távola, do Senado.

A Casa também realizou, em novembro, sessão em homenagem a Machado de Assis, na passagem do centenário da morte do escritor, ocorrida em 29 de setembro de 1908.

Durante a sessão, Marco Maciel (DEM-PE), um dos propositores da homenagem, lembrou a produção literária e a biografia de Machado de Assis. O senador destacou que o escritor, que era mulato, foi o fundador e primeiro presidente da Academia

Brasileira de Letras (ABL) e que lutou pelo voto das mulheres e pelos direitos de minorias.

Ao fim da sessão, Maciel inaugurou a exposição Machado Vive, que pôde ser visitada até 16 de dezembro. A mostra foi organizada numa parceria entre o Senado e a ABL. Também

fizeram parte do conjunto de homenagens a publicação de obras clássicas, como O Velho Senado, editada pelo Conselho

Ano cultural do Senado foi batizado com o nome do ex-senador Artur da Távola

Editorial da Casa.

José Sarney (PMDB-AP), que é escritor e membro da ABL, também homenageou Machado. "Se fizermos uma história mundial da literatura e escolhermos os grandes escritores do mundo inteiro, certamente aí estará incluído Machado de Assis", disse.



Sarney: "se escolhermos os grandes escritores do mundo, aí estará Machado de Assis"

Tuma isenta 1º secretário e diretor-geral

No dia 11 de setembro, César Borges (PR-BA) leu no Plenário o relatório do corregedor Romeu Tuma (PTB-SP) com o resultado da apuração sobre a possibilidade de envolvimento do 1º secretário, Efraim Moraes, e do diretor-geral, Agaciél Maia, em supostas irregularidades em licitações do Senado para a contratação de mão-de-obra terceirizada. No texto, Tuma afirma não ter encontrado fatos para continuar as apurações, já que os nomes do senador e do diretor foram "afastados das investigações procedidas pela Polícia". Além disso, disse, o Ministério Público não incluiu em momento algum o nome de Efraim e de Agaciél em qualquer ação por improbidade administrativa".

Proibição ao nepotismo chega ao Senado

A comissão criada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para garantir o cumprimento da Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal, que proibiu a prática do nepotismo (contratação de parentes) nos três Poderes, determinou um total de 86 exonerações.

Garibaldi também decidiu, em outubro, anular o ato da Mesa do Senado que aprovou um parecer da Advocacia Geral da Casa sobre o cumprimento da súmula. O parecer abria brechas para a contratação de parentes no Senado. O episódio ocasionou a troca de direção na advocacia-geral.

O presidente do Senado anunciou que a instituição seguiria o entendi-

mento do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que entregou ao Supremo reclamação considerando ter havido descumprimento da decisão do tribunal pelo Senado. No documento, Antonio de Souza sustentou que, na falta de detalhamento, a Súmula 13, que proibiu o nepotismo nos três Poderes, vinha sendo aplicada com exagero ou com restrições no serviço

público. No caso do Senado, observou, seria necessário que o STF suspendesse o ato da comissão de diretora que teria criado exceções não previstas na súmula do tribunal. O presidente do Senado então acatou o parecer do procurador e anulou o ato, possibilitando a demissão de todos os parentes.

Determinação de dar fim à prática de contratar parentes levou à demissão de 86 pessoas

Crença na política com ética

Morto em maio deste ano, o amazonense Jefferson Péres estava desiludido com a vida pública nacional, para ele, dominada pela falta de compostura

Em 23 de maio, uma sexta-feira, o Senado perdeu Jefferson Péres, vitimado por um infarto fulminante em sua casa, em Manaus. Seu corpo foi velado no Palácio Rio Negro, antiga sede do governo do Amazonas, com a presença da família – a esposa, juíza Marlídice Péres, e os três filhos: Rômulo, Ronald e Roger –, do governador do estado, Eduardo Braga, do vice-presidente da República, José Alencar, do presidente do Senado, Garibaldi Alves, e de inúmeros admiradores.

Jefferson Péres, como senadores de todos os partidos enfatizaram em homenagem à sua memória, firmou uma personalidade pública de ferrenho, e às vezes áspero, defensor da ética na política. Nos dois últimos anos antes de morrer, vinha manifestando sua decepção com a política e com o Congresso e chegou a anunciar que não se candidataria a outro mandato.

A notícia de sua morte impôs profunda consternação ao Plenário, a ponto de o senador Pedro Simon (PMDB-RS) confessar sua vontade “de falar diretamente com Deus, colocar em xeque seus



À sua figura franzina, o ex-senador contrastava uma grandeza política que foi detalhada em Plenário por membros do seu partido, o PDT, e representantes de todas as legendas

desígnios, quem sabe, a sua infalibilidade”. Afinal, questionou, por que levar justamente Jefferson Péres, quando o país tanto precisava das referências éticas com que ele se comprometia? Talvez para chamar o Senado à razão, Simon conjecturou.

Garibaldi Alves lembrou a firmeza com que o senador amazonense expressou seu apoio à independência do Parlamento quando, em fevereiro deste ano, o presidente do Senado criticou o Poder Executivo pelo excesso de medidas provisórias.

– Ele fez um discurso defendendo minha luta contra as medidas provisórias. E terminou esse discurso com o alerta: “Não se deixe abater, não desanime”. No dia de sua morte, tenho que pensar nisso: não desanimar – afirmou

Garibaldi Alves.

Ética, firmeza, independência, coerência, franqueza, desapego, intransigência, civismo, grandeza, coragem, senso de justiça, correção, compromisso

com o interesse público, dureza – essas e outras tantas características do senador morto foram destacadas pela totalidade dos senadores presentes na homenagem requerida pelos colegas de partido, Cristovam Buarque

(PDT-DF), e de estado, Arthur Virgílio (PSDB-AM). Sensível e humano, bem diferente de sua aparência sisuda, acrescentou o filho Roger.

– Substituir Jefferson Péres não é fácil. Ele era muito em tudo. Ele era superlativo – admitiu o suplente Jefferson Praia Bezerra (PDT-AM) ao tomar posse na vaga aberta com a morte do titular.

Quando se tratava de princípios, era um homem duro

Voz do agronegócio

Nos 13 anos em que exerceu o mandato de senador, sua atuação mais destacada foi em defesa da renegociação das dívidas dos produtores rurais

Reconhecido como profundo conhecedor do agronegócio, Jonas Pinheiro dedicou seu mandato a defender o investimento brasileiro naquilo que considerava a verdadeira vocação econômica do país – a agricultura. Em 13 anos de Senado, sua atuação mais destacada foi em defesa da renegociação das dívidas dos produtores rurais. “Coloquei sempre em primeiro lugar o trabalhador do campo e os seus problemas.”

Vítima de falência múltipla de órgãos, morreu em 19 de fevereiro, deixando viúva Celcita Rosa Pinheiro da Silva, com quem teve dois filhos – Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antonia de Moraes. Senador desde 1995, seu primeiro suplente é Gilberto Goellner, empresário do ramo agrícola.

Nascido em Santo Antônio do Leverger (MT), em 22 de janeiro de 1941, filho de pescador, Jonas Pinheiro dizia que o mandato parlamentar jamais foi cogitado em sua infância, vivida basicamente entre pequenos agricultores. Estudante de escolas agrícolas e formado em Medicina Veterinária, elegeu-se em 1982 deputado federal, exercendo o mandato até 1994, quando foi eleito senador. Em sua fala simples e gestos humildes, dizia-se um representante, no Senado, do lavrador.

“O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado

FOTOS: GERALDO MAGELA



Contra as frases de efeito e as boas intenções, Jonas Pinheiro rejeitava a retórica política em nome do seu compromisso com os interesses dos produtores agrícolas

com promessas que nunca se hão de cumprir”, registrou Jonas Pinheiro em sua página na internet.

Para todos os senadores que se manifestaram na sessão especial em homenagem à memória de Jonas Pinheiro, ele de fato era uma voz incansável em defesa dos interesses da agropecuária no país. “Acordava cedo e trabalhava muito, como todo homem do meio rural”, contou na ocasião Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na pequena autobiografia que publicou em sua página na internet, o ex-parlamentar revelava os compromissos com os trabalhadores do campo e a sua visão da política: um ato simples para

resolver coisas e demandas igualmente simples.

“A consciência do fato de que há sobras em tantas mesas brasileiras, mas que falta alimento na maioria delas, faz de mim um constante e tenaz lutador para alcançar a meta de que cada homem tenha seu meio de sustento e sua dignidade respeitada, que o pequeno produtor do campo tenha a recompensa justa pelo seu trabalho”, declarava.

Quanto à política, dizia que “não se melhoram condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas”.

Mandatos orientados pela vocação agrícola

Desequilíbrio de Poderes

Para o presidente do Congresso, o Judiciário pensa que é Legislativo e o Executivo legisla por intermédio de medidas provisórias

O princípio do equilíbrio entre os três Poderes não foi bem resolvido pela atual Constituição: o Judiciário pensa que é Legislativo e o Executivo legisla por meio de medidas provisórias. A afirmação, feita pelo presidente Garibaldi Alves em novembro, durante a sessão do Congresso em homenagem aos 20 anos da Carta de 1988, reflete os atritos enfrentados nos três Poderes em 2008.

– Não se pode ter um Legislativo que não delibera, não tem agenda e fica à mercê do que o Executivo manda – afirmou Garibaldi, em meio à polêmica aberta depois que ele devolveu ao Executivo a Medida Provisória das Filantrópicas (MP 446/08). Agora, o presidente do Congresso quer que a devolução das MPs seja normatizada.

A ação do Judiciário em temas como fidelidade partidária também causou reação de Garibaldi:

– É o mesmo que um padre celibatário dar conselhos sobre casamento. O Legislativo não pode ficar só apanhando, tem que se levantar. Não podemos ter democracia com os representantes do povo sendo aviltados. É a eles que cabe

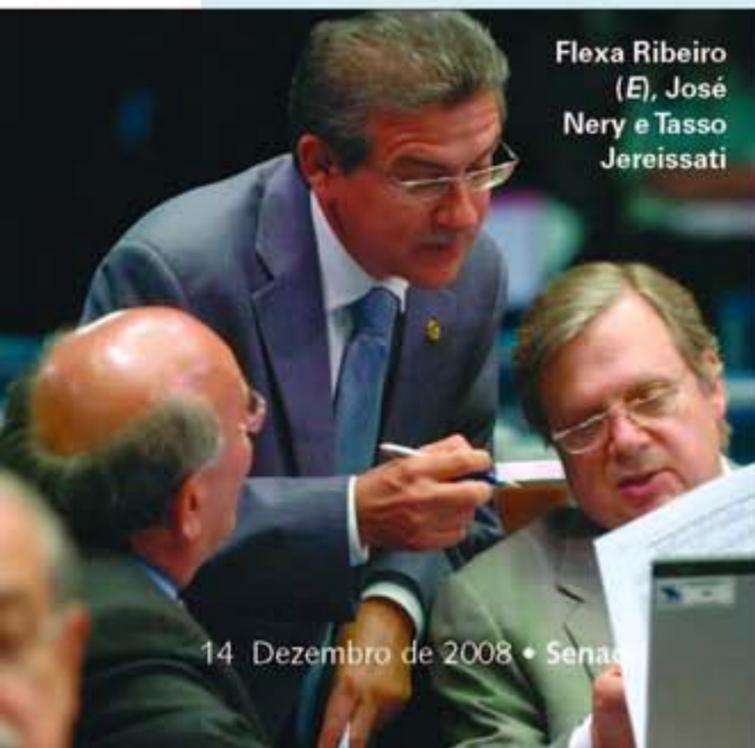


Plenário do Supremo: presidente Gilmar Mendes afirma que o tribunal não pretende usurpar poderes, apenas estimular o Congresso a decidir sobre determinadas matérias

legislar – disse.

Em defesa do Supremo Tribunal Federal (STF), seu presidente, ministro Gilmar Mendes, esclareceu que o Judiciário “não pretende usurpar competências do Congresso”. As preocupações de parlamentares quanto a uma “atividade normativa do Supremo”, “ativismo judi-

cial” ou “judicialização da política” são apenas fruto da ação constitucional do Supremo para complementar lacunas na legislação, o que estimularia o Congresso Nacional a decidir sobre determinadas matérias, como a criação de municípios, cuja regulamentação está pendente há 12 anos.



Flexa Ribeiro (E), José Nery e Tasso Jereissati

GERALDO MAGELA

Congresso preenche lacunas nas leis

Em pelo menos dois casos, o Congresso reagiu a decisões do Supremo que levaram a novas aplicações da lei. No caso da criação de municípios, em que o STF deu 18 meses (encerrados em novembro) para que o Congresso regulamentasse a Emenda Constitucional 15, de 1996, com novas regras para a instalação de uma cidade, o Senado aprovou projeto (PLS 98/02) definindo

os critérios para isso.

A decisão do Judiciário de dar nova interpretação à fidelidade partidária também incomodou os parlamentares. Tanto que a Câmara se apressa para votar um projeto (PLP 124/07) que regulamenta a cassação de mandato motivada pela troca de partido. O STF já declarou que os mandatos pertencem aos partidos e não aos candidatos.

Ano de resistência contra edição excessiva de MPs

“Nunca se falou tanto e tão mal de medidas provisórias como agora.” A frase do presidente do Congresso, Garibaldi Alves, resume o ano em que Legislativo e Judiciário tomaram iniciativas concretas para conter o abuso na edição das MPs pelo Executivo.

Foi assim, por exemplo, no episódio em que Garibaldi devolveu ao Planalto, em novembro, a chamada MP das Filantrópicas. “O Congresso foi que ganhou, porque resistiu a uma medida provisória e provou que tem independência”, disse o presidente do Senado na ocasião.

Em maio, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de uma MP que abria crédito extraordinário ao Orçamento. Para o Supremo, esse tipo de gasto deve ser previsto com antecedência e, por isso, uma MP com esse conteúdo não versa sobre tema urgente ou relevante, como manda a Constituição.

– O presidente [Lula] precisa ver que está ficando isolado se persistir nesse uso indiscriminado das medidas provisórias. O Judiciário toma uma decisão dessas e o Legislativo está todo unido, independentemente das fronteiras partidárias – afirmou Garibaldi.

A decisão do STF veio depois de a oposição, em abril, se manter em obstrução na Câmara e no Senado em protesto pelo excesso de medidas provisórias editadas pelo governo.

A crescente insatisfação no Congresso pela impossibilidade de votar outros temas, já que MPs bloquearam a pauta do Senado em mais de 70% das sessões deliberativas, fez com que Garibaldi anunciasse, em agosto, que ficaria 45 dias sem ler novas MPs no Plenário do Senado. O presidente do Senado também sugeriu que MPs sobre temas submetidos a marcos regulatórios sejam proibidas.

– De que adiantam marcos regulatórios, se uma MP, repentinamente, pode alterar regras e relações, muitas delas estabelecidas para longo prazo? Certamente, esse tipo de risco é levado em conta pelos empreendedores – avaliou.

Durante as comemorações dos 20 anos da Constituição de 1988, Garibaldi e o presidente Lula conversaram sobre o assunto:

– Precisamos encontrar um ponto de equilíbrio que permita que o Congresso sintam-se confortável e, ao mesmo tempo,

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Lula pediu a Chinaglia (E) para formar grupo de estudo sobre excesso de MPs, problema muito criticado por Garibaldi

o governo possa governar este país – afirmou Lula, que pediu ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para formar um grupo para estudar o assunto.



Opositor Arthur Virgílio é crítico contumaz do abuso de MPs



Dia de intensa discussão no Plenário: em mais de 70% das sessões deliberativas, pauta esteve obstruída por medidas provisórias

A difícil corrida de obstáculos

Em 2008, o Senado realizou 104 sessões deliberativas entre 7 de fevereiro e 1º de dezembro. Em apenas 30 delas foi possível realizar votações. No restante (71,7% das sessões), a pauta esteve travada por medidas provisórias.

Outra prova de que o instrumento dificulta a tramitação dos projetos propostos pelos senadores é que até novembro apenas 7 deles foram enfim enviados à sanção do presidente da República, depois de aprovados com modificações pela Câmara dos Deputados. Por outro lado, foram 32 as propostas que têm deputados como autores e que, aprovadas pelo Senado, foram à sanção. Veja os quadros.

Principais propostas aprovadas pelo Plenário do Senado – dentre as milhares de matérias votadas pela Casa – entre fevereiro e novembro de 2008:

Projetos de lei do Senado (PLS)	Enviados à Câmara dos Deputados	127
	Enviados à sanção do presidente da República	7
Projetos de lei da Câmara (PLCs)	Reenviados à Câmara	6
	Enviados à sanção do presidente da República	32
Medidas Provisórias (MPs)	Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	14
Projetos de Conversão (PLVs), oriundos de MPs	Enviados à promulgação	17
	Reenviados à Câmara	5
Projetos de Decreto Legislativo (PDLs)	Enviados à promulgação	276
Propostas de Emenda à Constituição (PECs)	Enviadas à Câmara	2

Os sete projetos de senadores enviados à sanção do presidente da República:

PROPOSTA	AUTOR	EMENTA
PLS nº57/2001	Álvaro Dias (PSDB-PR)	Dispõe sobre proteção e estímulos à pesca. Altera o art.36 do Decreto-Lei nº 221/67
PLS nº93/2006	Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	Altera o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.
PLS nº305/2006	Tião Viana (PT-AC)	Altera o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos cinco horas" para o fuso Greenwich "menos quatro horas" (muda a Lei nº 2.784/1913).
PLS nº340/1999	Gérson Camata (PMDB-ES)	Institui 21 de fevereiro como o Dia Nacional do Imigrante Italiano
PLS nº234/2003	Jefferson Peres (1932-2008)	Autoriza o Executivo a doar as porções que integram terreno à cidade de Manaus, no Amazonas (altera Lei nº 3419/1958)
PLS nº533/2003	ex-senador Aelton Freitas	Dispõe sobre o Sistema de Consórcios.
PLS nº299/2004	Aloizio Mercadante (PT-SP)	Estende benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100 mil habitantes. Altera Lei 8.313/91.

OSÉ CRUZ



Os três Poderes lembram a promulgação da Constituição de 1988: "Ódio e nojo à ditadura", como pregou Ulysses

Constituição cidadã

Presidentes dos três Poderes celebraram os 20 anos da Carta em sessão solene do Congresso

Os 20 anos da Constituição, que foi promulgada em 5 de outubro de 1988, foram celebrados em sessão solene do Congresso conduzida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Participaram também do evento os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, parlamentares e outras autoridades civis e militares. Além da sessão, realizada no dia 5 de novembro, o Congresso promoveu exposições de vídeos, programas e matérias jornalísticas, imagens e documentos que registram o trabalho dos constituintes.

Ao lado do presidente da Câmara e dos demais membros da Mesa, Garibaldi Alves disse que a Constituinte abriu campo para a realização de reformas ne-

cessárias para o país, mas observou que elas ainda não foram concluídas, como a política e a tributária. O senador propôs ainda mudanças na tramitação das medidas provisórias (MPs), pois a edição excessiva dessas matérias pelo Executivo tem trancado a pauta de votações das duas Casas do Congresso.

O presidente Lula rememorou fatos vividos como deputado constituinte e afirmou que a Constituição reflete a sociedade que elegeu a Assembléia Nacional Constituinte. "A Constituição não é perfeita porque o ser humano não é perfeito", ponderou.

Entre os eventos comemorativos, destaca-se ainda o plantio, por Lula e pelos parlamentares, de novas árvores no Bosque dos Constituintes, um conjunto de cerca de 600 árvores criado em 1988 próximo à Praça dos Três Poderes.

Carta levou quase dois anos para ficar pronta

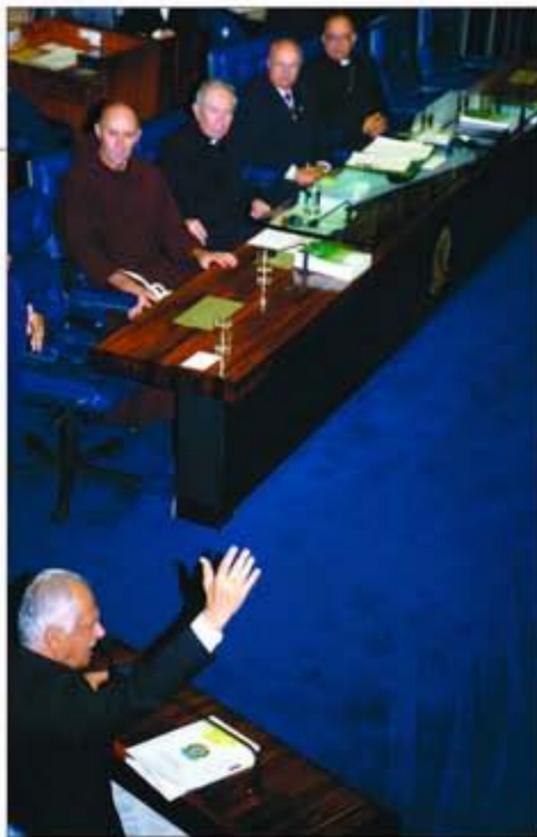
A Assembléia Nacional Constituinte (ANC), criada para elaborar a nova Constituição de 1988, em substituição à Carta de 1967, feita durante o regime militar, contou com 559 deputados e senadores. Foram realizadas 330 sessões plenárias em 309 dias. Presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (já falecido), a Constituinte foi convocada por meio de mensagem do então presidente José Sarney, encaminhada ao Congresso no dia 28 de junho de 1985.

Os trabalhos dos parlamentares foram distribuídos em oito comissões temáticas, que trabalharam 1.109 horas, segundo informações de Bernardo Cabral, à época senador e relator-geral da ANC.

A data da instalação da ANC foi 1º de fevereiro de 1987 e a conclusão dos trabalhos ocorreu em 5 de outubro de 1988, quando a nova Carta foi promulgada em sessão solene.



Ulysses Guimarães preside sessão de promulgação da nova Carta



Pedro Simon discursa durante homenagem, em março, ao falecido cardeal dom Aloisio Lorscheider

JOSÉ CRUZ



JOSÉ CRUZ

Senadoras e convidadas em sessão de comemoração pelo Dia Internacional da Mulher, em março



LEOPOLDO SILVA

Datas solenes unem Câmara e Senado

As atividades conjuntas em comemoração pelos 20 anos da Constituição de 1988 estarão entre as maiores lembranças do Congresso nesta legislatura.

Várias sessões solenes foram realizadas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados neste ano, como a que comemorou em novembro os 100 anos da imigração japonesa, com a presença do príncipe Naruhito, do Japão. O rei da Jordânia, Abdullah II, também visitou o Senado e a Câmara em 23 de outubro.

Os 120 anos da Lei Áurea mobilizaram o Legislativo. E o Dia da Força Aérea Brasileira e do avião foram comemorados pelo Congresso em 21 de outubro. As duas Casas legislativas também se uniram para lembrar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, no dia 27 de outubro.



LEOPOLDO SILVA

Príncipe Naruhito, do Japão, visita o Congresso em junho, como parte das comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil



JANE ARAÚJO

Chinaglia (E), Garibaldi, José Alencar e Lula participam de homenagem ao Dia do Aviador e da Força Aérea

J. FREITAS



Roseana Sarmey (D) com o deputado Maurício Rands em sessão do Congresso, em julho, para votar créditos extras para o governo



CALANCAO/FICKR

Até o Brasil é vítima de Wall Street

Crise iniciada nos Estados Unidos espalha pânico pelo planeta ao reduzir o dinheiro em circulação no mercado

A crise financeira internacional que levou pânico

co ao mercado no início de setembro de 2008 teve origem no começo desta década. Na época, logo depois da quebra das empresas ponto-com, o mercado imobiliário dos Estados Unidos iniciou uma fase de expansão acelerada. Isso porque o Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano) reduziu os juros a fim de baratear empréstimos e financiamentos. O objetivo era encorajar os consumidores e empresas a voltarem a gastar. Em 2003, por exemplo, os juros do Fed chegaram a 1% ao ano – menor taxa desde o fim dos anos 50.

Com juros baixos e o mercado imobiliário aquecido, as companhias hipotecárias se voltaram para os clientes com baixo poder aquisitivo, dificuldade de comprovar renda e histórico de inadimplência. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se fundos de investimento lastreados nesse mercado, o segmento *subprime*. Justamente por ser de maior risco, o *subprime* oferecia taxas de retorno bem mais altas.

Após atingir o pico em 2006, os preços dos imóveis começaram a cair. E os juros do Fed, que já tinham voltado a subir desde 2004, encareceram o crédito e afastaram compradores. Com os juros altos, a inadimplência também disparou.

Esses fatores desencadearam uma onda de choque que abalou as instituições financeiras que emprestaram dinheiro para a compra de imóveis. Em setembro deste ano, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou uma injeção de US\$ 200 bilhões nas gigantes hipotecárias Fannie Mae e

Freddie Mac para evitar que elas quebrassem.

O banco de investimento Lehman Brothers, no entanto, foi deixado à própria sorte e quebrou. Pediu concordata em 15 de setembro.

Ao fim do Lehman se seguiram outros episódios graves, como a venda da corretora Merrill Lynch para o Bank of America e a ajuda de US\$ 85 bilhões para a seguradora AIG. Em novembro foi a vez da gigante GM, fabricante de carros, ameaçar tombar.

Para impedir a quebra e acalmar o mercado, o Congresso dos EUA

Dólar valorizado encarece os importados, pressiona a inflação e reduz o poder de compra



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

Crise se manifestou primeiro na Bolsa de Valores de Nova York (acima), mas logo levou pânico aos operadores de bolsas de outros países, como a de São Paulo

aprovou um plano de ajuda de US\$ 750 bilhões.

No Brasil, os bancos não detinham papéis ligados às hipotecas americanas, mas vários setores foram atingidos por causa da forte contração de crédito. Grandes empresas que dependem de financiamento externo passaram a encontrar menos linhas de crédito disponíveis. Afinal, os bancos têm medo de emprestar em contexto de crise. Além disso, a cotação do dólar disparou. Com o pouco crédito, a moeda americana ficou mais escassa, e além disso é considerada investimento seguro. O dólar valorizado encarece os importados, pressiona a inflação e reduz o poder de compra. Para segurar a câmbio, o Banco Central (BC) tem feito vários leilões de dólares. Em decorrência da retração na economia, o governo cortou à metade a previsão de crescimento econômico para 2009: de 5% do PIB para 2,5%.

Um dos reflexos mais visíveis da crise é a forte queda nos mercados acionários. Com a aversão ao risco, os investidores preferem sair das bolsas de valores, sujeitas a oscilações. E estrangeiros que aplicam em mercados emergentes, como o Brasil, vendem seus papéis para cobrir perdas lá fora. Com muita gente querendo vender, os preços das ações desabam.

Para reduzir os efeitos da crise, o BC anunciou redução nos depósitos compulsórios dos bancos, um dos instrumentos usados para controlar a quantidade de dinheiro que circula na economia. Por meio do depósito compulsório, o órgão obriga a instituições bancárias a depositarem em uma conta no próprio BC parte dos recursos captados de seus clientes. Assim, quando reduz o compulsório, o BC dá aos bancos mais dinheiro para emprestar. O governo também editou duas medidas provisórias para atenuar a crise. A MP 442 permitiu que o BC pegue a carteira de bancos como garantia ao emprestar dinheiro para essas instituições – operação conhecida como redesconto. Já a MP 443 estabeleceu que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica possam comprar bancos em dificuldades.

Senadores cobram mais ação

Em meio à crise internacional, vários senadores cobraram responsabilidade do governo. Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o Executivo pelo aumento dos gastos públicos, com os reajustes de salários de servidores e a criação de milhares de novos cargos. Sérgio Guerra (PSDB-PE) negou que a oposição torcesse pelo “quanto pior, melhor”, e acusou o presidente Lula de fazer uso político-eleitoral da crise, por declarar que “a crise não existe, que estão torcendo contra”.

Líder do PT, a senadora Ideli Salvatti (SC) sugeriu ampliar o crédito individual para a construção civil, medida que beneficiaria o pequeno construtor, em geral de baixa renda, fomentando o setor. Ela também defendeu a criação do chamado Fundo Soberano, uma reserva com investimentos no exterior que poderia dar ao país mais proteção contra a crise.

Em outubro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o governo trabalhava com a possibilidade de queda do consumo, mas que o Brasil não estaria em recessão. Ele fez a previsão em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), junto com Henrique Meirelles, presidente do Banco Central.

– O consumo continua em patamar elevado. Poderá haver redução,



Henrique Meirelles (E), presidente do Banco Central; Aloizio Mercadante; e o ministro Guido Mantega discutem a crise

mas não recessão. É possível que haja queda de arrecadação do governo federal e, por consequência, de repasses aos municípios. Mas não acredito em desaceleração da economia.

Os prefeitos devem acompanhar os indicadores com atenção – assinalou, enquanto Meirelles garantia que o país tem reservas internacionais suficientes para enfrentar a disparada do dólar.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) disse que o remédio está no agronegócio.

– Alimento é prioridade hoje e será prioridade amanhã. Subsidiar a agricultura ou desonerar seu custo de produção é um meio seguro de compensar outras áreas que serão duramente afetadas pela crise – sustentou o parlamentar.

Arthur Virgílio criticou aumento dos gastos públicos e criação de cargos



Delcídio Amaral (D), relator da Lei Orçamentária, durante entrega de relatório preliminar, ao lado do deputado Mendes Ribeiro Filho, presidente da Comissão de Orçamento

GERALDO MAGELA

Principais números do Orçamento 2009	
PIB (crescimento da economia)	4%
Inflação	5,19%
Taxa de juros média	13%
Taxa de câmbio média	R\$ 2,04
Salário mínimo (fevereiro de 2009)	R\$ 464,72
Barril do petróleo (média)	US\$ 76,37
Dados fiscais	
Receitas Primárias Brutas	R\$ 808,9 bi
Receitas Primárias Líquidas	R\$ 664,5 bi
Despesas Primárias	R\$ 606,5 bi
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 157 bi
Benefícios Previdenciários	R\$ 228,6 bi
Transferências para estados e municípios	R\$ 144,4 bi
Investimentos (com estatais)	R\$ 101,4 bi

Fonte: projeto do Orçamento

O custo da crise

Turbulência financeira internacional leva a um corte de R\$ 8 bilhões no Orçamento da União para 2009, segundo o relator, Delcídio Amaral

Os reflexos da crise financeira mundial sobre a economia brasileira dificilmente permitirão alguma folga na projeção de receitas para o Orçamento da União de 2009. O relator-geral do Orçamento de 2009, Delcídio Amaral (PT-MS), reconheceu que o corte na proposta ficaria acima de R\$ 8 bilhões por causa do agravamento dos efeitos da crise no Brasil.

Em 19 de novembro, o Executivo apresentou uma revisão de parâmetros, já com os reflexos da crise. A previsão de crescimento da economia em 2009, que era de 4,5%, caiu para 4%; a inflação passou de 4,5% para 5,19%; a cotação média do dólar subiu de R\$ 1,71 para R\$ 2,04; e a do barril do petróleo saiu de 111,87 dólares para 76,37 dólares.

Com as mudanças na situação econômica, o governo estima uma queda de arrecadação de R\$ 15 bilhões. Isso leva a uma possível necessidade de corte de despesas no Orçamento, o que geralmente é evitado pelo Congresso. A cada ano,

são encontradas novas possibilidades de arrecadação, além daquelas encaminhadas pelo Executivo – e que geralmente acabam se confirmando.

A despeito disso, Delcídio acredita

que a crise se agravará no ano que vem e, por isso, aposta que o governo realizará um grande contingenciamento no Orçamento de 2009, geralmente decretado em fevereiro.

Barracos em Porto Velho (RO): prefeitura recebeu R\$ 600 milhões do PAC, e, mesmo com a crise, governo promete não diminuir investimentos previstos em 2009



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR



BANCO DE IMAGENS PETROBRAS

Plataforma da Petrobras em Angra dos Reis (RJ): governo prevê R\$ 101,4 bilhões para infra-estrutura. R\$ 74,1 bilhões são de estatais

A parte que cabe a cada setor

Sem relatório geral até o início de dezembro, a Comissão Mista de Orçamento (CMO), porém, aprovou os dez relatórios setoriais. Para a infra-estrutura – que segundo o governo será poupada dos cortes – o projeto do Orçamento de 2009 chegou ao Congresso com previsão de gastos de R\$ 101,4 bilhões, sendo R\$ 24,8 bilhões em despesas do orçamento fiscal, R\$ 2,5 bilhões da Seguridade Social e R\$ 74,1 bilhões do orçamento das empresas estatais vinculadas. Incluindo a Petrobras, que não pretende parar seus investimentos na prospecção de petróleo da camada pré-sal.

Para a Educação, foram aprovadas emendas no valor de R\$ 1,9 bilhão. O valor total da previsão original da área é de R\$ 49,3 bilhões. Para o Planejamento e Desenvolvimento Urbano – para onde serão canalizados boa parte dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – a previsão original é de R\$ 20,2 bilhões. O valor das emendas chegou a R\$ 9 bilhões.

Na área de Fazenda, Desenvolvimento

e Turismo, os números do Ministério da Fazenda foram respeitados. As emendas somam R\$ 2,1 bilhões, a maioria na área de turismo. O orçamento total da área é de R\$ 967,3 bilhões.

Para a área da saúde, o governo programou despesas de R\$ 59,4 bilhões, o que representa 14% do orçamento da Seguridade Social. O valor significa um

aumento de 12,5% em relação a 2008. Do total, R\$ 54,7 bilhões vão para o setor, via Sistema Único de Saúde (SUS). R\$ 22,9 bilhões dos quais serão transferidos para

estados e o Distrito Federal e mais R\$ 15,5 bilhões para municípios. O relatório prevê acréscimo de R\$ 1,77 bilhão para emendas individuais e R\$ 1,04 bilhão para coletivas.

Para o Ministério da Integração Nacional são previstos R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão para a transposição do Rio São Francisco. Outros R\$ 556,4 milhões vão para a revitalização dos rios São Francisco e Paranaíba. Para o Meio Ambiente, foram previstas despesas de R\$ 3,7 bilhões, com

R\$ 1,8 bilhão para “reserva de contingência”. As emendas totalizam R\$ 1,42 bilhão para o setor.

Os ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome terão R\$ 240,1 bilhões. Desse total, 95% se destinam a despesas com pagamento de benefícios previdenciários. Para o Ministério do Trabalho e Emprego foram reservados R\$ 42,8 bilhões e, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, R\$ 33,12 bilhões.

Governo programou R\$ 59,4 bilhões para a área da saúde; 14% a mais do que no ano anterior

Salário mínimo vai a R\$ 464,72

O projeto da lei orçamentária prevê que o salário mínimo em 2009 será reajustado para **R\$ 464,72**, um aumento de **11,98%** sobre o valor atual, sendo **6,22%** equivalente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e **5,42%** ao crescimento do produto interno bruto (PIB).



Fonte: Projeto de Lei 38/08-CN

A lista dos banidos

Projeto aprovado pelo Senado cria um cadastro nacional, de consulta obrigatória por todos os níveis da administração, com as empresas e pessoas fraudadoras

Todos os níveis da administração pública poderão contar com um cadastro de pessoas físicas e jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e firmar contratos. É a chamada “lista negra”, que será informatizada e estará à disposição pela internet à administração pública direta ou indireta em todo o Brasil. Assim prevê o texto substitutivo de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto (PLS 500/07) de Garibaldi Alves (PMDB-RN), aprovado em outubro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto seguiu para a Câmara.

Pelo texto, que modifica a Lei das Licitações (Lei 8.666/93), serão inscritas no cadastro empresas ou profissionais que tenham sido condenados por praticar fraudes em contratos com a administração pública. Também terão os nomes incluídos na lista os que tiverem praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, bem como aqueles que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o poder público. Com base na Lei 8.666, as pessoas ou empresas cujos nomes forem incluídos na lista ficarão proibidas de participar em licitações e impedidas de firmar contratos por até dois anos.

Antonio Carlos Júnior ressaltou que o projeto aperfeiçoa as regras de contratos administrativos.

– Inviabilizando a contratação de pessoas condenadas por fraude, estamos contribuindo para o au-

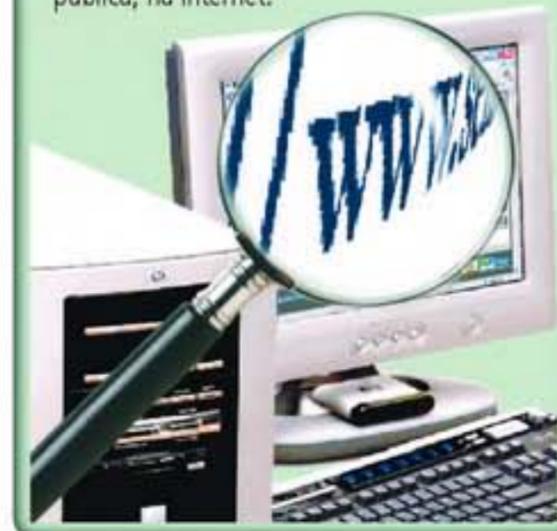
mento da eficiência, economicidade e moralidade da administração pública – disse, explicando que a consulta do poder público à “lista negra” deverá ser obrigatória, impedindo que quem tenha sofrido uma sanção em determinado estado ou município participe de licitações realizadas em outros lugares.

Segundo o relator, o cadastro federal existente, denominado Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), criado pelo Decreto 3.722/01, restringe-se ao âmbito do Poder Executivo. Também o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), que reúne o cadastro de fornecedores habilitados a participar de licitações públicas mediante inscrição realizada pelas unidades federadas, é restrito ao Executivo, salientou.

O projeto permite a quem for incluído na lista o acesso às informações e o recebimento de certidão relativa ao fato que o levou à sua inclusão.

Consulta pela internet

De acordo com a proposta, os órgãos e entidades da administração pública manterão, no âmbito de cada ente federado, cadastro de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e contratar com a administração pública. As informações do cadastro serão disponibilizadas, de forma atualizada, em sítio oficial da administração pública, na internet.



Prédio do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, que se tomou símbolo da corrupção e do desvio de dinheiro público: projeto cria o cadastro de pessoas inidôneas, que fraudaram a administração pública

DIVULGAÇÃO TRT



GERALDO MAGELA

Secretaria especial enfim aprovada

O Plenário aprovou em julho a recriação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O projeto (PLC 72/08) do Executivo foi apresentado após o Senado rejeitar, no ano passado, a medida provisória que criava esse órgão com o nome de Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, mesmo após a nomeação de Roberto Mangabeira Unger.

Votaram contra o projeto o PSDB e o DEM, e os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo "engordou demais a administração pública".

Antonio Carlos Júnior, Romero Jucá, Tasso Jereissati, Mão Santa e Renato Casagrande em sessão plenária. Jucá, líder do governo, debateu reajustes com funcionários públicos

Servidores públicos ganham reajustes gradativos

O Congresso aprovou em junho projeto (PLN 5/08) enviado pelo Executivo com crédito suplementar de R\$ 7,56 bilhões ao Ministério do Planejamento para pagar os aumentos salariais de aproximadamente 800 mil servidores, civis e militares, negociados desde o ano passado. O dinheiro sairá do superávit primário (sobra em caixa antes do pagamento de juros) apurado pelo governo no ano passado.

Em dezembro o Plenário concluiu a votação de aumentos a servidores, por meio do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/08, oriundo da MP 440/08, que concedeu reajuste salarial a diversas carreiras consideradas típicas de Estado, além da estruturação de planos de cargos na adminis-

tração pública federal. Ao todo, foram apresentadas 14 emendas à proposta, que agora retorna à análise da Câmara dos Deputados.

O PLV beneficiou 191.190 servidores ativos, 115.774 aposentados e 72.739 pensionistas, segundo o Executivo. O impacto financeiro anual, com a medida, foi estimado em R\$ 1,5 bilhão em 2008, R\$ 5,7 bilhões em 2009, R\$ 7,4 bilhões em 2010 e R\$ 8,9 bilhões em 2011. Os reajustes, concedidos a partir de 1º de julho de 2008, serão pagos gradativamente até julho de 2010.

Abin ganhou mais 440 cargos

No fim de agosto, pouco antes de estourar a crise no sistema de inteligência do país, o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 24/08, que mudou a Medida Provisória 434/08 e reestruturou o plano de carreiras e cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e instituiu as carreiras no órgão. Foram também criados 240 cargos de oficial técnico de inteligência e mais 200 de agente técnico de inteligência.

O relator, Romeu Tuma (PTB-SP), enfatizou que o PLV em nada alterava as atividades da Abin.

ANTONIO CRUZ/ABR



Entrada da sede da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que ganhou um plano de carreira e teve criados mais 440 cargos

PEC dos Precatórios espera análise do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou em junho a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que altera as regras de pagamento dos precatórios em atraso. O texto, um substitutivo elaborado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a partir de sete propostas de emenda à Constituição, espera votação no Plenário.

Precatórios são as dívidas do poder público – em nível federal, estadual e municipal – cujo pagamento já foi decidido pela Justiça. Os precatórios de estados e municípios em atraso somam R\$ 70 bilhões. O texto prevê a criação de um regime especial para o pagamento de

precatórios atrasados. Assim, os entes públicos devedores destinariam, para pagar as dívidas, parte da receita corrente líquida. Os estados destinariam entre 0,6% e 2% dessa receita e os municípios, entre 0,6% e 1,5%. A receita corrente líquida a ser destinada aos precatórios chegará ao teto na medida em que as dívidas forem maiores.

A PEC estabelece que os recursos para os precatórios serão divididos em três modalidades de pagamento: dívidas de menor valor (30%), por ordem cronológica (20%) e a serem

saudadas por leilões de deságio (50%).

Contrária ao projeto, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classifica a PEC de “calote oficial”.



JOSÉ CRUZ

Valdir Raupp elaborou o texto dos precatórios a partir de sete propostas de emenda à Constituição



GERALDO MAGELA

Tasso pediu audiência pública para discutir o projeto



GERALDO MAGELA

Mão Santa alerta: sem a LRF o país cairia em um caos

Oposicionistas advertem para mudança na LRF

Projeto de lei complementar (PLC 92/08) do Executivo que pode flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) recebeu fortes críticas no Senado. Em agosto, audiência pública da CCJ debateu a proposta, que pode restringir as punições por descumprimento da LRF (Lei 101/00) ao órgão ou Poder que descumprir os limites com gastos com pessoal. Pela LRF, o ente público que desrespeitar a lei fica impedido de fazer operações de crédito, além da responsabilidade criminal que recai sobre o chefe do Executivo.

Debateram na CCJ o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, e

os governadores do Espírito Santo, Paulo Hartung, e de Sergipe, Marcelo Déda, além do ex-presidente do BC Affonso Pastore. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), pediu audiência pública.

Mão Santa (PMDB-PI) criticou duramente o projeto. “Querem acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não vamos deixar”, disse o senador piauiense, para quem o fim da LRF levaria o país à “zorra”. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) vê “afrouxamento” no texto. Já o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), promete “melhorar o projeto”, que para ele “individualiza a responsabilidade dos Poderes”.

Romero Jucá diz que governo vai melhorar o projeto



ANTONIO CRUZ/ABR

Três municípios testaram nova urna

Os municípios de São João Batista (SC), Colorado do Oeste (RO) e Fátima do Sul (MS) foram escolhidos pelo TSE para o projeto-piloto de implantação das urnas biométricas, que identifica o eleitor por meio da impressão digital e da fotografia, protegendo as eleições contra fraudes.

Com as urnas biométricas, a identidade do eleitor pode ser verificada. Uma única digital já serve para identificar a pessoa, mas o novo sistema registrará as imagens de todos os dedos das mãos. O sistema só estará inteiramente implantado em dez anos.

Presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Britto (*ao microfone*), apresenta as regras eleitorais para o pleito de 2008: objetivo foi maior controle sobre poder econômico

Eleições sob novas regras

Além de reduzir poluição visual, mudanças visaram maior controle sobre doações e gastos de campanha

As seguidas denúncias dando conta de caixa dois nas campanhas desde 1989, após a redemocratização, estão na origem das mudanças nas normas que regem a competição eleitoral, renovadas a cada pleito.

Para 2008, a Justiça Eleitoral estabeleceu novas regras para doações e gastos de candidatos e comitês partidários. Com a Receita Federal e o Banco Central, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aperfeiçoou cruzamentos de dados, de modo que doações não declaradas passaram a ter reflexos fiscais. As medidas alcançaram ainda o uso de sobras de campanha.

Outra inovação resultou, nas cidades, em visível diminuição da poluição

visual e da presença de panfletos, cartazes e pichações de candidatos. As regras limitaram o uso de som e a realização de showmícios.

O TSE também ampliou a identificação de entidades proibidas de fazer doações para campanhas, como concessionárias de serviços públicos, agências reguladoras e ministérios.

Já a resolução do tribunal que considerou irregular o uso de blogs e sites de relacionamentos foi bastante criticada por políticos e pessoas ligadas a esses meios de comunicação.

Mantida sanção à infidelidade

O Supremo Tribunal Federal declarou improcedentes as duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs 3.999, do Partido Social Cristão, e 4.086, da Procuradoria Geral da República) contra a Resolução 22.610/07, do TSE, que disciplina a perda de mandato por infidelidade partidária.

Autor de proposta de emenda à Constituição que institui a fidelidade partidária, Marco Maciel (DEM-PE) propõe que os parlamentares brasileiros se debrucem sobre as reformas política e eleitoral. Para o senador, temas como fidelidade partidária merecem prioridade no Parlamento nos próximos anos.

Eleitora de Fátima do Sul (MS) vota em uma biométrica: sistema deve estar implantado até 2018



U.DETMAR/ASSISCS-TSE

Senado analisa legislação para os “fichas sujas”

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no final de agosto que os candidatos que respondem a processos na Justiça – os chamados “fichas sujas” – poderiam concorrer nas eleições municipais de 2008. Seis ministros foram contra a ação proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros e mantiveram o texto atual da Constituição e da Lei de Inelegibilidade, segundo a qual ninguém pode ser privado do direito político de se candidatar enquanto o processo ao qual responde não tenha sido julgado em última instância.

Se o Congresso tivesse se antecipado, afirmou na ocasião o presidente do Senado, Garibaldi Alves, o STF poderia ter sido dispensado de legislar sobre matéria cujo exame cabe ao Poder

Legislativo. Nesse sentido, destacou, tramita no Senado o texto elaborado por Demostenes Torres (DEM-GO) que substitui mais de 20 projetos que tratam de situações de inelegibilidade.

– É difícil, mas acho que isso poderia passar – disse Garibaldi.

STF manteve lei atual nas últimas eleições municipais

A decisão do STF não surpreendeu a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), para quem a solução seria tornar a tramitação dos processos mais rápida e assim garantir a condenação – e a inelegibilidade – dos culpados, em vez de proibir possíveis inocentes de se candidatarem.

Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, sugeriu à comissão de juristas que elaborará um anteprojeto para o novo Código de Processo Penal a criação de uma justiça especial para julgar “polí-

ticos criminosos” e, com isso, impedir que eles concorram a cargos eletivos.

O fim da exigência de condenações transitadas em julgado – às quais não cabe mais recurso – para que o candidato se torne inelegível, bastando uma condenação em primeira instância, é a principal mudança contida no texto de Demostenes Torres, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta estabelece ainda que os tribunais darão “absoluta prioridade” na análise de recursos e, se o processo correr na Justiça Eleitoral, que a apelação vá diretamente ao TSE se prazos não forem cumpridos.

Outra novidade do texto é a determinação de que não poderão ser candidatos ocupantes de cargos executivos e legislativos que renunciarem após representação formal ou de requerimento que possa acarretar a perda de seus mandatos.

Demostenes Torres (E), ao lado do presidente da CCJ, Marco Maciel, defende que nova lei proíba “ficha suja” de concorrer a cargo eletivo



LEOPOLDO SILVA

Repasse de verbas federais às claras

As prefeituras podem ser obrigadas a divulgar amplamente o recebimento de recursos de convênios celebrados com a administração pública federal. É o que determina projeto de lei da Câmara aprovado em fevereiro pelo Senado. O objetivo é dar mais transparência aos repasses de recursos entre entes federados. Como sofreu alterações, a proposta voltou à Câmara.

O PLC 5/05 altera a Lei 9.452/97 e estabelece que o governo municipal veicule avisos sobre os recursos nos meios de comunicação que já usa para publicar seus atos oficiais. Atualmente a lei determina aos órgãos federais notificarem as câmaras de vereadores em até dois dias sobre a liberação do dinheiro e obriga as prefeituras a informar aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais sobre os recursos recebidos.

Tribunais pedem câmaras mais atuantes

A melhoria do controle interno em prefeituras e governos estaduais foi assunto de debate promovido em junho pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Vinculados aos tribunais de contas de todo o país, os debatedores observaram que, para o controle externo funcionar com mais eficiência, é preciso aperfeiçoar a fiscalização interna. Além disso, as câmaras municipais precisam ser mais atuantes ao fiscalizar as contas das prefeituras.

Mudança para quê?

Segundo especialistas, a melhoria da qualidade de vida nos últimos anos levou a população de quase 70% das cidades a reeleger seus prefeitos



Gilberto Kassab (*primeiro acima*), do DEM, obteve a reeleição em São Paulo. Já **Eduardo Paes**, do PMDB, é o novo prefeito do Rio

A reeleição de quase 70% dos prefeitos que concorreram deu o tom das eleições de 5 de outubro, na análise de cientistas políticos. O percentual, superior ao das eleições de 2000 e 2004, as primeiras realizadas com o instituto da reeleição, demonstrou que a população procurou evitar mudanças que pudessem ameaçar a melhoria da qualidade dos últimos anos.

Esse sentimento, segundo especialistas, parece ter sido mais decisivo que o apoio do presidente Lula ou de outros políticos de projeção nacional a candidatos e a concessão de benefícios governamentais como o Bolsa Família.

Senadores de quase todos os partidos ocuparam a tribuna para comentar os resultados eleitorais. Vários disseram que, encerrado o pleito, era hora de o Congresso se dedicar à reforma política, a fim de fortalecer os partidos. Alvaro Dias (PSDB-PR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Heráclito Fortes (DEM-PI) criticaram a falta de limites para pesquisas eleitorais feitas "sob encomenda", com a finalidade de beneficiar alguns candidatos.



A XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em abril, teve uma participação recorde de 4,5 mil prefeitos e vereadores. Logo na abertura, o presidente Lula garantiu que todos os tributos federais serão divididos com estados e municípios

Novas regras para criação de cidades

O projeto que define regras para criação e fusão de municípios (PLS 98/02), de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara em outubro. O relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) confirmou os municípios criados entre 13 de setembro de 1996 – data da promulgação da Emenda Constitucional 15 – e 31 de dezembro do ano passado. A EC 15 determina que lei complementar federal deve definir o período para criação de municípios.

O texto estabelece que a criação de cidades depende de estudo de viabilidade e de plebiscito abrangendo as populações envolvidas. As mudanças terão de ocorrer após a posse dos prefeitos e vereadores e antes do último dia do ano anterior às eleições municipais.

O requerimento de criação deverá ser dirigido à assembleia legislativa e assinado por, no mínimo, 10% dos eleitores residentes na área que pretenda se eman-

cipar. Caberá à assembleia encomendar e homologar o estudo de viabilidade e autorizar o plebiscito, que deve ocorrer em conjunto com as eleições federais e estaduais. Rejeitado o plebiscito, outro não poderá ser realizado em um período de dez anos.

O estudo deverá comprovar que a área da nova localidade tem população igual ou superior a 5 mil habitantes, nas regiões Norte e Centro-Oeste; 7 mil habitantes, no Nordeste; e 10 mil habitantes no Sul e Sudeste. Outra condição é que a área urbana não esteja dentro de reserva indígena, de preservação ambiental ou da União.

A viabilidade econômica do novo município precisará ser comprovada, com estimativa de arrecadação e despesas, assim como a viabilidade administrativa para o Executivo e o Legislativo e a viabilidade socioambiental e urbana, relatando as redes de abastecimento de água e esgoto.

O projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 15 recebeu aprovação por 46 votos a favor e 2 contrários. Foi acolhida também emenda dos senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Marisa Serrano (PSDB-MS) que confirma os plebiscitos já aprovados para criação de municípios no prazo estabelecido.

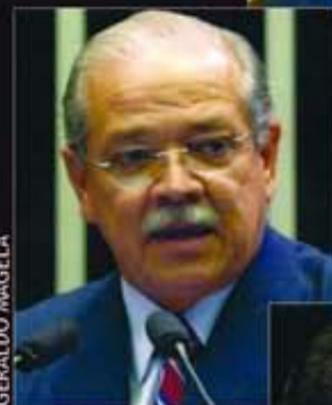
Projeto que regulamenta a criação e fusão de municípios tramitava desde 2002

Algumas exigências

- Estudo de viabilidade municipal
- Consulta, por meio de plebiscito, às populações envolvidas
- População da nova localidade deve ser superior a **5 mil habitantes**, no Norte e Centro-Oeste; **7 mil**, no Nordeste; e **10 mil**, no Sul e Sudeste



MOREIRA MARIZ



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA

Tasso Jereissati (no topo) relatou o PLS 98 na Comissão de Constituição e Justiça; César Borges, preocupado com a extinção de municípios, pediu urgência para a votação; Mozarildo Cavalcanti é o autor do projeto



FOTO: MOREIRA MARIZ

Quem paga a conta

Consultoria do Senado propõe um aumento nos impostos de produtos como cigarros e bebidas para evitar a criação da Contribuição Social para a Saúde

O aumento de impostos sobre produtos supérfluos e sobre dividendos renderia aos cofres públicos os mesmos R\$ 8 bilhões anuais estimados com a Contribuição Social para a Saúde (CSS). A conclusão é da Consultoria Legislativa do Senado, que, a pedido do presidente da Casa, Garibaldi Alves, estudou alternativas à criação da “nova CPMF” [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira], aprovada pelos deputados.

A idéia é unificar dois projetos (PLS 520/07, de Garibaldi, e PLS 176/07, de Sérgio Zambiasi), já em tramitação, que prevêem maior taxação de cigarros, bebidas e veículos movidos a combustíveis fósseis, além do Imposto de Renda pago pelos empresários sobre dividendos. A criação da CSS, assim como as demais mudanças feitas na Câmara ao projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, que aumenta as verbas do Orçamento vinculadas à saúde, seriam então rejeitadas no Senado (o projeto que regulamenta a Emenda 29, PLS 121, é de Tião Viana).

De acordo com emenda aprovada na Câmara, a CSS entraria em vigor em janeiro de 2009 e consistiria na cobrança de 0,1% sobre movimentações financeiras, para aplicação em saúde pública. A proposta foi feita por deputados governistas para garantir recursos à regulamentação da Emenda 29.

O novo tributo teria ainda função fiscalizatória como a extinta CPMF, uma das fontes de recursos para a área de saúde até dezembro de 2007, quando sua prorrogação foi impedida pelo Senado.

Garibaldi Alves observou que o estudo da Consultoria, se acatado pelos líderes, poderá tramitar como substitutivo ao texto que prevê a cobrança da Contribuição Social para a Saúde.



MARCELLO CASAL JR/ABR

Acima, fila no Hospital Albert Schweitzer, no Rio de Janeiro. Projeto de Tião Viana (D) regulamenta a Emenda 29, prevendo recursos para a saúde pública

MOREIRA MARIZ

O que a Câmara aprovou

- A CSS terá alíquota de **0,1%** sobre as movimentações financeiras e terá caráter permanente.
- A arrecadação da CSS seria de **R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões** por ano.
- Trabalhadores e aposentados e pensionistas da Previdência Social que recebem até **R\$ 3.038** estarão isentos da CSS, assim como saques do fundo de garantia e do PIS.
- A CSS entrará em vigor **120 dias** após aprovada pelo Congresso.
- A União deverá repassar à Saúde toda arrecadação da CSS.





MARCELLO CASAL JR. / ABR

Bolsa de sangue: transplante é um dos temas abordados no projeto de lei que consolida as regras para a saúde e que foi aprovado pelos senadores em setembro

Senado aprova consolidação das leis de saúde e envia texto à Câmara

Os senadores aprovaram em setembro projeto (PLS 619/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que consolida a legislação federal em vigor na área de saúde. A iniciativa, relatada por Augusto Botelho (PT-RR), tem o objetivo de facilitar o conhecimento, interpretação, aplicação e alteração dos dispositivos legais. A matéria seguiu para a Câmara.

A proposta atende ao que dispõe a Lei Complementar 95/98, que determina a consolidação num único diploma legal de todas as leis pertinentes a uma determinada área. O novo texto também unifica normas repetidas, atualiza a denominação de órgãos da administração pública e revisa o valor de penas pecuniárias.

Além disso, a proposta invalida dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores e exclui outros vetados ou considerados extintos. A consolidação resultou em um texto composto de nove livros.

O Livro 1 trata do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto o Livro 2 abrange a área de saúde suplementar e agrupa leis que dispõem sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Livro 3 traz, entre outras, a legislação relativa à vigilância sanitária. No Livro 4, ficam reunidas normas refe-

rentes ao sangue e seus componentes e derivados. O Livro 5 trata de controle de doenças.

O Livro 6 aborda a atenção à saúde e ordena a legislação que trata, entre outros temas, de planejamento familiar e de remoção de órgãos. As datas, os eventos e os símbolos relacionados com a saúde são elencados no Livro 7. O Livro 8 aborda as infrações à legislação sanitária federal. E as disposições finais, que tratam das cláusulas de revogação e de vigência, estão no Livro 9.



GERALDO MAGELA

Paulo Duque comemorou a oferta de leitos hospitalares pela Santa Casa do Rio



MOREIRA MARIZ

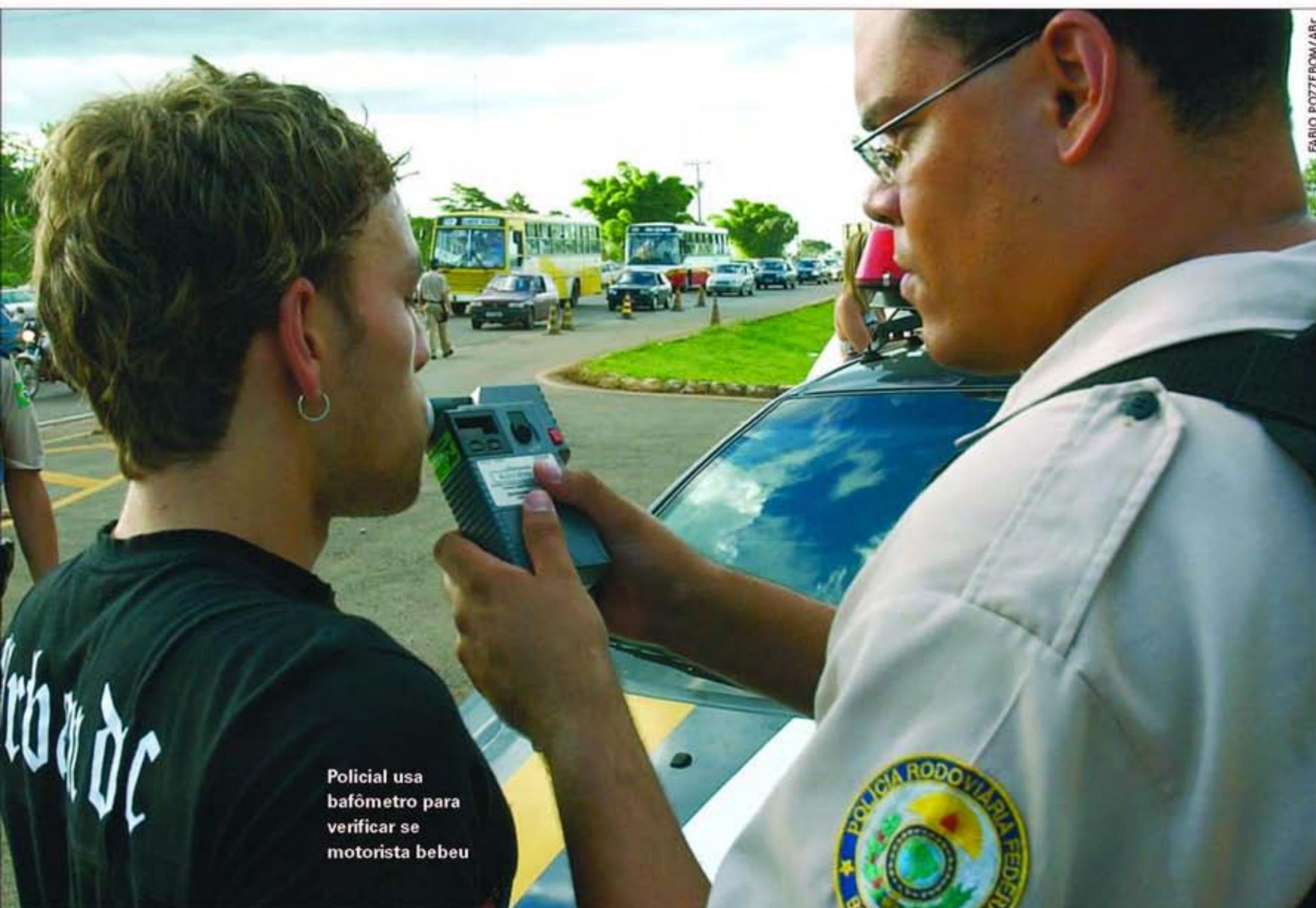
Marcelo Crivella defendeu funcionamento de 24 horas para postos de saúde

Mobilização no combate à dengue

Seis anos após a última grande epidemia de dengue no Rio de Janeiro, no verão de 2002, quando mais de 280 mil pessoas contraíram a doença e foram registradas 91 mortes, o estado voltou a passar pela situação. Mas, neste ano, o quadro foi ainda mais alarmante: em pouco mais de 57 mil notificações da doença, foram registradas 67 mortes. A dengue é causada por um vírus, transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti*.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) mencionou o apelo feito pelos senadores – “uma ação política” – para que a prefeitura do Rio de Janeiro abrisse os postos de saúde 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana, para tratar os doentes, medida que acabou determinada pela Justiça.

Já Paulo Duque (PMDB-RJ) comemorou a cooperação da Santa Casa de Misericórdia, que ofereceu aos governos estadual e municipal 1.800 leitos dos cinco hospitais da rede que existem no estado.



Policia! usa bafômetro para verificar se motorista bebeu

Lei Seca, em vigor desde junho, ajuda a reduzir mortes no trânsito

O número de mortes em consequência de acidentes de trânsito aumentou 9% entre 2002 e 2005, segundo o Ministério da Saúde. Nesse período, o número subiu de 32.753 para 35.753 mortes por ano. São os registros mais abrangentes, porque aqueles computados nas áreas urbanas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), e nas estradas pela Polícia Rodoviária Federal, contam apenas as mortes imediatas, que ocorrem ainda nas vias.

Com a Lei Seca (Lei 11.705/08), de 19 de junho, esses números começaram a cair. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, nos três primeiros meses de vigência da lei houve uma redução de 8% nos

acidentes com mortes em relação ao ano passado – foram 1.469 entre 20 de junho e 20 de setembro de 2007, contra 1.351 em 2008. Nos dois primeiros meses, a queda chegou a 13,6%. Para o senador Augusto Botelho (PT-RR), a lei deu resultados imediatos: os motoristas passaram a buscar alternativas de transporte após consumir álcool.

Pela Lei Seca, motorista flagrado com teor alcoólico entre dois e seis decigramas de álcool por litro de sangue é multado em R\$ 955 e perde o direito de dirigir por um ano. Se o teor for de seis ou mais decigramas, será aberto inquérito policial e o infrator poderá pegar prisão de seis meses a três anos.

Lula veta lei da musicoterapeuta

O Plenário aprovou em outubro projeto (PLC 25/05) que regulamenta a atividade de musicoterapeuta, profissional que usa a música para restaurar ou reabilitar a saúde das pessoas. O presidente Lula, porém, vetou o projeto..

Certificação sanitária

Em setembro, foi aprovado pelos senadores o PLC 120/07, que amplia para dois anos o prazo das certificações de boas práticas de fabricação e distribuição de produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária. O projeto voltou à Câmara.



Desmatamento e discórdia

Lista dos cem maiores desmatadores da Amazônia provocou discussão entre órgãos do governo

O ranking dos cem maiores desmatadores da Amazônia, divulgado em setembro pelo Ministério do Meio Ambiente, indicava nas seis primeiras posições assentamentos de sem-terra implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), todos no estado de Mato Grosso. O somatório das áreas derrubadas, de acordo com o relatório, atingia 220 mil hectares de floresta, equivalentes a 200 mil campos de futebol.

Mato Grosso (50) e Pará (37) reúnem a esmagadora maioria dos cem nomes que constam do ranking do Ibama, cuja forma de divulgação foi criticada pela ex-ministra Marina Silva e pelas autoridades federais ligadas à reforma agrária. Na visão dos críticos, ao enfatizar o desmatamento registrado nos assentamentos, o ministério deixou de realçar que, na verdade, 88% da destruição seriam atribuídos a particulares, não a terras sob propriedade federal, caso das áreas onde são implementadas

ações de reforma agrária. Na foto maior, criação de gado em plena reserva ambiental da Terra do Meio, no Pará; acima, madeira ilegal empilhada na cidade de Porto da Moz, também no Pará

ações de reforma agrária.

Após anunciar que o Ibama iria analisar os questionamentos do Incra sobre o relatório, o ministro Carlos Minc tentou colocar panos quentes no atrito criado com a área de reforma agrária e defendeu a criação de assentamentos com sustentabilidade ambiental. Para alterar o quadro, os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário e seus órgãos vinculados (Ibama e Incra) promovem treinamentos visando tornar mais ágil a emissão da licença ambiental para assentamentos. Segundo o senador Jefferson Praia (PDT-AM), é preciso agir de forma mais rápida e integrada para conter o aumento do desmatamento na região.

Marina Silva retorna aplaudida

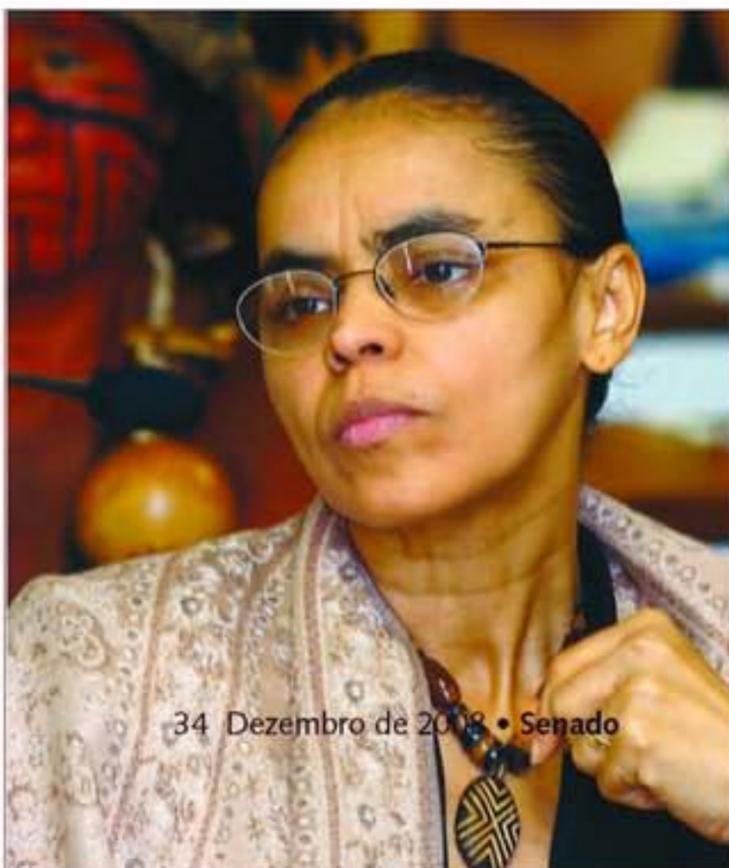
Ao reassumir em junho sua cadeira no Senado, a ex-ministra Marina Silva (PT-AC), após cinco anos à frente do Ministério do Meio Ambiente, defendeu as políticas ambientais implementadas durante sua gestão. Em referência ao último relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que indicou aumento da área de desmatamento na Amazônia Legal, em especial em Mato Grosso, a senadora lembrou que, durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Pará, em dezembro de 2007, já havia sido detectada a tendência.

Ela analisou detalhadamente sua atuação à frente do ministério, agradeceu a subordinados, instituições e associações que a ajudaram e a apoiaram durante sua gestão e, antes de ser apartada por 32 senadores, foi aplaudida no Plenário.

Marina Silva mencionou ainda as dificuldades enfrentadas pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Polícia Federal em alguns estados, como Mato Grosso e Rondônia, para estabelecerem parceria no combate ao desmatamento.

– Nesses últimos cinco anos vi a questão ambiental ser colocada no coração da agenda deste país. Vi a questão ambiental ser debatida todo dia, como até há bem pouco tempo eram discutidas questões econômicas e de outra natureza – disse.

**A ex-ministra do Meio Ambiente
reassumiu seu mandato em junho**



JOSÉ CRUZ



FLICKR

Colheita de cana-de-açúcar em São Paulo: plantação no Norte do país é vetada

Governo barra cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal

O estudo técnico para o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar veta seu cultivo nos biomas Amazônia e Pantanal, informou em outubro o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, em audiência conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. O zoneamento para a cana-de-açúcar, explicou Stephanes, leva em consideração aptidões de solo e clima, restrições ambientais e declividade do terreno, identificando áreas aptas à colheita mecanizada. O governo quer incentivar o uso de terras já desmatadas e degradadas. O estudo identifica 65 milhões de hectares adequados, dos quais 37

milhões são pastagens degradadas. Ficam de fora as áreas na Amazônia e no Pantanal, as terras que apresentam declividade superior a 12 graus e as que integram unidades de proteção legal.

“O zoneamento é um grande instrumento para compatibilizar produção de alimentos e de energia limpa sem destruir o meio ambiente”, afirmou o ministro, observando que só 5 milhões de hectares serão incorporados à área da cana.

Já Expedito Júnior (PR-RO) informou que o zoneamento estadual de Rondônia prevê o plantio de cana, em contradição ao nacional. E João Pedro (PT-AM) cobrou a regularização fundiária na Amazônia: “Sem ela, como vamos fazer o manejo das áreas?”

**Zoneamento
agroecológico levou em
conta aptidões de solo e
clima, explicou ministro**



Vista aérea de desmatamento em Mato Grosso: fronteira agrícola, o estado voltou a ser o campeão na derrubada da Floresta Amazônica

Agricultor que recuperar área degradada terá apoio

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou em agosto projeto que permite a concessão de incentivos especiais aos proprietários que adotarem sistemas integrados de produção destinados à recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação. Relatado pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), o projeto aguarda votação do Plenário.

A proposta (PLC 78/08) inclui os sistemas integrados de produção, em áreas degradadas, na lista de atividades e ações rurais que terão prioridade para obter apoio financeiro e de assistência técnica. As prioridades são listadas no artigo 103 da Lei 8.171/91, sobre crédito rural.

O projeto lista três modelos de sistemas integrados de produção – agroflores-

tais, agropastoris e agrossilvopastoris. No relatório, Goellner observa que as regras atuais para recebimento de incentivos só incluem ações de preservação, conservação e recuperação de vegetação nativa, recursos hídricos e solos. São esquecidos, diz, proprietários que se dedicam a sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis em áreas degradadas.

Mudanças climáticas e energia

Os efeitos das mudanças climáticas – com o aumento da intensidade e da frequência de eventos extremos como secas e inundações – podem influir na capacidade do sistema elétrico de manter a oferta de energia. O alerta é da Comissão de Mudanças Climáticas. O relatório de Renato Casagrande (PSB-ES) sugere aumentar a participação das fontes re-

nováveis (eólica, solar e biomassa) na matriz energética.

Em novembro, a tragédia em Santa Catarina levou os senadores do estado – Ideli Salvatti (PT), Neuto de Conto (PMDB) e Raimundo Colombo (DEM) – a traçarem um plano de ajuda à população. As inundações foram classificadas como catástrofe ambiental.

Cientista debate emissão de gases

No início de novembro o pesquisador do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) Martin Parry convocou o Brasil a defender a meta de 80% para a redução da emissão de gases, inclusive por Estados Unidos e China, até 2050, na Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas.

O pedido veio no debate sobre mudanças climáticas na Comissão de Meio Ambiente (CMA) proposto pelo senador Inácio Arruda (PCdoB). O percentual a ser aprovado pela conferência – em dezembro de 2009 – será adotado no novo acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2012.

Durante enchente, homem passa por esquina em Blumenau (SC): caos e destruição



Propostas para educar

Cristovam Buarque, presidente da Comissão de Educação, entrega plano para desenvolver o ensino no país

Os relatórios resultantes do ciclo de audiências públicas promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e intitulado “Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação” foram entregues, no dia 30 de abril, ao presidente da Casa, Garibaldi Alves, pelo presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF). Na presença de outros senadores e de funcionários da comissão, Garibaldi prometeu reproduzir o documento para enviar a secretarias estaduais de Educação, escolas e outros interessados no país.

Durante a audiência, o presidente do Senado também determinou que fosse marcado encontro com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para, junto com os integrantes da CE, o ministro levar ao Executivo esse diagnóstico sobre a educação de base. O ciclo de debates teve 12 audiências com 32 especialistas, autoridades e representantes do setor. Ao final do encontro, Cristovam Buarque disse que o Brasil precisa agir urgentemente para mudar o quadro da educação nacional.

– Primeiro, é preciso reconhecer que a situação é grave, porque o Brasil não vai dar o salto que quer se não tiver um trabalho muito cuidadoso na educação das nossas crianças. Segundo, isso não vai ser possível se não houver uma espécie de federalização da educação de base. Terceiro, a educação não é só escola. Educação vem de três coisas: escola, família e mídia. E isso tudo está claro neste documento – assinalou o presidente da CE.



Cristovam Buarque (C), com Marco Maciel, Raupp, Rosalba e funcionários da Comissão de Educação, entrega a Garibaldi os relatórios do ciclo de palestras sobre educação

Campeão olímpico de matemática

“Ricardo, você é o cara. Você é impressionante.” Com essas palavras e os aplausos de toda a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente Garibaldi Alves homenageou em maio o bicampeão das Olimpíadas de Matemática, Ricardo Oliveira, que superou 17,5 milhões de concorrentes na disputa. O senador homenageou também os pais do menino, pelos esforços realizados em sua educação.

Reestruturação do ProJovem

O projeto de conversão (PLV 9/08) à MP 411/07, que reestruturou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), foi aprovado pelo Plenário no dia 20 de maio e seguiu para a sanção presidencial. O programa, que busca integrar jovens carentes ao processo educacional e dar qualificação profissional, recebeu R\$ 1,5 bilhão em recursos federais em 2008.



Ricardo Oliveira: deficiência na medula e medalha de ouro em matemática



Condições de trabalho ruins e salários baixos fazem parte da rotina dos cerca de 800 mil professores do ensino básico no Brasil

Cota em universidade para aluno de escola pública

Os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas terão direito a pelo menos metade das vagas oferecidas por instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. A medida consta de projeto de lei (PLS 546/07) de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado em julho, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação.

De acordo com a proposta, parte dessas vagas deverá ser preenchida, em cada curso e em cada turno, por estudantes que se declarem negros e índios, pelo menos em igual proporção à participação de negros e índios na população da unidade da Federação onde estiver localizada a instituição de ensino. Por emenda do relator Paulo Paim (PT-RS), pessoas com deficiência terão acesso às vagas reservadas independentemente do

fato de terem feito o ensino básico em escolas públicas.

A CE concordou também com a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de ensino superior. A proposta (PLC 30/08) determina que serão 2.300 cargos efetivos de professor para a carreira do magistério superior e 1.075 cargos técnico-administrativos para diversas áreas.

Filosofia e Sociologia, o retorno

Trinta e sete anos depois de excluídas dos currículos escolares pelo regime militar, as disciplinas Filosofia e Sociologia voltaram a ser obrigatórias para os três anos do ensino médio, nas escolas públicas e particulares, por força da Lei 11.684/08.

A decisão é resultado de projeto de lei da Câmara (PLC 4/08) acatado pelo Senado no dia 8 de maio. Esse projeto, que recebera parecer favorável da Comissão de Educação dias antes,

foi incluído na pauta do Plenário após aprovação de requerimento de urgência apresentado pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Na discussão da proposta, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou o retorno das duas disciplinas ao ensino médio, décadas depois de serem excluídas do currículo escolar. As duas matérias foram, na época do regime militar, substituídas pela disciplina Educação Moral e Cívica.

Atenção aos superdotados

A necessidade de políticas específicas para crianças e adolescentes com altas habilidades – os superdotados – foi a principal conclusão de debate realizado em junho pela Comissão de Educação, por iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Duque (PMDB-RJ). “Muitas vezes jogamos fora um potencial maior: a inteligência dos brasileiros, uma energia permanente”, observou Cristovam, presidente da CE.

Piso de R\$ 950 para professor do ensino básico

O projeto que institui o piso salarial nacional para os professores da educação básica pública foi aprovado pelo Senado no dia 2 de julho. O texto resultou de substitutivo elaborado na Câmara tendo por base o projeto original (PLS 59/04), de Cristovam Buarque. O presidente da República sancionou a lei dias depois (Lei 11.738/08).

De acordo com o texto, explicou a relatora da matéria na Comissão de Educação, Ideli Salvatti (PT-SC), o piso salarial dos professores será de R\$ 950 para 40 horas semanais de trabalho e o benefício deverá ser estendido aos aposentados e pensionistas da categoria. O reajuste será concedido integralmente a partir de janeiro de 2010, informou a relatora. Até lá, os

profissionais receberão um terço da diferença entre o valor pago e o da proposta, a cada ano.

A matéria também determina que no mínimo um terço das 40 horas deverá ser reservado a atividades extraclasse – o que, segundo Ideli, é uma reivindicação “histórica” da categoria.

Aqueles municípios ou estados que não tiverem recursos para pagar o reajuste, explicou a senadora, receberão da União

a complementação dos valores, por meio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ideli destacou que a categoria reivindica o estabelecimento de piso salarial desde 1989. Ela lembrou que

já houve outras oito iniciativas legislativas com essa finalidade na Câmara, sem, no entanto, chegar à análise do Senado.

Recentemente, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, os governadores Yeda Crusius (PSDB-RS), Luiz Henrique (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR), André Puccinelli (PMDB-MS) e Cid Gomes (PSB-CE) questionaram a Lei 11.738. Eles argumentaram que, além da despesa extra que o piso salarial deve gerar, a lei põe em xeque a autonomia dos estados.

Senadores ligados à educação, como Ideli e Cristovam, acusaram os governadores de só assumirem a posição após a campanha eleitoral, e de nunca terem questionado o piso durante a tramitação da matéria no Congresso Nacional.

Governadores questionaram no STF a lei que fixou piso e jornada de trabalho



Professora do ensino básico no Distrito Federal: piso garantido por lei



MOREIRA MARIZ

Cristovam Buarque (E), Ideli Salvatti e Marina Silva comemoram aprovação da proposta que prevê fim da DRU para verbas da educação

Educação deve ficar livre de corte de verba permitido pela DRU

A partir de 2009, os percentuais da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino previstos na Constituição serão reduzidos gradualmente, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) aprovada pelo Plenário no dia 2 de julho. O percentual de desvinculação será reduzido à metade (10%) em 2009, caindo para 5% em 2010. Em 2011, a DRU para a educação deverá estar extinta. Com isso, o governo não poderá mais destinar essas receitas para outras finalidades, inclusive o pagamento da dívida. A PEC, da senadora Ideli Salvatti, foi enviada à Câmara.

Para que a aprovação ocorresse, líde-

res partidários concordaram em realizar num único dia as sessões de discussão que ainda faltavam para o exame da matéria, bem como os dois turnos de votação.

Renovada em dezembro pelo Congresso, a DRU autoriza o governo a desvincular 20% de todos os tributos condicionados a gastos específicos – exceto as contribuições patronais e dos empregados para a Previdência – e destinar os recursos para outros gastos urgentes. O mecanismo foi criado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, para dar ao governo maior flexibilidade no enfrentamento da crise fiscal (desequilíbrio entre receitas e despesas) naquele momento.

Eleição direta nas escolas

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou, no dia 27 de agosto, substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) baseado em projeto de lei (PLS 344/07) de Ideli Salvatti que determina a realização de eleições diretas para escolha de diretores das escolas públicas de educação básica de todo o país. Uma emenda do senador Romeu Tuma (PTB-SP) excluiu da eleição direta os diretores aprovados em concursos específicos para a função.

180 dias de aula em universidade

A CE aprovou em maio projeto de lei (PLS 386/07) do então senador Wilson Matos instituindo, na educação superior, o ano letivo regular de, no mínimo, 180 dias efetivos de aula. A proposta original estipulava 200 dias efetivos de aula, mas emenda de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) limitou as aulas efetivas em 180 dias. A matéria foi aprovada em decisão terminativa e seguiu para a Câmara dos Deputados.

Lista de aprovados em vestibular: estudantes terão o mínimo de 180 dias efetivos de aula



ARQUIVO/UNB AGENCIA



WILSON DIAS/ABR



MOREIRA MARIZ

Acima, senadores recebem flores da campanha a favor dos experimentos com células-tronco; ao lado, pessoas com deficiência em frente ao Supremo

Esperança na biotecnologia

Células-tronco podem ser alternativa de tratamento para males que ainda não têm cura

A Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05), aprovada pelo Congresso e sancionada com vetos pelo presidente Lula no dia 24 de março de 2005, permite o uso de células-tronco de embriões humanos para pesquisa científica e terapia. (Essa lei também trata da produção e venda de alimentos geneticamente modificados, os chamados transgênicos.)

De acordo com a legislação, fica permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro*. A pesquisa só poderá ser feita com embriões considerados inviáveis (que serão descartados) ou embriões congelados a partir da data de publicação da Lei 11.105/05, depois de completarem três anos ou mais, contados

da data de congelamento.

As células-tronco embrionárias, conforme definição da própria legislação, são células de embrião que apresentam a capacidade de se transformar em células de qualquer tecido de um organismo, tais como ossos, nervos, músculos e sangue.

Devido a essa característica, essas células podem ser úteis nas terapias de combate a doenças cardiovasculares, neurodegenerativas, diabetes, acidentes vasculares cerebrais, doenças hematológicas, nefropatias e traumas na medula espinhal.

A maior pena prevista na Lei de Biossegurança – prisão de dois a cinco anos e multa – é aplicada para quem realizar clonagem humana. As penas podem ser dobradas caso resultem na morte de alguém.

Senadores comemoraram liberação no STF

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir pesquisas com células-tronco de embriões humanos no país teve boa repercussão no Senado e foi elogiada em Plenário. Para o presidente Garibaldi Alves, essas pesquisas vão ajudar a medicina e, conseqüentemente, o tratamento de doenças.

A decisão do STF foi tomada no dia 29 de maio, quando o tribunal rejeitou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança, que permite a utilização em pesquisas e para fins terapêuticos dessas células fertilizadas *in vitro* e não utilizadas. A ADI foi proposta em 2005 pelo então procurador-geral da República Cláudio Fonteles.

Em Plenário, Garibaldi declarou ser favorável à legislação, argumentando que todas as salvaguardas foram providenciadas. “Essas pesquisas vão ajudar muito a medicina no nosso país”, frisou.



DAIANE SOUZA/UNB AGÊNCIA

Ampliação do número de bolsas do CNPq e Capes para pesquisadores é um dos investimentos do Ministério da Ciência e Tecnologia na área de recursos humanos

Estratégias para o conhecimento

Ministro apresenta Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação e destaca investimentos

“É um consenso hoje nacional de que ciência e tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento do nosso país.” A afirmação foi feita pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, na apresentação, em abril, do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) relativo aos anos de 2007/2010 aos senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O ministro explicou que as principais estratégias para esses quatro anos são a expansão e a consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; a promoção de inovação tecnológica nas empresas; a produção, o desenvolvimento e a inovação em áreas estratégicas; e o direcionamento de C,T&I para o desenvolvimento social.

Sérgio Rezende destacou ainda que

o governo tem consciência de que para atingir bons resultados e colocar o país na vanguarda do setor é fundamental investir na formação de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento. Ele disse que o Ministério da Ciência e Tecnologia está investindo na ampliação de bolsas de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Lei aprovada este ano no Senado rege uso científico de animais

Regulamentação da clonagem de animais

Representantes de entidades científicas e de criadores de gado defenderam a regulamentação da pesquisa e da produção de clones de animais no Brasil. Eles debateram na Comissão de Ciência e Tecnologia, em março, o projeto de lei de Kátia Abreu (DEM-TO) sobre pesquisa, produção, comercialização, importação e liberação ao ambiente de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Para João Tenório (PSDB-AL), relator do PLS 73/07 na CCT, o projeto é importante para garantir a propriedade intelectual dos pesquisadores.

Lei regula uso de cobaias em pesquisas científicas

O Senado aprovou no início de setembro projeto de lei que estabelece procedimentos para o uso científico de animais (PLC 93/08). A proposta cria o Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), que vai credenciar instituições interessadas na criação e utilização de animais para fins científicos e também formulará normas para o uso dos animais com o mínimo de sofrimento. Não estão incluídas entre as atividades de pesquisa as zootécnicas ligadas à agropecuária.

O projeto, sancionado pelo presidente Lula em outubro, foi apresentado em 1995 pelo então deputado federal Sérgio Arouca.



RICK EH.FLICKR



JANINE MORAES

fotos



MÁRCIA KALUME



J. FREITAS



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

1. Dia Nacional do Cerrado, 11 de setembro;
2. Grito da Terra, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura;
3. Gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros pedem fim da homofobia;
4. Evangélicos protestam contra o texto de projeto de lei que define crime de homofobia;
5. Ato contra o trabalho escravo;
6. 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora;
7. Protesto pelo fim do preconceito contra doentes de Aids

WILSON DIAS/ABR



MARCELLO CASAL JR./ABR

ANTONIO CRUZ/ABR





LEOPOLDO SILVA



GERALDO MAGELA



MÁRCIA KALLUME



1. Os gaúchos Pedro Simon (PMDB), Paulo Paim (PT) e Sérgio Zambiasi (PTB); 2. Sérgio Guerra (PSDB-PE); 3. Adelmir Santana (DEM-DF); 4. Serys Shessarenko PT-MT); 5. Eduardo Suplicy (PT-SP) em entrevista ao humorista da TV Danilo Gentile; 6. Lúcia Vânia (PSDB-GO); 7. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pede equilíbrio entre os Poderes durante evento no Interlegis.



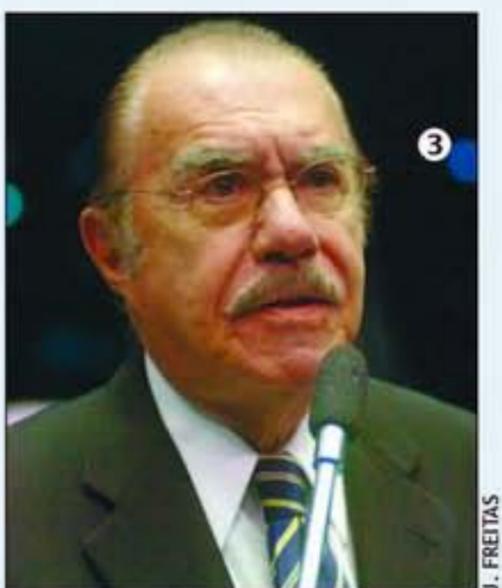
GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



PAULO LIMA



1. Renan Calheiros (PMDB-AL); 2. Mário Couto (PSDB-PA); 3. José Sarney (PMDB-AP); 4. Inácio Arruda (PCdoB-CE), na Comissão de Educação; 5. Virgínio de Carvalho (PSC-SE), na Comissão de Ciência e Tecnologia; 6. Lobão Filho (sem partido-MA); 7. João Pedro (PT-AM); 8. Eliseu Resende (DEM-MG), durante sessão de homenagem aos 80 do jornal *Estado de Minas*.





1. Jayme Campos (DEM-MT); 2. Jefferson Praia (PDT-AM); 3. Papaléo Paes (PSDB-AP); 4. Flávio Arns (PT-PR); 5. Gim Argello (PTB-DF); 6. José Maranhão (PMDB-PB); 7. Wellington Salgado (PMDB-MG).





JOSÉ CRUZ



MOREIRA MARIZ



CÉLIO AZEVEDO



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA

1. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE); 2. César Borges (DEM-BA); 3. João Durval (PDT-BA); 4. João Vicente Claudino (PTB-PI); 5. Fátima Cleide (PT-RO); 6. Ada Mello, suplente de Fernando Collor (PTB-AL); 7. João Ribeiro (PR-TO); 8. Almeida Lima (PMDB-SE); 9. Marisa Serrano (PSDB-MS).



GERALDO MAGELA



MÁRCIA KALUME



J. FREITAS



1. senador Pedro Simon (PMDB-RS); 2. senador Augusto Botelho (PT-SP); 3. senador Magno Malta (PR-ES), ao centro, preside reunião da CPI da Pedofilia; 4. Heráclito Forts (DEM-PI); 5. Renato Casagrande (PSB-ES); 6. senadoras participam do evento "Caminhada Luminosa", em defesa das crianças e adolescentes; 7. senadores Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PT-DF) na sessão especial pelos 120 anos da Lei Áurea.



LEOPOLDO SILVA



J. FREITAS

LEOPOLDO SILVA



LEOPOLDO SILVA

JOSÉ CRUZ



1. Atores visitam o Senado para pedir aprovação da Lei do Teatro; 2. Expedido Júnior (PR-RO); 3. Aloizio Mercadante (PT-SP) com o ministro da Fazenda, Guido Mantega (E), na Comissão de Assuntos Econômicos; 4. Kátia Abreu (DEM-TO); 5. Gilvam Borges (PMDB-AP); 6. Fernando Collor (PTB-AL); 7. Sessão de homenagem ao Dia do Aviador e Dia da Força Aérea, 23 de outubro.

J. FREITAS



JOSÉ CRUZ



JANE ARAUJO

1. Os presidentes do STF, Gilmar Mendes; da Câmara, Arlindo Chinaglia; da República, Lula; e do Senado, Garibaldi Alves, dividem o mesmo sofá, cercados pelo ministro Nelson Jobim e pelo vice-presidente José Alencar; 2. Marcelo Crivella (PRB-RJ); 3. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE); 4. Paulo Lacerda (E), ex-diretor da Abin, ministro Jorge Félix, da segurança institucional, e Heráclito Fortes (DEM-PI); 5. Eptácio Cafeteira (PTB-MA); 6. Marconi Perillo (PSDB-GO) com o deputado Paulo Ramos em audiência pública sobre a venda da Varig.



JOSÉ CRUZ



GERALDO MAGELA



J. FREITAS



JOSÉ CRUZ



GERALDO MAGELA



1. Gilberto Goellner (DEM-MT), que substituiu Jonas Pinheiro; 2. Adelmir Santana (DEM-DF), José Agripino (DEM-RN), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Sérgio Guerra (PSDB-PE); 3. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, com os senadores José Samey (PMDB-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF); 4. O então senador pelo DEM, Jonas Pinheiro (1941-2008); 5. Arthur Virgílio (PSDB-AM) e a ex-senadora Heloísa Helena se despedem do senador Jefferson Péres (1932-2008), falecido em junho; 6. Jefferson Péres (PDT-AM) em fevereiro.



Pena para corte de TV e internet

Os usuários de telecomunicações, TV a cabo e internet poderão ter direito a uma compensação financeira nos casos de interrupção injustificada da prestação dos serviços. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 591/07), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que em abril foi aprovado em decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e enviado à Câmara.

A proposta modifica a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97). A devolução do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços deverá ocorrer, segundo o projeto, em até 40 dias, em conta posterior, independentemente de solicitação do usuário.

Caso Eloá levanta críticas às emissoras

Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou duramente a cobertura das emissoras de TV no caso do seqüestro e assassinato da adolescente Eloá Cristina Pimentel, ocorrido em São Paulo em outubro. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) indagou se as entrevistas com o seqüestrador, feitas pela TV, influenciaram no desfecho. Em questão, os limites para esse tipo de cobertura.

Polêmica em cartaz

Defensor da emissora pública, Simon classificou como "grande bobagem" sua criação por medida provisória

Defensor de uma TV pública no Brasil, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente Lula cometeu, entretanto, "uma grande bobagem" ao decidir criá-la por medida provisória, "impondo ao país o que ele pensa e quer", sem discutir com o Congresso e a sociedade. O senador classificou como "golpe" a decisão do governo de votar no dia 11 de março, sem a aceitação de emendas, o projeto de lei de

conversão (PLV 2/08) à medida provisória (MP 398/07) que criou a TV Brasil.

O parlamentar lamentou que, para evitar o acolhimento de emendas, o que remeteria o assunto de volta à Câmara, lideranças do governo tenham "tomado nota" dessas alterações com a promessa de colocá-las em uma nova medida provisória.

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Senadores Raimundo Colombo (E), Geraldo Mesquita Jr e demais integrantes da subcomissão que discutiu a emissora pública; Tereza Cruvinel (foto menor), da TV Brasil



Franquias dos Correios têm regulamentação

O Plenário aprovou em abril projeto oriundo da Medida Provisória 403/07, que regulamenta a franquia postal concedida pelos Correios. A matéria seguiu para sanção. Pelo texto, as franqueadas podem, mediante autorização dos Correios, desenvolver atividades preliminares ou acessórias ao serviço de postagem.

Telecomunicação para lugarejos

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou em novembro projeto que institui o serviço de telecomunicação para atender a localidades pequenas, que não dispõem desse tipo de serviço, a ser operado por organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), sem fins lucrativos. A proposta (PLS 124/06) determina que o serviço seja limitado a apenas uma localidade.

Fracasso olímpico?

Senado convidou atletas e especialistas para analisar as causas do desempenho dos brasileiros nas Olimpíadas de Pequim, considerado abaixo do esperado

O investimento na formação de atletas e uma maior vinculação entre as políticas públicas nas áreas de esporte e de educação foram as principais recomendações apresentadas em outubro em audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que debateu o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim. O país ganhou 15 medalhas na China, sendo três de ouro. Também foram feitas críticas à falta de representatividade e de transparência das entidades esportivas.

Ao abrir a reunião, Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, disse que a audiência serviria para "discutir o futuro", ou seja, como levar o Brasil a ter um melhor desempenho a partir das Olimpíadas de Londres, em 2012. Um desempenho, como observou, que seja digno da dimensão econômica do país.

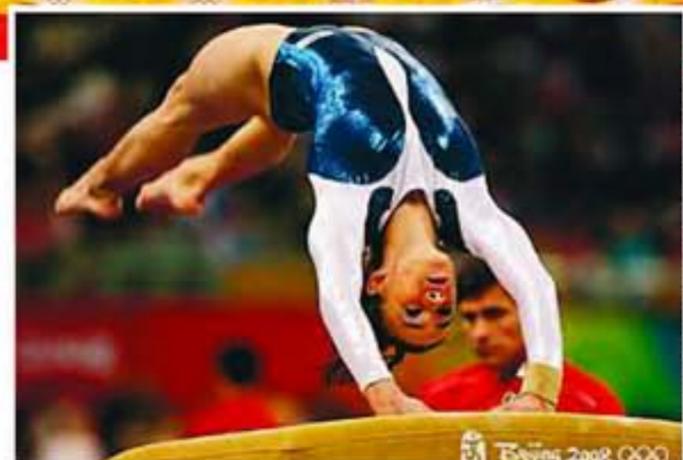
Lars Grael, velejador e ex-secretário nacional de Esportes, afirmou que é "simplista" a análise do desempenho de um país em jogos olímpicos apenas a partir das medalhas conquistadas. A seu ver, também devem ser levados em conta o número de atletas classificados e o número de finalistas.



MAURICIO KAYE/CBV

Vôlei feminino (acima) conquistou seu primeiro ouro olímpico; já a esperança Jade Barbosa (E) não ganhou medalha

Já a ex-jogadora de basquete Maria Paula Gonçalves, a Magic Paula, atual coordenadora de Esportes de Alto Rendimento da prefeitura de São Paulo, foi mais crítica em relação à participação brasileira em Pequim. "Temos no esporte atualmente verbas de Primeiro Mundo e planejamento de Terceiro Mundo", assinalou.



WANDER ROBERTO/DIVULGAÇÃO COB

Senadores homenageiam atletas paraolímpicos

Paulo Paim (PT-RS) saudou os atletas brasileiros que participaram das Paraolimpíadas de 2008, realizadas em Pequim em setembro. O senador observou, porém, que a competição deveria ser realizada simultaneamente aos jogos olímpicos convencionais, como forma de valorizar a participação dos atletas portadores de deficiência. "Essa política de inclusão daria brilho maior às nossas

olimpíadas", disse.

Eduardo Suplicy também homenageou a delegação paraolímpica brasileira. Ele apresentou requerimento para que fosse inserido em ata voto de congratulação e aplausos aos 277 atletas e à equipe técnica, que levaram o Brasil a alcançar a melhor colocação em jogos olímpicos em todos os tempos – nono lugar, com 47 medalhas, sendo 16 de ouro.

Dia Nacional do Ciclista

O Dia do Ciclista deverá ser celebrado anualmente em 19 de agosto, segundo projeto de lei da Câmara (PLC 43/08) aprovado em maio na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A data escolhida é uma homenagem ao ciclista e biólogo Pedro Davison, que morreu em Brasília em 19 de agosto de 2006, aos 25 anos, atropelado por um motorista que dirigia bêbado e em alta velocidade. A proposta, que teve como relator na comissão Gerson Camata (PMDB-ES), aguarda exame do Plenário.

Maria Quitéria e Marechal Osório

Projeto de lei de Serys Slhessarenko (PT-MT) que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus no *Livro dos Heróis da Pátria* foi aprovado em fevereiro, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Maria Quitéria integrou o Batalhão de Voluntários do príncipe d. Pedro, quando se destacou na luta contra as tropas portuguesas pela Independência do Brasil.

Caso o texto (PLS 236/07) seja aprovado também na Câmara dos Deputados, Maria Quitéria será a primeira mulher no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília.

O Senado também aprovou em fevereiro o Projeto de Lei da Câmara 110/07, que inscreve o nome do Marechal Osório no *Livro dos Heróis*. O projeto seguiu para sanção presidencial.

Incentivo à música regional

A música regional poderá – ao lado da erudita e da instrumental – receber os benefícios fiscais da Lei Rouanet, de incentivo à cultura. A medida está prevista em projeto (PLS 604/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aprovado em março, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com a sua proposta, Sérgio Zambiasi pretende, como explicou, garantir um novo estímulo a ritmos como maxixe, música caipira, samba de roda, catira e a música nativista gaúcha, que têm dificuldade de ingressar no circuito de gravações e grandes espetáculos.

LEOPOLDO SILVA



Atores e produtores visitam o Plenário do Senado, acompanhados pelos parlamentares

Atores pedem aprovação de lei para o teatro

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizou em maio audiência para debater o projeto da Lei Geral do Teatro. A proposta, entregue por artistas e produtores teatrais ao presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), cria a Secretaria Nacional do Teatro, no âmbito do Ministério da Cultura, e permite que contribuintes deduzam do Imposto de Renda investimentos feitos em obras teatrais brasileiras.

A proposta foi defendida por quase todos os participantes da audiência. Durante o debate, apenas o presidente da Fundação Nacional de Arte (Funarte), Celso Frateschi, levantou dúvidas a respeito do projeto. Ele questionou a necessidade de criação de um órgão novo, como a Secretaria Nacional do Teatro, ou mesmo de uma lei que conte com incentivos semelhantes aos já existentes na Lei Rouanet.

O advogado e ex-ministro da Cultura

Luiz Roberto Nascimento Silva apontou o “esgotamento” da Lei Rouanet e disse que o atual instrumento de benefícios fiscais para a cultura não atende às necessidades do teatro.

A atriz Regina Duarte recorreu a uma metáfora para sustentar o mesmo ponto de vista. “Sinto que essa lei é um pouco isso: o teatro está querendo sair de casa e morar sozinho, porque hoje muitas vezes ele fica ali, perdido”, comentou a atriz.

Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu a inclusão, numa futura lei sobre o assunto, de uma maior integração entre o teatro e a educação básica, para fomentar o surgimento de novos artistas. A ideia recebeu apoio de Cristovam Buarque. “Quando toda criança tiver teatro e cinema na escola, nem será necessária uma Lei Rouanet, pois haverá uma demanda natural por atividades artísticas”, previu o senador do Distrito Federal.

Artistas e produtores teatrais entregaram proposta ao senador Cristovam Buarque



LUÍZ CARLOS MURAUSKAS/FOH

Para fortalecer o setor, o chamado PAC da Indústria reduz impostos e amplia prazos

Indústria turbinada

Incentivos fiscais estimulam empresas a investir em pesquisa para produzir e exportar mais

O Senado aprovou em agosto a concessão de incentivos fiscais a setores da economia integrantes do chamado PAC da Indústria, lançado em maio. O projeto de lei de conversão (PLV 19/08), proveniente da Medida Provisória 428/08, foi sancionado pelo presidente Lula.

O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), explicou que a iniciativa estimula as empresas a investir em pesquisas para aumentar a produtividade e as exportações.

Entre os incentivos estão redução de imposto por depreciação de equipamentos, ampliação do prazo de pagamento de imposto, redução de prazo para

apropriação de créditos tributários e redução de alíquotas. A renúncia fiscal estimada por Dornelles será de R\$ 3,5 bilhões em 2008, R\$ 7,7 bi em 2009 e R\$ 5,6 bi em 2010.

A medida excluiu do lucro líquido das empresas de tecnologia da informação e de comunicação despesas com desenvolvimento de *softwares*, e estendeu às concessionárias de transporte ferroviário os incentivos do Reporto, regime tributário específico para portos.

Apesar de votar a favor, senadores de oposição criticaram o uso de MP. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que um projeto de lei com o mesmo teor teria sido aprovado mais rápido.

Regras para repor o que a Lei Kandir tirou

A reposição de perdas decorrentes da Lei Kandir foi aprovada em setembro pelo Plenário. O projeto de lei da Câmara (PLC 133/08) regulamenta a compensação a estados, Distrito Federal e municípios por isenções concedidas a exportadores. O repasse desses recursos pela União em 2008 foi estimado em R\$ 3,2 bilhões, segundo o governo, autor da proposta.

A União repassa esse dinheiro aos estados, DF e municípios para incentivar as exportações. Pelo projeto, esses recursos deverão ser entregues até o 10º dia útil de cada mês.

As parcelas serão proporcionais aos coeficientes individuais de participação estabelecidos pela proposta. A União entregará ao estado 75% e aos municípios, 25%.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, Sérgio Guerra (PSDB-PE), mas recebeu críticas dos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valter Pereira (PMDB-MS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para os quais os recursos repõem apenas uma parte das perdas sofridas.

Aprovada pelo relator, iniciativa foi criticada por vários senadores porque só repõe parte das perdas



MOREIRA MARIZ

Turismo ganha política nacional

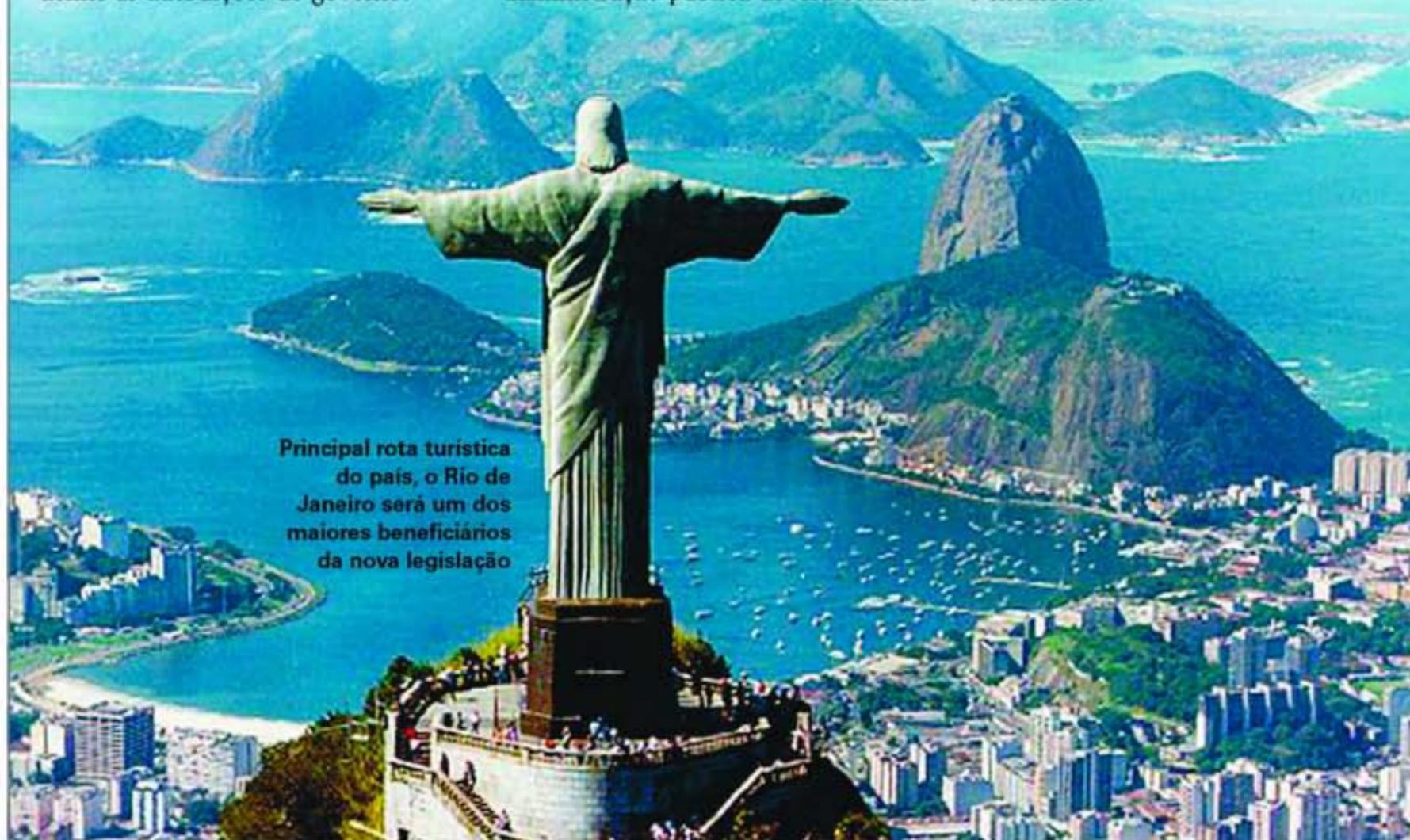
O projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Turismo (PLC 114/08) foi aprovado em Plenário. Ele institui a Lei Geral do Turismo, que consolida a legislação sobre o setor e define as atribuições do governo.

Descentralizar rotas, diversificar financiamentos e capacitar pessoal são os objetivos da iniciativa, relatada por Adelmir Santana (DEM-DF).

- A articulação entre os órgãos da administração pública deverá conferir

nova dinâmica ao setor - frisou.

Também foi acatado projeto (PLC 22/03) que define as atividades privadas das agências de turismo, como venda de passagens, passeios, viagens e excursões.



Principal rota turística do país, o Rio de Janeiro será um dos maiores beneficiários da nova legislação

Dinheiro de fora em banco nacional



GERALDO MAGELA
Arthur Virgílio é autor da proposta que regulamenta o artigo 192 da Constituição

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que regulamenta a participação de capital estrangeiro em bancos brasileiros. A proposta (PLS 339/03), de Arthur Virgílio (PSDB-AM), regulamenta o artigo 192 da Constituição quanto à participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, de seguros, resseguros, previdência e capitalização.

A matéria, que seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos, foi relatada por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e define instituições de capital estrangeiro como as controladas por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior. O texto atribui ao governo o poder de autorizar o funcionamento dessas empresas, sujeitas às regras do sistema financeiro nacional.

20 anos depois, as normas para ZPEs

O Plenário aprovou a isenção de impostos para empresas inseridas em zonas de processamento de exportação (ZPEs), prevista no projeto de lei de conversão (PLV 15/08) derivado da MP 418/08.

O relator foi José Sarney (PMDB-AP), que, quando presidente da República (1985-1989), criou essas áreas como ferramenta de desenvolvimento. A matéria recebeu a sanção presidencial.

Ao eliminar sete impostos, o projeto abriu caminho para a implantação das ZPEs, 20 anos após sua criação.



Sandro Mabel (E), Edinho Bez e Antônio Palocci na comissão especial da Câmara destinada a analisar a reforma tributária

Reforma no fisco

Crise internacional recoloca a reforma tributária entre as prioridades do governo no Congresso

O agravamento da crise financeira mundial recolocou, no segundo semestre, a reforma tributária na pauta das prioridades do governo no Congresso. Depois de oito meses de negociação em torno da sua nova proposta de emenda à Constituição (PEC 233/08), a base governista marcou o primeiro tento. A reforma conseguiu avançar na comissão especial da Câmara, presidida

pelo deputado Antônio Palocci (PT-SP), ex-ministro da Fazenda.

Embora por maioria simples, o texto negociado pelo deputado Sandro Mabel (PR-GO), relator da proposta, acabou aprovado na madrugada de 20 de novembro, após exaustiva sessão que venceu o bloqueio dos partidos de oposição, contrários à PEC. No entanto, a verdadeira batalha com os governadores,

inconformados com a perda de receita e de autonomia embutida na reforma com o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi transferida para o Plenário, onde são necessários votos de 308 dos 513 deputados.

Segunda tentativa do governo Lula em reordenar a estrutura tributária do país, incluindo o ICMS, principal fonte de receita dos estados, a PEC 233 cria o Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F), com a fusão de quatro tributos federais (PIS, Cofins, contribuição para o salário educação e Cide). Só que este último foi retirado do IVA-F por Mabel.

A receita do novo ICMS será apropriada no estado de destino da mercadoria, com pequena alíquota na origem e fim das alíquotas interestaduais, medidas que devem acabar com a guerra fiscal entre os estados. As 27 leis estaduais de ICMS serão unificadas por meio de lei complementar.

Comissão do Senado apresenta projeto alternativo

No Senado, a Subcomissão da Reforma Tributária apresentou uma proposta alternativa, elaborada por Francisco Dornelles (PP-RJ). Embora inclua o ICMS na base do imposto sobre valor adicionado, chamado de IVA Nacional, representantes dos governos estaduais no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) consideram a proposta de Dornelles mais favorável aos estados do que a PEC 233 do governo, base do substitutivo de Sandro Mabel. O texto do senador deixa com os estados a responsabilidade pela cobrança e fiscalização do IVA Nacional, apro-

veitando assim a maior experiência estadual com impostos sobre valor agregado.

Das contribuições federais relevantes, só a previdenciária ficaria fora do IVA Nacional. Mais amplo que o IVA-F, que substitui PIS, Cofins e salário-educação, ele aglutinaria o IPI, o Pasep, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel), além do ICMS.



O texto de Dornelles deixa com os estados a fiscalização do IVA



MARCELO JUSTO/FOLHA IMAGEM

Guias de recolhimento do Supersimples: reforma tributária em análise no Congresso pretende simplificar o sistema, reduzir a carga e acabar com a guerra fiscal entre estados

Senado aprova prazo máximo de 90 dias para Receita restituir IR

A Receita Federal poderá ter o prazo máximo de 90 dias para restituir o valor recolhido a mais do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). O projeto é de Alvaro Dias (PSDB-PR) e foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em abril, em decisão terminativa, e enviado à Câmara.

Pelo projeto (PLS 58/06), o prazo seria contado a partir do último dia útil

previsto para a entrega da declaração – em geral, marcado para o fim de abril de cada ano. O atraso na restituição implicaria multa de 10% do valor a ser restituído.

Alvaro Dias criticou a “grande pressão” dos estados para que se retarde ao máximo a restituição, uma vez que o pagamento afeta diretamente a base de cálculo dos fundos de participação.

O dia seguinte da guerra fiscal

Audiência realizada no Senado em junho discutiu como a reforma tributária afetará o desenvolvimento regional, uma vez que a tendência é acabar com a “guerra fiscal”. Nessa “guerra”, estados menos desenvolvidos reduzem impostos para atrair empresas.

A audiência, da Comissão de Desenvolvimento Regional e da Subcomissão

da Reforma Tributária, teve a presença do secretário do Ministério da Fazenda Bernard Appy e do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Segundo Appy, estados mais pobres terão de usar bem os recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento Regional para criar a infra-estrutura capaz de atrair investidores.

LEOPOLDO SILVA



Mailson da Nóbrega, Lúcia Vânia e Bernard Appy em debate sobre reforma tributária e guerra fiscal

Para compensar o fim da CPMF

O aumento de 9% para 15% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos e das empresas de seguros privados e de capitalização foi aprovado pelo Plenário em maio. O projeto (PLV 14/08, oriundo da MP 413/08) seguiu para sanção presidencial. Ele fez parte do pacote tributário adotado pelo governo para compensar parcialmente a queda da arrecadação com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ataque à informalidade

O projeto (PLC 128/08) que institui a figura do microempreendedor individual (MEI) foi aprovado pelo Senado em dezembro. Trata-se do empresário individual com renda anual de até R\$ 36 mil e optante do Simples Nacional. Pela proposta, ele poderá pagar impostos em valores fixos mensais, independentemente da receita do mês. O texto voltou à Câmara.

Projeto do Sacoleiro

O Senado acolheu em dezembro o projeto que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Já aprovada na Câmara, a matéria ficou conhecida como Projeto do Sacoleiro e permite a importação mediante pagamento unificado dos impostos federais incidentes na operação, com alíquota total de 42,25%. Alterada no Senado, a proposta voltou à Câmara.

As riquezas futuras

Gigantescas reservas de petróleo atizam discussão sobre gestão dos recursos

Em decorrência da descoberta de reservas de petróleo e gás capazes de levar o Brasil a ser um grande produtor e exportador, o governo iniciou estudos para o novo marco regulatório do setor, criando uma comissão interministerial para sistematizar as propostas. O prazo para essa comissão apresentar resultados foi adiado várias vezes, e até agora o Executivo não enviou a proposta do novo marco regulatório do petróleo.

Ao informar que a proposta seria conhecida após as eleições municipais, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, chegou a anunciar que o trabalho do colegiado estava concluído. Lobão também disse que iria apresentar à comissão cinco propostas, entre elas a de criação de uma nova estatal para cuidar das gigantes reservas de petróleo do pré-sal.

No Congresso, parlamentares também debatem a questão e defendem nova legislação para o setor. O presidente da Subcomissão Temporária de Regulamentação dos Marcos Regulatórios – que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) –, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que as descobertas dos campos na camada pré-sal exigem mudanças na lei. Ele manifesta, no entanto, preocupação quanto à politização das discussões sobre o modelo regulatório e pede “serenidade e equilíbrio”.

Sobre a criação de uma nova empresa para cuidar especificamente dos campos

do pré-sal, Delcídio lembrou que a proposta precisa ser mais bem discutida.

– Podemos até chegar a tal conclusão, mas não com os elementos disponíveis no momento. Senão, vai virar uma babel e a chamada Petrosal vai acabar virando uma Petrossauro – observou.

Na Comissão de Serviços de Infra-

Estrutura (CI) tramita projeto de João Pedro (PT-AM) que prevê a destinação dos recursos obtidos com o petróleo à educação e à Previdência. Ele tem apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF). Já o senador João Tenório (PSDB-AL) lembra que antes o país precisa transformar as jazidas em riqueza.



Ministros Edison Lobão e Dilma Rousseff com Sérgio Gabrielli, da Petrobras, e Lula: óleo da camada pré-sal

Tupi, maior descoberta desde 2000

As reservas da camada pré-sal, a mais de **7 mil metros** abaixo da superfície do mar, estão situadas nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil. Têm cerca de **800 quilômetros** de extensão e **200 quilômetros** de largura. Segundo informações da Petrobras, elas vão do litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina.

Primeira área avaliada dessa região, o Campo de Tupi (um campo pode conter vários poços de petróleo, enquanto uma bacia pode ter vários campos) tem volumes estimados entre **5 e 8 bilhões de barris** de petróleo e representa o maior campo de petróleo descoberto no mundo desde **2000**. As estimativas apontam que só Tupi deverá aumentar as reservas da Petrobras em mais **50%**.

JOSÉ CRUZ



Gerson Camata também pede mudanças no modo de dividir os *royalties* do petróleo

Com o pré-sal, cresce debate sobre *royalties*

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), as descobertas de petróleo e gás natural na camada pré-sal obrigam o país a revisar a legislação que trata da distribuição de *royalties* pela exploração mineral. Para ela, os recursos devem ser destinados para todo o país, e não para alguns estados.

Gerson Camata (PMDB-ES) também pretende uma revisão nas regras para distribuição dos *royalties* do petróleo. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) propõe que uma porcentagem seja destinada à educação. Por sua vez, Fernando Collor (PTB-AL) sugere que 0,25% do valor arrecadado nas hidrelétricas seja direcionado ao Exército.

Ideli acredita que seja hora de rever as regras de distribuição dos recursos



GERALDO MAGELA

FLICKR



Cataventos gigantes na Tailândia: geração eólica de energia se propaga em todo o mundo

Brasil pode estabelecer meta de consumo de energia limpa

Até 2018, 10% do consumo anual de energia no país deverão ser provenientes de fontes renováveis, como as de matriz solar, eólica e biomassa, segundo proposta (PLS 204/08) do senador Renato Casagrande (PSB-ES) aprovada em agosto pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O texto

seguirá à Câmara dos Deputados. Para Casagrande, os países líderes na corrida pela geração e consumo de energia renovável contaram com forte ação de seus governos, quase sempre com a fixação de metas obrigatórias.

A proposta foi relatada por Gilberto Goellner (DEM-MT).

Novo reator nuclear em SP

O primeiro reator nuclear a ser produzido no país com tecnologia nacional deverá iniciar suas operações em 2014. O anúncio foi feito em julho por Carlos Passos Bezerril, diretor do Centro Tecnológico da Marinha, durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Laboratório de Geração Nucleo-Elétrica (Labgene), onde será instalado o reator, já começou a ser construído em Aramar (SP), informou. O reator, que será capaz de mover um submarino nuclear, também poderá fornecer energia.

Eletrobrás com mais autonomia

A ampliação dos poderes da Eletrobrás para se associar com outras empresas foi aprovado em março depois de sete horas de debate pelo Plenário. A oposição considerou que a mudança, incluída no projeto de lei de conversão (PLV 1/08) que alterou a medida provisória 396/07, tinha "viés estatizante".

Francisco Dornelles (PP-RJ), relator do PLV, argumentou que a Eletrobrás não obterá nenhum privilégio sobre as empresas privadas. "Estabelecemos na área de energia elétrica a mesma situação que a do petróleo", argumentou o parlamentar.



FÁBIO FARIAS/AGÊNCIA ALAGOAS

Reporto vale até 2011

O Plenário aprovou em maio a prorrogação, até dezembro de 2011, do prazo para compra de equipamentos com isenção fiscal por meio do regime de incentivo conhecido como Reporto. A proposta (PLV 10/08, oriundo da MP 412/07) foi encaminhada à sanção. O texto foi acatado sem emenda da relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), que determinava que os portos mistos poderiam movimentar livremente cargas próprias ou de terceiros, conforme a Lei 8.630/93. O objetivo da senadora era contornar exigência da Agência de Transportes Aquaviários de que interessados em investir nos portos tenham mercadoria própria que justifique o empreendimento.

Expansão na rede ferroviária

O projeto de lei de conversão (PLV 18/08) que alterou a estrutura ferroviária do país foi aprovado pelo Plenário em agosto. Oriundo da MP 427/08, o PLV também transformou em empresa pública a Valec, passando a esta a gestão de algumas ferrovias. A proposta encerrou ainda o processo de liquidação da Empresa de Planejamento de Transportes (Geipot). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou, entre os pontos importantes, a ampliação da Ferrovia Norte-Sul até Panorama (SP); a estruturação de uma conexão ferroviária com os portos de Santa Catarina; e a perspectiva de trens de alta velocidade entre as cidades mais populosas. O texto voltou à Câmara.



JOSÉ CRUZ

Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini na comissão criada para acompanhar a obra de transposição do rio São Francisco (acima)

Novo rumo no Velho Chico

Secretário diz que transposição do São Francisco é irreversível. Senado cria comissão para monitorar obra

O secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Santana Filho, afirmou em setembro, em depoimento no Senado, que, apesar da polêmica em torno da transposição do rio São Francisco, a obra “é irreversível” e trará incontáveis benefícios para a população do Nordeste em termos de abastecimento de água.

Santana Filho informou que as obras de integração de águas do São Francisco com outras bacias do Nordeste “estão andando muito rápido”. Dos R\$ 6,9 bilhões previstos para o projeto, incluindo manejo ambiental, R\$ 2,1 bilhões já teriam

sido contratados e R\$ 304 milhões, desembolsados.

Em agosto, começou a trabalhar a comissão temporária externa do Senado destinada a acompanhar a transposição. A presidência do colegiado ficou a cargo de Cícero Lucena (PSDB-PB), a vice-presidência com Gim Argello (PTB-DF) e a relatoria com Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Cícero Lucena foi o autor do requerimento para a criação da comissão. No pedido, apresentado em fevereiro, o senador afirma que “a questão envolve o interesse de vários estados da Federação, remetendo às atribuições constitucionais desta Casa”.

Cícero Lucena propôs a criação e foi escolhido presidente da comissão temporária



Aeroporto de Vitória: reforma foi interrompida em 2005 por determinação do TCU, que encontrou indícios de superfaturamento

Tribunal de Contas da União vê indícios de fraude em 66 obras

Durante a elaboração do Orçamento para 2009 (que poderá ser votado só no ano que vem), além das projeções de receitas e despesas da União, outro fator traz inquietação tanto para o governo quanto para o Congresso: a recomendação de paralisar, com a suspensão de repasses, obras públicas com irregularidades graves.

A lista de obras irregulares deve constar anualmente na lei orçamentária. Para elaborá-la, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) conta com o apoio do Tribunal de Contas da União

(TCU), órgão do Legislativo que identifica possíveis fraudes em licitações e contratos entre empresas e órgãos públicos.

Em 2008, o Congresso recebeu o relatório do TCU com 153 obras auditadas. Desse total, 66 apresentaram indícios de irregularidades graves. Em outros 78 empreendimentos, o tribunal constatou irregularidades, mas não recomendou a interrupção dos trabalhos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve detectadas irregularidades em 25 obras.

Marconi pede marco para setor de transporte

Ao encerrar em novembro o simpósio "Desafios para um País Emergente: Infra-Estrutura e Logística no Brasil", o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou que as discussões travadas no encontro demonstraram cabalmente

a incapacidade total da infra-estrutura de transportes brasileira de atender à atual demanda. "A menos que se promova um planejamento de longo prazo, aliado às reformas estruturais e à criação de marcos regulatórios, essa realidade não será alterada", disse.

CPI para investigar a venda da Varig?

Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da Comissão de Infra-Estrutura, admitiu em julho que o caso da venda da Varig "está longe" de ser esclarecido. Durante as reuniões da comissão destinadas a apurar denúncias de fraudes na negociação, ele disse que caberia aos líderes partidários decidir sobre a abertura de uma comissão de inquérito. "Enquanto isso, a CI continuará apurando as denúncias", afirmou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defenderam a criação da CPI da Varig.

Marconi Perillo, presidente da Comissão de Infra-Estrutura

JOSE CRUZ



Escassez de comida

Ministro da Agricultura diz aos senadores que alta no preço dos alimentos deve perdurar. Para Mercadante, demanda dos emergentes pressiona cotações

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, disse aos senadores em maio que a tendência de alta no preço dos alimentos no mercado internacional ainda duraria por algum tempo. Com a elevação do consumo, enfatizou, deverão ocorrer novos aumentos até 2012.

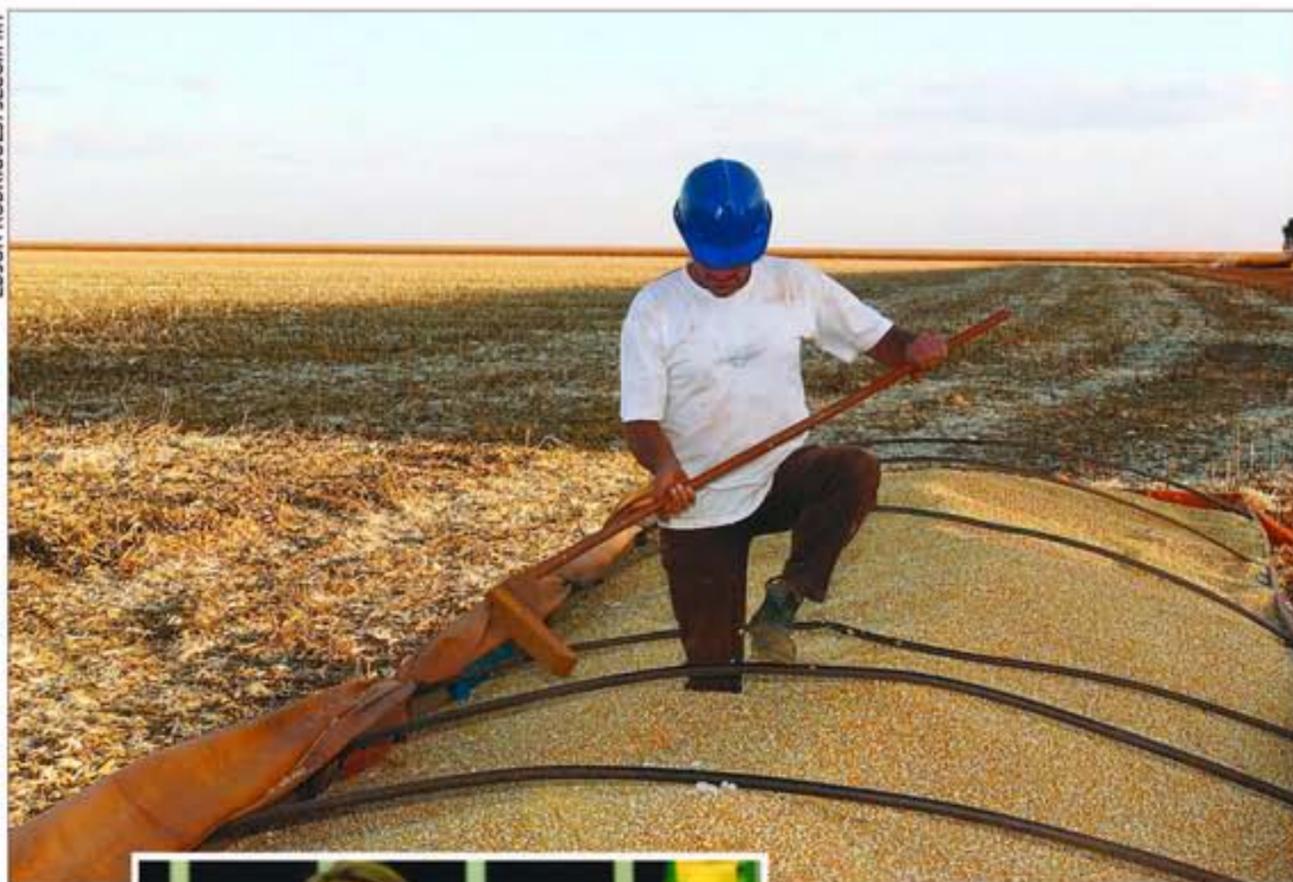
Em debate promovido pela Subcomissão de Biocombustíveis e pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores (CRE), o ministro apontou o aumento na oferta como saída para a crise, ressaltando que, no Brasil, há terra suficiente para ampliar cultivos alimentares e, ao mesmo tempo, dinamizar a produção de etanol.

Segundo Stephanes, o aumento dos preços era resultado, entre outros fatores, da elevação do consumo nos países emergentes. "A demanda por alimentos cresceu em média 5% ao ano nos últimos cinco anos. No mesmo período, os estoques de trigo, milho e arroz caíram pela metade", disse.

Ele reconheceu a elevação de custos pelo uso de milho para produção de etanol nos Estados Unidos e destacou as mudanças climáticas como redutoras da produtividade em vários países. O Brasil, continuou, consegue produzir para alimentar a população, atender ao crescimento de demanda, produzir biocombustível e aumentar as exportações.

Aloizio Mercadante (PT-SP) também analisou a pressão internacional sobre os preços dos alimentos em entrevista ao **Jornal do Senado**. "Nos Estados Unidos, boa parte da safra de milho foi comprometida para produzir etanol. E a urbanização da Índia e da China aumenta o consumo de alimentos no mundo. Por isso, no ano passado tivemos um aumento de 11% nos alimentos", analisou.

EDSON RODRIGUES/SECOM-MT



GERALDO MAGELA



Pressão sobre o preço dos alimentos preocupa a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), presidida pela senadora Kátia Abreu

Guerra da carne na Europa

Um clima de confronto marcou o desfecho de reunião de trabalho, em abril, entre parlamentares que representam o setor agropecuário brasileiro e membros da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu. Ao responder a críticas do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) ao embargo às importações de carne do

Brasil (iniciado em 31 de janeiro), o presidente da comissão europeia, o deputado inglês Neil Parish, acusou Caiado de assumir posição agressiva e chegou a dizer que os produtores brasileiros possuem "melhor bom senso" que alguns de seus representantes. "Estamos aqui para dialogar, não para arrogância", afirmou Parish.



Projeto elaborado por Osmar Dias prevê facilidades como a obtenção facilitada de crédito rural para a pecuária intensiva

Agropecuária intensiva para evitar derrubada de florestas

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou em agosto, em decisão terminativa, projeto que estabelece incentivos, como obtenção facilitada de crédito, para o produtor que substituir a pecuária extensiva pelo sistema intensivo ou desenvolver produção orgânica. A matéria seguiu para a Câmara em novembro.

O texto final no Senado é de Osmar Dias (PDT-PR), que fundiu o PLS 474/07, de João Tenório (PSDB-AL), que tratava da inclusão da pecuária intensiva entre as finalidades do crédito rural, e o PLS 555/07, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que previa a concessão do mesmo *status* à agricultura orgânica. O acesso aos incentivos é regulado pela Lei

8.171, de 1991.

Estímulos à pecuária intensiva podem contribuir para reduzir a pressão sobre as florestas e aumentar a produtividade do setor, observou Osmar Dias. Já em relação à agricultura orgânica, o senador lembrou que ela “busca conciliar economia, ecologia e contextos sociais”.

Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis da CRA, João Tenório declarou ser contrário à plantação de cana-de-açúcar na região amazônica não por causa do desmatamento, mas porque o produto requer um período de seca para ser colhido, o que não é possível no Norte do país, pelo alto índice de chuvas.

Fazendas na Amazônia

A área que pode ser concedida pela União para uso rural na Amazônia, sem licitação, foi aumentada de 500 hectares para 15 módulos fiscais, de acordo com medida provisória (MP 422/08) aprovada pelo Senado em julho e enviada à sanção. O módulo fiscal é fixado para cada município e procura refletir a área média dos imóveis rurais daquela região. Em alguns locais, o módulo chega a 100 hectares. Nesses casos, a área passível de regularização será ampliada de 500 para 1.500 hectares.



Neuto de Conto (E), presidente da Comissão de Agricultura, e João Tenório, presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, em reunião que analisou a produção de cana no país

Dívida rural renegociada

Depois de um ano de negociações entre ruralistas e parlamentares, o Plenário acatou em agosto o projeto que autoriza o governo a renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas de 2,8 milhões de agricultores, algumas contraídas nas décadas de 80 e 90. O projeto de lei de conversão (PLV 22/08), oriundo da MP 432/08, concedeu descontos de 5% a 45% sobre o saldo devedor para pagamentos antecipados, com juros entre 3% e 12%. O governo diz que deixará de receber R\$ 9 bilhões da dívida.



Garimpo na Amazônia: lei pode combater a informalidade

ANDRÉS D'ELIA

Comissões debatem Estatuto do Motorista

A regulamentação do setor de transporte e da atividade de motorista foi debatida em outubro pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

A discussão, com representantes de trabalhadores e empresários, girou em torno do Estatuto do Motorista Profissional (PLS 271/08), do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Protetor solar para os trabalhadores

Os empregadores poderão ser obrigados a fornecer protetores, bloqueadores ou filtros solares aos trabalhadores que exerçam atividades ao sol, bem como equipamentos de proteção. É o que estabelece projeto (PLC 111/05) aprovado pelo Plenário em outubro. O Ministério do Trabalho terá de incluir tais produtos na legislação de proteção aos trabalhadores.

Profissão: garimpeiro

Lei estabelece direitos e deveres de trabalhadores autônomos vinculados à atividade de mineração

O projeto que cria o Estatuto do Garimpeiro (PLC 15/08) foi aprovado pelo Plenário em maio. A proposta, que já virou lei, estabelece direitos e deveres para esses trabalhadores. O texto mantém a determinação de que a garimpagem e a venda dos minerais extraídos, para serem exercidas legalmente, precisam ter a permissão do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério de Minas e Energia.

Segundo o Executivo, autor da proposta, a formalização da atividade permitirá a implementação de programas de apoio e fomento ao setor. Para o governo, "o grande número de garimpos clandestinos leva a problemas como

evasão fiscal, descompromisso com o meio ambiente, a saúde e a segurança no trabalho e, é claro, à marginalização social do garimpeiro".

O texto ainda institui o Dia Nacional do Garimpeiro, em 21 de julho, e intitula o bandeirante Fernão Dias Paes Leme como patrono da categoria. Para o senador João Ribeiro (PR-TO), relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), os garimpeiros são os "bandeirantes contemporâneos", que "ajudam a desbravar o país". Agora, como "verdadeiros cidadãos", passam a ter a profissão reconhecida. João Ribeiro contou que foi tesoureiro da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e membro do Sindicato Nacional dos Garimpeiros.



ASCOM/MPT

Cortador de cana em Alagoas: regras de contrato de trabalho foram flexibilizadas

MP facilitou contratação rural

Tanto o governo quanto a oposição votaram pela aprovação, no Plenário, com duas emendas apresentadas pelo relator Flávio Arns (PT-PR), da Medida Provisória 410/07, que simplificou a contratação de trabalhador rural por períodos de no máximo dois meses, dentro do período de um ano, sem a necessidade de registro do contrato na carteira de trabalho.

Vigílias levantam a voz pelos aposentados

A realização de três vigílias em Plenário foi a forma encontrada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) para forçar o governo a negociar a aprovação, pela Câmara, de projetos de sua autoria em benefício dos aposentados e pensionistas do INSS. As propostas já haviam sido acatadas pelo Senado. Paim obteve apoio de colegas de todos os partidos, que participaram dos protestos durante as madrugadas, em novembro e dezembro. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, também deu apoio à causa levantada por Paim e participou de uma das vigílias.

Os projetos envolvem quantias gigantescas, e o governo, por meio do ministro da Previdência Social, José Pimentel, alega que não há dinheiro para pagá-las. Já os senadores propuseram a mudança no Orçamento, pedindo prioridade para os idosos. O PLS 58/03 obriga o INSS a pagar a mesma quantidade de salários mínimos que aposentados e pensionistas recebiam no momento da concessão de seus benefícios. O PLC 42/07 assegura a

aposentadorias e pensões os mesmos reajustes do salário mínimo. E o PLS 296/03 acaba com o fator previdenciário, redutor que leva em conta idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevivência.

Os senadores conclamaram a população, assembleias legislativas e câmaras municipais a participar dos protestos. Paim contestou o argumento de que a Previdência é deficitária e que os gastos em decorrência da aprovação dos projetos provocariam um rombo nas contas públicas.

“Os números colocados à opinião pública fogem totalmente à realidade”, rebate Paulo Paim

– Isso não é verdade. Cabe no Orçamento. Os números colocados à opinião pública fogem totalmente à verdade –

disse, classificando o fator previdenciário de “assalto aos aposentados e pensionistas”. Para ele, acabar com o instrumento é “ponto de honra”, assim como repor o poder aquisitivo dos benefícios. O senador prometeu vigília até no Natal.

Além de Paim e Garibaldi, participaram das vigílias os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Rosalba



MÁRCIA KALUME

Paulo Paim obteve apoio à causa de parlamentares de todos os partidos

Ciarlini (DEM-RN), Mão Santa (PMDB-PI), Cristovam Buarque (PDT-DF), Wellington Salgado (PMDB-MG), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), José Nery (PSOL-PA), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Romeu Tuma (PTB-SP), Valter Pereira (PMDB-MS), Expedito Júnior (PR-RO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Papaléo Paes (PSDB-AP), Mário Couto (PSDB-PA), Jefferson Praia (PDT-AM) e Raimundo Colombo (DEM-SC).



GUSTAVO ROTH/FOLHA IMAGEM

Aposentados e pensionistas na fila do INSS: se aprovado, PLS 58/03 beneficiará mais de 27 milhões de pessoas em todo o país

Estagiários também têm direitos



De acordo com Osmar Dias, nova lei dará oportunidade para 1 milhão de jovens

Os contratos de estágio de estudantes assinados desde o último dia 26 de setembro passaram a ser regidos por uma nova lei, originada de projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) e sancionada pelo presidente Lula. Na visão quase unânime de alunos, empresas e entidades ligadas ao setor, as novas regras servem melhor ao objetivo de integrar os mundos do trabalho e do ensino.

A nova legislação garante o direito a férias de 30 dias após um ano de contrato e concessão de vale-transporte. A jornada de trabalho não deverá ultrapassar 20 horas semanais, para estudantes do ensino médio, e 30 horas, para alunos do ensino superior. O estágio não poderá ultrapassar dois

anos de duração em uma mesma instituição (exceto nos casos de estagiários com deficiência) e profissionais liberais também poderão contratar alunos.

Osmar Dias destaca o vale-transporte aos estagiários e o registro do estágio

na carteira de trabalho sem que isso implique vínculo empregatício como os melhores pontos da lei.

– A nova lei de estágio moderniza uma legislação de 30 anos, que estava aí, não

atende às necessidades, não estimula as escolas de ensino médio que dão cursos profissionalizantes a oferecer estágio, não estimula as faculdades que dão cursos técnicos a oferecer os estágios. A lei dará oportunidade de estágio para 1 milhão de jovens – justifica.

Nova lei garante a estagiários direito a férias de 30 dias após um ano de contrato

FGTS pode ser usado para efetuar lance em consórcio

O trabalhador poderá utilizar parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na liquidação de saldo devedor ou para efetuar lance em consórcio imobiliário. É o que prevê projeto de lei (PLS 533/03), aprovado pelo Senado em setembro, que regulamenta os consórcios. A matéria foi à sanção. Uma das

inovações é permitir que o consorciado utilize o saldo do FGTS inclusive para dar lances.

O texto, do ex-senador Aelton Freitas, define consórcio como a reunião de pessoas físicas ou jurídicas, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados para facilitar a todos, em

igualdade de condições, a aquisição de bens ou serviços por meio de autofinanciamento. E determina que quem atuar como administrador de consórcio sem autorização do Banco Central poderá ser punido com prisão de quatro a oito anos e pagar multa equivalente a 100% das parcelas do consórcio.



Senadores votam em Plenário. Aprovado em setembro, o uso do FGTS para liquidar saldo em consórcios já virou lei



FOTOS: J. FREITAS

Leomar Quintanilha (seg. à esquerda) preside a sessão com os idosos

Momento de ouvir

Em reunião especial, Subcomissão Permanente do Idoso ouve idéias dos cidadãos da terceira idade

Como parte da programação da Semana do Idoso, realizada em setembro, a Subcomissão Permanente do Idoso, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizou uma sessão especial, em que representantes da terceira idade do Distrito Federal apresentaram suas sugestões de legislação, como se fossem senadores por um dia.

O presidente da subcomissão, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que o objetivo foi identificar como o Senado pode

contribuir para os idosos exercerem sua cidadania. Os convidados apresentaram diversas idéias, que foram encaminhadas à CDH. Judson Teles, do Guará, por exemplo, propôs que o poder público pague os precatórios a quem tiver mais de 70 anos. Dario Oliveira, do Varjão, sugeriu o pagamento de um salário mínimo para famílias com idosos e renda mensal *per capita* baixa. Gessy Godinho, do Recanto das Emas, propôs o ingresso de idosos nas universidades, sem vestibular, se tiverem 2º grau completo.



Dona Gessy, representante de grupo de idosos, apresenta suas propostas

Assento escolhido por quem viaja

Proposta aprovada em decisão terminativa pela CDH garante aos idosos que viajam de graça em ônibus interestaduais – por determinação do Estatuto do Idoso – o direito de escolher o assento em que farão o percurso. O projeto (PLS 596/07) é do senador Expedito Júnior (PR-RO) e recebeu parecer favorável do relator, Flávio Arns (PT-PR).

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) garante a essa faixa da população com renda igual ou inferior a dois salários mínimos duas vagas gratuitas em cada viagem de ônibus interestadual. E estabelece desconto de 50% no valor da passagem quando as duas vagas gratuitas estiverem ocupadas por outros idosos. Expedito Júnior ressalta que as empresas costumam reservar os piores assentos. Já o relator destacou o respeito que merecem as pessoas que já contribuíram para o país.

Benefícios a quem tem 100 anos

As pessoas que completarem 100 anos de idade e não possuírem meios de prover sua própria subsistência poderão receber do Estado um benefício no valor de dois salários mínimos mensais. Essa determinação é prevista em projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela CDH em novembro.

A proposta (PLS 672/07), que seguiu para a Câmara dos Deputados, poderá beneficiar uma parcela da população que em 2007 era formada por um contingente de 11.422 pessoas, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



JOSE CRUZ

O ator Milton Gonçalves (E), Paim, o primeiro-ministro da Áustria, Garibaldi, Cristovam e o reitor da Unipalmars na sessão especial

Em defesa da igualdade racial

Projetos de lei beneficiam negros brasileiros, mas diferenças e preconceitos ainda são a realidade

Durante a sessão especial em comemoração aos 120 anos da Lei Áurea, realizada em maio, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial vai possibilitar a implementação de políticas públicas que beneficiem a comunidade negra do Brasil. Ele fez um apelo à Câmara para que vote logo o estatuto (PL 3.198/00), proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e já aprovado no Senado.

O senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou que, embora os negros sejam

45% da população brasileira, eles representam 64% dos pobres do país.

Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos que requereram a sessão especial, juntamente com Paulo Paim e Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que existem no Congresso 110 projetos de lei que visam completar a abolição, e que estão sendo adiados há anos.

Paim argumentou que ainda hoje os negros são “massacrados” e, como exemplo, afirmou que de cada dez jovens assassinados no país, oito são negros.

Câmara precisa aprovar estatuto

Em audiência pública sobre questões relacionadas aos negros, o presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), pediu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

– Não façam como o Estatuto dos Povos Indígenas, que está há 30 anos sem votação – disse.

Negras têm os piores empregos

As mulheres negras enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego em relação aos demais trabalhadores e, quando conseguem uma vaga, trabalham mais, quase sempre sem carteira assinada. A informação é da assessora do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos (Dieese), Lilian Marques.

Anistia ao líder João Cândido

O Senado aprovou em julho emenda da Câmara ao projeto de lei do Senado (PLS 45/01) que concede anistia póstuma a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata. O projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) foi sancionado pelo presidente Lula no final daquele mês. A Revolta da Chibata ocorreu em 1910 e pretendia pôr fim às punições físicas a que eram submetidos os marinheiros.



Trabalhadores resgatados

Goiás e Alagoas respondem por 40% do total de resgates de trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravo, conforme o Relatório da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho, apresentado em audiência pública da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, em novembro. Em 2008, foram resgatados 867 trabalhadores em Goiás e 656 em Alagoas. A maioria estava em propriedades produtoras de cana-de-açúcar.

Demarcação contínua de reserva é polêmica

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) renovou suas críticas à demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em pronunciamento feito em agosto, ele disse considerar a região alvo de cobiça estrangeira.

– Demarcar essa reserva numa região potencialmente rica em minérios foi um ato inconseqüente e insano do governo federal – disse Mozarildo.

O senador classificou de “excludente” a demarcação, em terras contínuas, da reserva, localizada no extremo norte de Roraima, na divisa com a Guiana. Essa demarcação foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), em petição que está sob julgamento.

Para Mozarildo, a reserva vai beneficiar apenas uma pequena parcela de índios, que, observou, são ligados ao Conselho Indígena de Roraima, “uma organização não-governamental corrupta”, deixando de fora a grande maioria da população que reside no local há anos, incluindo os seus ascendentes, entre eles índios, filhos de mestiços, população ribeirinha e arroteiros. “A área onde está

localizada a reserva é de vital importância para a defesa nacional e a própria soberania do país”, alertou Mozarildo.

O relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto, já votou a favor da demarcação contínua dos limites da reserva. Ao manifestar seu descontentamento com o voto do ministro, o senador Augusto Botelho (PT-RR) fez um apelo aos demais ministros do Supremo para que analisem melhor a questão.

O processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol está consolidado e, com atraso e apesar dos preconceitos em relação aos índios, cumpre determinação constitucional. Esse foi o consenso entre os especialistas convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a debater a definição do território da reserva.

Relator do processo no STF, ministro Carlos Ayres Britto, é favorável à decisão do governo

so e apesar dos preconceitos em relação aos índios, cumpre determinação constitucional. Esse foi o consenso entre os especialistas convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a debater a definição do território da reserva.



JOSÉ CRUZ

Mozarildo: área da reserva é “de vital importância para defesa nacional”

Operação da Polícia Federal provoca tensão

SÃO PAULO – A tensão em torno da ocupação da terra indígena Raposa Serra do Sol – homologada há três anos pelo presidente Lula – aumentou nos últimos dias de março. O motivo foi a Operação Upakaton 3, nome dado pela Polícia Federal à série de ações para retirar da área os últimos ocupantes que ainda estavam lá: pequenos proprietários rurais, alguns comerciantes e um grupo de grandes e influentes produtores de arroz.

A reserva é formada por uma área contínua de 1,7 milhão de hectares na fronteira do Brasil com a Venezuela. Nela vivem cerca de 20 mil índios, a maioria deles da etnia macuxi. Entre os grupos menores, estão os uapixanas, ingaricós, taurepangs e outros.

Roraima tem uma população indígena de 44 mil pessoas, em 32 reservas que ocupam 46% do território estadual.



ROOSEWELT PINHEIRO/ABR



GUILHERME MARANHÃO/FOLHA IMAGEM

Loja na Rua 25 de Março, em São Paulo: consumidores sofrem para obter descontos

À vista tem que ser mais barato

Projeto visa garantir a possibilidade de desconto para os que pagam suas compras à vista

A fixação de preços diferenciados para pagamento à vista ou com cartão de crédito passará a ser permitida se projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) virar lei. A matéria foi enviada à Câmara dos Deputados. O autor da proposta (PLS 213/07), Adelmir Santana (DEM-DF), argumenta que o consumidor que paga à vista subsidia os custos de

quem paga com cartão de crédito.

Outro projeto (PLS 542/07) que recebeu aprovação obriga a atendimento rápido e personalizado nos serviços de *call centers*. A iniciativa é de Marcelo Crivella (PRB-RJ). Outra proposta (PLS 338/05), de Pedro Simon (PMDB-RS), considera "prática abusiva das empresas", punível pelo Código de Defesa do Consumidor, o oferecimento, sem solicitação, de produto, serviço ou crédito.

Comissão quer banir taxas de cobrança



GERALDO MAGELA

Camata, autor do projeto

O consumidor pode se livrar dos valores cobrados pela emissão de carnê de pagamento ou boleto bancário. É o que prevê projeto de lei (PLS 690/07) de Gerson Camata (PMDB-ES) que foi aprovado em maio pela CMA e seguiu para a Câmara dos Deputados. O texto considera abusiva a cláusula contratual que permite a cobrança de taxas para cobrir os custos de emissão de boletos ou carnês.

Essas taxas são cobradas muitas vezes sem aviso. Mas, mesmo se cláusulas contratuais previrem essa cobrança, elas poderão ser consideradas nulas.

Cartório terá que dar informações

Os cartórios podem ser obrigados a afixar, em locais de fácil leitura, quadros com os valores de custas e emolumentos e ainda a informação sobre a gratuidade para o fornecimento de certidões a pessoas reconhecidamente pobres. É o que estabeleceu projeto de lei (PLC 90/06) acatado em outubro pelo Plenário e que já virou lei. A proposta alterou a Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos, e criou punições para quem desprezear a norma. Elas vão desde a repreensão e a suspensão do oficial de registro e do notário até a perda dos cargos.



MARCELLO CASAL JR/ABR

Gratuidade de serviços aos pobres inclui informação fácil e bom atendimento

Isenção de taxas em concursos federais

Projeto que dispensa do pagamento da taxas de inscrição em concursos públicos feitos por órgãos federais candidatos que tenham renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo foi aprovado em junho, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi então enviada para o exame da Câmara dos Deputados.

A proposta, iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), teve como relator na comissão o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Direito à dignidade

Convenção da ONU que promove os direitos das pessoas com deficiência é aprovada por unanimidade

O Plenário aprovou em julho a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Protocolo Facultativo. O acordo promove os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

Adotado pela ONU em 2006 e assinado pelo Brasil e mais 196 países, ele não cria direitos novos, disse o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O texto define como pessoas com deficiência as que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que obstruam sua participação plena na sociedade. E estabelece o propósito de facilitar amplamente a comunicação com essas pessoas.



Promulgação do acordo internacional em favor dos deficientes

Projetos beneficiam deficientes visuais

As cédulas em circulação poderão ser substituídas para dar lugar a notas que permitam a identificação do valor do dinheiro pelos deficientes visuais. A proposta (PLS 141/08), de Flávio Arns (PT-PR), foi relatada por Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e aprovada pela CDH. Depois, seguiu para a CAE, onde terá decisão terminativa. Outro projeto, de Papaléo Paes (PSDB-AP), já seguiu à Câmara e inclui a visão monocular entre as deficiências visuais (PLS 339/07). Também foi acatado projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que isenta de impostos as máquinas de escrever em braile.

Flávio Arns (primeiro à direita), em reunião que aprovou matérias em favor das pessoas com deficiência visual



Menos impostos e mais proteção

A CDH acolheu também projeto (PLS 14/08) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui os portadores de deficiência auditiva entre os beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. A matéria ainda será votado pela CAE antes de ir para a Câmara.

Foi acatado ainda o PLS 668/07, de Marisa Serrano (PSDB-MS), que amplia em dois meses o tempo do seguro-desemprego quando o beneficiário for pai, mãe ou responsável por criança portadora de qualquer tipo de deficiência. A proposta seguiu à CAS.

Flávio Arns pede educação inclusiva

Cerca de 80% dos brasileiros com algum tipo de deficiência não estudam. A informação foi dada por Flávio Arns aos participantes do 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi. Para combater o problema, o senador paranaense propôs educação inclusiva e melhoria das escolas especiais. Arns – pai de um filho com deficiência – pediu mais amor e solidariedade, a começar pela família, e apoiou a luta das associações Pestalozzi e das associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes).

A defesa dos inocentes

Ainda em andamento, CPI da Pedofilia emplaca aprovação de projeto – já sancionado pelo presidente da República – que aumenta o cerco contra o crime

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a pedofilia conseguiu o raro feito de apresentar resultados importantes antes mesmo de terminar. Presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), a CPI apresentou projeto de lei (PLS 250/08) que tramitou em regime de urgência, foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados sem modificações e já virou lei, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora é crime punido com quatro a oito anos de reclusão mais multa ter material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. As penas podem ser agravadas em até um terço em várias situações, como a de o pedófilo ser funcionário público ou se aproveitar de relações domésticas ou tiver parentesco com a vítima. O objetivo, disse Magno Malta, que comemorou

a aprovação do texto, é coibir a pedofilia, intensificando o combate à produção, à venda, à distribuição e ao armazenamento de pornografia infantil. A aquisição pela internet e a posse de material com esse conteúdo foi enfim criminalizada.

A CPI, que tem como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO), também

Experiência de combate à pedofilia já está sendo levada a outros países

conseguiu mais. Milhares páginas virtuais no site de relacionamento Orkut, da empresa Google, tiveram sigilo quebrado. Três mil páginas foram encaminhadas à CPI, que já identificou 500 pedófilos. Costurado pela CPI, o acordo que permitiu às autoridades brasileiras obter acesso aos álbuns fechados do Orkut poderá ser referência para

outros países, afirmou Magno Malta. Em dezembro ele levou a experiência ao 3º Fórum de Governança da Internet, da Organização das Nações Unidas (ONU), em Hyderabad, na Índia.

Além disso, os assessores da CPI – delegados da Polícia Federal, integrantes do Ministério Público Federal e da organização não-governamental Safernet, e ainda consultores do Senado – estão preparando e negociando um termo de ajustamento de conduta com as empresas e entidades que atuam na telefonia e na internet, como Google, NET, Oi/Telemar, Claro, Brasil Telecom, Telefônica, TIM Celular, UOL, IG e Vivo, além da Associação Nacional de Operadores Celulares (Acel), Associação Brasileira de Concessionárias de Serviços Telefônico Fixo (Abrafix) e Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet).



CPI obteve acesso aos álbuns fechados do site de relacionamento Orkut e já identificou 500 pedófilos



GERALDO MAGELA

Magno Malta (D), presidente da CPI, discursa contra pedofilia ao lado de Patricia Saboya, que se emociona



Patricia Jacobs precisou usar as férias para ter mais tempo com a filha Manuela

Licença-maternidade de seis meses vira lei

Aprovada no ano passado pelo Senado, a licença-maternidade de seis meses, prevista em projeto de lei (PLS 281/05) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), foi finalmente sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Pela lei, a título de incentivo, as empresas que autorizarem a prorrogação da licença-maternidade de suas funcionárias de quatro para seis meses poderão deduzir do imposto devido o total da remuneração integral paga à funcionária durante os dias da licença.

O sistema de incentivos fiscais terá o nome de Programa Empresa Cidadã e deve beneficiar também as mães adotivas. Para ter direito à prorrogação da licença-maternidade, a mãe deverá solicitá-la até o final do primeiro mês após o parto. O serviço público também fica autorizado a instituir programas para prorrogar a licença-maternidade.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, já autorizou a concessão de licença-maternidade de seis meses às funcionárias da Casa.

Frente lança pacote de propostas para a infância

A Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente lançou no início do ano 18 propostas de políticas públicas destinadas a esses jovens. Elas serão encaminhadas a candidatos a prefeito e a vereador de todo o país para que eles assumam o compromisso de implementar as medidas.

A senadora Patrícia Saboya se disse preocupada com pesquisa que afirma que 87% da população brasileira apóia a redução da maioridade penal para 16 anos. Para ela, a aplicação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente combateria a criminalidade no Brasil.

18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Durante sessão solene do Congresso Nacional realizada no dia 10 de julho para celebrar os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o momento é "de reflexão". Ela disse que é preciso dar atenção aos lares chefiados por mulheres pobres e analfabetas, cujas famílias acabam reproduzindo o círculo da pobreza.

Já para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), investir pesadamente em educação é a melhor solução para superar os problemas vividos pelas crianças e pelos adolescentes brasileiros.

Sessão especial para crianças e professores

O Senado realizou sessão especial pela passagem do Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, e o Dia da Criança, em 12 de outubro. As homenagens foram pedidas pelos senadores Patrícia Saboya (PDT-CE) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Durante a solenidade, Mão Santa (PMDB-PI) saudou alunos dos centros de ensino fundamental de Planaltina e Samambaia, do Distrito Federal, e convidou alguns dos alunos para lerem os dez artigos da Declaração dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas.



Alunos do ensino básico do Distrito Federal participam da sessão no Plenário

Respeito à mãe detenta

Vai ao Plenário projeto que garante berçário, creche e espaço para gestantes em penitenciárias

As penitenciárias para mulheres têm que ter berçário, creche e seção para gestante e parturiente, prevê projeto da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril. Para ser confirmada, a proposta (PLC 105/03) – cujo texto já foi aprovado pela Câmara e agora recebeu parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – ainda terá de ser votada em Plenário.

O projeto altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) e já havia sido acatado pela CCJ em 2004. Mas, quando era analisado em Plenário, o então senador Fernando Bezerra solicitou o retorno à CCJ para novo exame, sob o argumento de que poderia ser incompatível com a Constituição e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, por prever que gestantes e crianças nas creches das penitenciárias sejam atendidas por gente qualificada, em unidades autônomas.

ELIZABETH MISCIASCI/FUCKR



Pátio de presídio feminino: humanizar as cadeias ainda é um desafio para o Brasil

Os direitos ainda esquecidos

WILSON DIAS/ABR



Empregada doméstica sem carteira assinada: drama comum no país

O caráter opcional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a falta de cobertura legal para acidentes de trabalho e a inexistência de imposto sindical evidenciam um tratamento discriminatório da legislação em relação aos empregados domésticos, disse a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria Oliveira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em abril. Ela ainda alertou para a exploração de cerca de 500 mil crianças e adolescentes em trabalho doméstico.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu o debate para lembrar o Dia Nacional dos Trabalhadores Domésticos, em 27 de abril.

Adolescente violentada na cadeia: sem punição

O senador José Nery (PSOL-PA) protestou na CDH contra a decisão do Tribunal de Justiça do Pará de arquivar procedimento administrativo disciplinar contra a juíza Clarice Maria de Andrade. Ela manteve uma adolescente de 15 anos detida com homens por mais de 20 dias em prisão em Abaetetuba (PA), mesmo informada sobre a situação.

Casa financiada para mulher chefe-de-família

O Senado aprovou projeto que autoriza o Executivo a criar programa habitacional para mulheres que sustentam suas famílias. Modificado, o projeto (PLC 12/00) retornou à Câmara.

Mulheres com renda familiar de até três salários mínimos e filhos de até 14 anos seriam o alvo do programa de financiamento habitacional.



justiça

JOSE CRUZ

Advogados, delegados, juizes e promotores em reunião da comissão de estudiosos do Direito que vai sugerir anteprojeto para substituir atual Código de Processo Penal

Processo penal mais rápido

Comissão de juristas analisa novo CPP. Enquanto isso, uma minirreforma foi aprovada e já virou lei

Instalada pelo presidente do Senado em 9 de julho, por sugestão de Renato Casagrande (PSB-ES), uma comissão de nove juristas estudou este ano a reforma geral do Código de Processo Penal (CPP). Sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Hamilton Carvalho, o colegiado recebeu sugestões e deve apresentar um anteprojeto para um novo CPP.

Coordenadora de um grupo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que organizou uma minirreforma do CPP, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) citou entre as alterações aprovadas a que exclui a prerrogativa de novo julgamento no caso de condenação a pena de mais de 20 anos. Os projetos também proíbem a juntada de provas obtidas de forma ilícita e determinam que o juiz estabeleça valor mínimo de indenização para a vítima sem necessidade do protocolo de ação civil própria.



JONAS PEREIRA

Ideli coordenou, na CCJ, grupo que consolidou propostas de reforma do CPP

Governos vão recorrer menos

Os senadores aprovaram projeto que acaba com a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição em sentenças desfavoráveis à administração pública nas causas de até 500 salários mínimos. A proposta (PLC 6/05) revoga o artigo 475 do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), e com as alterações do Senado voltou à análise dos deputados.

Condenações superiores a 500 salários mínimos continuarão a ser remetidas para novo julgamento.

Recurso no STJ: análise conjunta

Para reduzir o acúmulo de recursos e processos no Superior Tribunal de Justiça, o Senado aprovou projeto (PLC 117/07) determinando que, em julgamentos de recursos repetitivos, o tribunal poderá deliberar sobre apenas alguns, sobrestando os outros.

Pela nova lei (11.672/080), caso os recursos selecionados não sejam admitidos, os demais tampouco serão. Além disso, se a decisão for de mérito, os tribunais de origem poderão retratar-se ou considerar prejudicados os recursos.

CJF ganha poder de correição

O Plenário acolheu proposta (PLC 129/08) que redefine a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal (CJF) – parte do STJ. O CJF fará a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal, com poderes correicionais e decisões com força vinculante.

A nova lei (11.798/08) aprimora o controle e a responsabilização por atividades da Justiça Federal.

Com a mira no dinheiro sujo

Senado aprova dois projetos com a assinatura de Pedro Simon que combatem a lavagem de dinheiro e facilitam o seqüestro de bens de criminosos

É consenso entre especialistas em segurança pública que grande parte da ação contra a criminalidade se dá no combate à lavagem de dinheiro e no seqüestro de bens obtidos ilicitamente. Dois projetos enviados à Câmara em 2008 pelo Senado estão nessa direção. Ambos têm a assinatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O PLS 323/07 teve relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR) e dá a juízes, promotores e autoridades policiais instrumento jurídico mais eficaz para recuperar valores provenientes de atividades ilícitas, incluindo aí o crime de lavagem de

dinheiro. O seqüestro de bens também poderá atingir o dinheiro empregado na sua aquisição, mesmo que lícito. Pois os criminosos costumam misturar dinheiro sujo com dinheiro limpo.

E o Plenário aprovou em maio o texto de Simon que reuniu em torno do PLS 209/03, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), outros três projetos, tornando mais dura a lei sobre a lavagem de dinheiro. A inovação mais importante é a extinção da lista de crimes antecedentes, como o tráfico de drogas e terrorismo. Assim, de acordo com o texto, "bens provenientes de qualquer infração penal poderão caracterizar o crime de lavagem de dinheiro".



Abaixo, militares cercam favela no Rio de Janeiro, em combate ao tráfico. Pedro Simon (foto menor) ataca a lavagem de dinheiro para combater o crime

Pena maior para os crimes contra policiais

As punições previstas no Código Penal para os crimes de homicídio (art. 121) e ameaça (art. 147) serão agravadas de um terço à metade quando o autor ou a vítima forem agentes do Estado e estiverem no exercício do cargo ou da função pública. Em caso de lesão, nas mesmas circunstâncias, as penas serão aumentadas de um a dois terços. É o que prevê o PLS 88/07, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado em fevereiro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo, disse o senador, é combater a criminalidade.

A matéria seguiu ao exame da Câmara dos Deputados.

Alvaro Dias quer punição severa a ataques contra agentes públicos



CCJ fecha o cerco a milícias

Crimes praticados por milícias, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio poderão passar a ser tipificados no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), com penas que variam de oito a 30 anos de reclusão. Projeto (PLC 137/08) com parecer de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi aprovado em novembro pela CCJ, seguindo ao Plenário.

O texto prevê pena de quatro a oito anos de reclusão para quem se envolver com organização paramilitar de qualquer espécie. "A simples existência de organização paramilitar já é injurídica", disse Valadares.

Código de conduta para a internet

O país poderá ter uma lei para combater com mais rigor os crimes praticados na internet, como o estelionato eletrônico e o acesso a rede de computadores, dispositivos de comunicação ou sistemas informatizados sem autorização dos titulares. A difusão de vírus eletrônico, o uso de cartão clonado e o roubo de senhas pela internet poderão ser punidos com pena de um a quatro anos.

Texto substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos sobre o tema, com 23 emendas do relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), chegou em junho ao Plenário, onde espera votação. Azeredo relatou a proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Renan Calheiros (PMDB-AL) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

Difusão de vírus eletrônico e roubo de senhas poderá gerar penas de um a quatro anos

estão entre os autores dos projetos, que regulamentam o uso da internet e combatem abusos na rede mundial de



GERALDO MAGELA

Eduardo Azeredo uniu três projetos para criar o texto que pune os crimes virtuais

computadores.

Uma das emendas de Mercadante obriga o responsável pelo provimento de acesso à internet a manter, por três anos, os dados de endereçamento eletrônico da origem, hora e data de acesso à rede, para fins de futura investigação, se necessária, mediante requisição judicial. Outra emenda combate a pedofilia

pela internet. A proposta também pune o receptor que divulgar fotografias, imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes. O substitutivo punia apenas quem produzisse, divulgasse ou vendesse o material erótico.

O texto também penaliza quem divulgar ou utilizar indevidamente informações e dados pessoais; atentar contra a segurança de serviço de utilidade pública; falsificar dados eletrônicos ou documentos públicos; e inserir *spams* que venham a danificar equipamentos de outras pessoas. Nesse último caso, a pena é mais dura: reclusão de dois a cinco anos, mais multa.

Senadores de todos os partidos elogiaram, na reunião da CAE, o texto final, com a participação de Eduardo Azeredo e Aloizio Mercadante. Eles estão de acordo em que a iniciativa – que tem o aval do Ministério da Justiça – poderá combater os crimes cibernéticos. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto não foi alterado. Agora tudo depende do Plenário.



JOSÉ CRUZ



GERALDO MAGELA

Aloizio Mercadante (E) apresentou 23 emendas ao projeto, do qual Renan Calheiros (acima), é um dos autores. Aprovado pela CAE e pela CCJ, o texto tem aval do governo e já está no Plenário

Projeto limita uso de algemas

Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto (PLS 185/04) que limita o uso de algemas pelas autoridades policiais espera o exame do Plenário. O texto, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), seguiria para a Câmara, mas recurso apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP), acompanhado de vários senadores, obrigou o Plenário a deliberar sobre o assunto.

A proposta – que foi votada pela CCJ um dia antes da súmula do Supremo Tribunal Federal que restringiu as algemas aos casos de resistência física e risco de fuga do acusado – define os casos de abuso por policiais.

Utilização seria proibida no caso de o acusado se apresentar espontaneamente

– Em vez de disciplinarmos as situações em que o preso pode ser algemado, especificamos os casos de abuso. Em vez de dizermos quando a algema pode ser usada, dizemos quando não pode ser usada – disse Demostenes.

O projeto veda o emprego de algemas como forma de castigo aos presos; quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial; e

por tempo excessivo. Diante disso, as algemas só poderiam ser usadas nos casos de flagrante delito, com resistência do acusado e no transporte de presos perigosos que praticarem faltas graves.



JOSÉ CRUZ

Jarbas Vasconcelos (E), relator, ao lado do presidente da CCJ, Marco Maciel

Testemunhas em salas separadas

Aguarda o exame do Plenário do Senado projeto aprovado em agosto pela CCJ que busca evitar incidentes entre depoentes e parentes dos réus e das vítimas, hoje muito comuns nos tribunais do país.

A proposta determina que, em todos os processos criminais, as testemunhas de acusação e de defesa esperem em salas separadas, nos mesmos moldes do que já ocorre nos processos de crimes contra a vida, de competência do tribunal do júri. A idéia é evitar incidentes entre as testemunhas e os familiares tanto das vítimas e quanto dos acusados.

Segundo o relator na comissão, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o projeto (PLC 93/04), do Poder Executivo, foi sugerido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério da Justiça. De acordo com o conselho, a ausência de salas separadas para as testemunhas tem sido motivo de pressões de toda ordem.

Jarbas Vasconcelos acredita que a proposta – que modifica o artigo 210 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) – pode ajudar o Judiciário a resolver o problema.



GUILHERME FILHO/SECOM-MT

Transferência de presos em MT: texto inclui situação entre as que permitem uso de algemas



Demostenes Torres (D), ao lado de Adelmir Santana: obrigação de agir

Ação pública em abuso contra menor

Os crimes de sedução, rapto e corrupção de menores de 18 anos poderão se tornar passíveis de ação penal pública nos casos em que são cometidos com grave ameaça ou violência. É o que estabelece projeto (PLS 491/03) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em outubro. A proposta seguiu para exame da Câmara dos Deputados.

– O promotor passa a ter obrigação de agir – afirmou o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), lembrando que, quando a ação penal é pública, o Estado é o responsável por ela. Ele explicou que o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) determina que crimes contra a liberdade sexual, de sedução, corrupção de menores e rapto tenham processo por ação penal privada, de iniciativa da própria vítima ou de seu representante legal. A exceção atualmente só ocorre quando a vítima ou seus pais não puderem pagar as despesas do processo ou quando o crime é praticado pelos responsáveis ou resultar em lesão corporal grave ou morte. Para Patrícia Saboya, isso gera um “pacto de silêncio instituído pelo temor da vítima a seu agressor”.

Pena pesada contra escutas ilegais

Na esteira, em setembro, do escândalo dos grampos ilegais, que teriam sido usados para bisbilhotar conversas do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o Senado aprovou projeto que aumenta as penas por violação de sigilo telefônico. O texto do senador Demostenes Torres uniu proposta (PLS 525/07) de Jarbas Vasconcelos a projeto de iniciativa do Executivo (PLC 3.272/08).

O projeto prevê que o grampo telefônico sem autorização judicial e a violação de segredo de Justiça decorrente da interceptação autorizada serão punidos com dois a cinco anos de reclusão e multa. A pena será aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por funcionário público no exercício da função, o que a eleva a sete anos e meio de cadeia. Também é prevista pena de um a três anos de reclusão, mais multa, a quem fizer afirmação falsa para induzir a erro a autoridade judicial no procedimento de interceptação de comunicações telefônica, informática ou telemática.

O grampo legal, autorizado pela Justiça, terá, pelo projeto, duração de 60 dias, com prorrogação até o máximo de 360 dias. Para dificultar a atividade ilegal,

o texto restringe a comercialização de equipamentos de interceptação, escuta, gravação e decodificação de ligações.

Emenda de Jarbas Vasconcelos garantiu que o controle das operações de escuta permaneça nas mãos da Polícia Federal e do Ministério Público. A interceptação telefônica legal deve ser sempre executada por agente público. Fica proibida sua realização por empregados de empresas de telecomunicação.

Já Demostenes Torres criticou o envio à Câmara, pelo governo, de um novo projeto sobre grampos, logo após a aprovação da proposta pelo Senado. “É chover no molhado”, disse ele.

Arapongas de sobreaviso

O que diz o projeto do Senado

- A pena vai de **dois a cinco anos** de reclusão e multa para autor de grampo ilegal ou para violação de segredo de Justiça de interceptação autorizada. A pena aumenta de **um terço** até a **metade**, podendo chegar a **sete anos e meio**, se o crime for cometido por funcionário público no exercício da função.



Plenário da CCJ, que votou pelo endurecimento das penas contra grampos ilegais

forças armadas

FOTO: FÁBIO RODRIGUES POZZEBON/ABR

Militares em 7 de setembro:
baixos investimentos podem
comprometer defesa do país

Recompondo as Forças

Recriação da Quarta Frota da Marinha norte-americana preocupa parlamentares brasileiros

A recriação da Quarta Frota da Marinha norte-americana, cuja área de atuação é o Atlântico Sul, emitiu um sinal de advertência ao Brasil, para senadores que acompanham o cenário internacional. Isso porque a decisão de Washington coincide com o anúncio da descoberta de imensas jazidas de petróleo na camada pré-sal da plataforma continental brasileira e ocorre quando a nossa Marinha luta por recursos para sua modernização.

No início de julho, quatro senadores – Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM)

e Pedro Simon (PMDB-RS) – levaram ao embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, a preocupação com a recriação da frota, desativada desde 1950. Simon disse a Sobel que a decisão foi interpretada como uma resposta às descobertas de petróleo.

Para defender o mar territorial, a Marinha espera contar, em alguns anos, com submarinos nucleares, com grande autonomia, que poderiam exercer maior vigilância do que os convencionais.

A falta de investimentos no Exército e na Aeronáutica também foi criticada por senadores durante todo ano.

Senado cobra mais recursos

Em sessão especial de homenagem ao Dia do Exército, realizada em abril, vários senadores destacaram o papel da Força na defesa da Amazônia. Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou que o Exército precisa estar pronto para enfrentar ameaças ligadas ao narcotráfico e à guerrilha baseada em países vizinhos.

Em outubro, durante sessão solene do Congresso em homenagem à Força Aérea Brasileira (FAB), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu que os recursos à Aeronáutica no Orçamento da União de 2009 não sofram cortes. E o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), destacou a necessidade de modernizar a FAB.

Já projeto do senador Fernando Collor (PTB-AL) destina 0,25% dos royalties da energia produzida por usinas hidrelétricas ao Exército.



Geraldo Mesquita Júnior (E), Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi em Montevideú, no Uruguai. Acima, Mercadante com Dr. Rosinha

Nuestro Parlamento

Parlamento do Mercosul se firma como palco de debates políticos da América do Sul. Mas falta definir critério sobre o tamanho das bancadas

O Plenário do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, firmou-se em 2008 como principal palco de debate político da região. Ali foram tratados temas como a crise financeira internacional, a instabilidade política na Bolívia, a recriação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos e o próprio processo de integração entre os países que o compõem – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além da Venezuela, em fase de adesão.

No fim de novembro ainda não haviam sido definidos os critérios para o tamanho da representação de cada país no Parlamento. Os paraguaios se opõem à intenção do Brasil de estabelecer bancadas proporcionais à população de cada país. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) advertiu que é preciso pressa para estabelecer o critério. Caso contrário, os prazos para eleger os parlamentares serão comprometidos.

Mercadante também pediu ao Conse-

lho do Mercado Comum – composto por ministros das Relações Exteriores e da Economia dos integrantes do bloco – a criação de um grupo de monitoramento da crise financeira internacional.

Em setembro, após debate intenso, foi aprovada declaração que pede respeito às autoridades constituídas da Bolívia, o repúdio a qualquer tentativa de rompimento institucional, o fim da violência e a abertura de um canal de diálogo entre o governo e a oposição. A decisão foi tomada depois de conflitos entre partidários e opositores do presidente Evo Morales. No início do mesmo mês, o presidente *pro tempore* do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), divulgou nota contra suposta ameaça de golpe no Paraguai, após a eleição do presidente Fernando Lugo.

A reativação da Quarta Frota da Marinha americana, com atuação no Atlântico Sul, foi tema de discussão no Parlamento do Mercosul em julho. Foi aprovada por 26 votos a favor e 11 abstenções declaração que considera “inoportuna e desnecessária” a decisão de Washington.

Senadores brasileiros em reunião do Parlamento do Mercosul: participação ativa



Uma estratégia para o continente

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou em setembro ao Parlamento do Mercosul a proposta de criação de um Conselho de Defesa da América do Sul. Ele sugeriu a vinculação entre as estratégias de defesa e as de desenvolvimento da região e propôs a união de esforços visando ao desenvolvimento da indústria militar e à produção conjunta de novas tecnologias para o setor. Em maio o Brasil assinou o protocolo que prevê a constituição da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que incluiria os países do continente.

– A capacitação tecnológica da região é vital. Para isso, devemos promover o compartilhamento de investimentos, não repetir pesquisas que os outros estão fazendo e, dessa forma, conquistar

economia de escala – afirmou Jobim durante sessão especial do Parlamento, realizada por requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Jobim frisou que a estratégia de defesa deve funcionar como um “escudo” da estratégia de desenvolvimento. Além de sugerir a integração das indústrias de defesa sul-americanas, pediu uma maior aproximação entre os principais institutos de pesquisa ligados ao setor. Um bom exemplo nesse sentido, assinalou, seria a produção no Chile de peças dos aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). O ministro citou ainda as negociações com a Argentina para que essa estratégia se repita em uma indústria na província de Mendoza.



GERALDO MAGELA

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, no Parlamento do Mercosul: integração

A América do Sul, lembrou Jobim, é a maior fornecedora de alimentos do mundo, possui as maiores reservas de água doce e está a caminho de tornar-se um grande pólo produtor de energia.

Diplomacia parlamentar

Uma delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) visitou em setembro cinco países do Caribe para “promover a diplomacia parlamentar”, conforme seu presidente, senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Eles visitaram a Guiana, a República Dominicana, a Jamaica, o Panamá e o Haiti. Além de Heráclito, inte-

graram a comitiva os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e Marco Antônio Costa (DEM-TO).

Eles se encontraram com presidentes, primeiros-ministros e chefes do Legislativo de cada um dos países, buscando maior integração econômica e política.

DIVULGAÇÃO/EXÉRCITO BRASILEIRO



Militares brasileiros patrulham as áreas de maior violência no Haiti, país mais pobre das Américas

SILVIA GOMIDE



Heráclito Fortes (C), ao lado do primeiro-ministro da Guiana, Samuel Hinds (ao seu lado, à direita), com os senadores integrantes da CRE

Brasil aumenta a ajuda para o Haiti

No Haiti, em setembro, a comitiva da CRE liderada por Heráclito Fortes foi recebida pelo presidente do país, René Préval, que solicitou ajuda para reconstruir pontes derrubadas pelo furacão Ike e pediu que o Brasil mantenha suas tropas de paz no país. Os senadores visitaram as áreas mais degradadas e violentas do Haiti e prometeram apoiar a continuidade da missão brasileira.

Em julho o Senado aprovou o pedido do governo e aumentou o efetivo no Haiti para 1.300 homens.



ANTONIO CRUZ/ABR



MARCELLO CASAL JR./ABR



MARCELLO CASAL JR./ABR

Em sentido horário: em manifestação, partidários de Morales, na Bolívia, erguem suas armas; Lula e Chávez falam sobre integração; e Rafael Correa, do Equador, em guerra verbal

Entre tapas e beijos com países vizinhos

Ao mesmo tempo em que a integração com os vizinhos da América do Sul se intensificou, o Brasil enfrentou em 2008 grandes tensões diplomáticas, que reverberaram no Senado. Tasso Jereissati (PSDB-CE), Valter Pereira (PMDB-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (DEM-PI), entre outros, criticaram a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à Venezuela de Hugo Chávez, à Bolívia de Evo Morales e ao Equador de Rafael Correa.

A crise entre a Colômbia, Equador e Venezuela preocupava os parlamentares

em março. O presidente colombiano Alvaro Uribe ordenara no fim de 2007 um ataque a acampamento da narco-guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), já em território do Equador. O resultado, além da morte de um dos chefes das Farc, foi uma crise com direito a ameaças de Chávez, que moveu tropas em direção à Colômbia. O bate-boca entre Uribe, Chávez e Correa, acusado de apoiar as Farc, terminou em abraços na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Violentos confrontos entre opositores e partidários de Morales, na Bolívia

– com a interrupção do suprimento de gás natural no Brasil e fuga de milhares de pessoas para o Acre –, preocuparam em julho Cristovam Buarque (PDT-DF), Fernando Collor (PTB-AL) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

O último capítulo veio em novembro, com a recusa de Correa de pagar empréstimo do Brasil por meio do BNDES, depois de expulsar a empresa brasileira Odebrecht. A guerra verbal diminuiu de tom quando o Itamaraty convocou seu diplomata em Quito. O embaixador, Antonino Porto e Santos, relatou os problemas à CRE, a pedido de Heráclito Fortes.

Ingrid Betancourt: o fim de um longo martírio



FABIO GISMONDI/FLICKR

Libertação da ex-senadora emocionou os integrantes da CRE

A libertação, em julho, da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, que foi refém das Farc por mais de seis anos, emocionou os integrantes da CRE. Com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente da comissão, Heráclito Fortes, saudou a libertação de Ingrid e chegou a convidá-la para vir ao Brasil. Após acompanhar a transmissão, ao vivo por um telão, do reencontro de Ingrid com os filhos, a CRE aprovou voto de congratulações ao governo colombiano pela operação militar que resultou em sua libertação. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Agripino (DEM-RN) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) elogiaram a operação de resgate de Ingrid.

Em agosto, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que a ex-refém virá ao Brasil e falará ao Senado.



PAULO LIMA

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, concede entrevista, em abril, à TV Senado, durante evento no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães

Eficiência em primeiro lugar

Senado Verde, concurso público e modernização da segurança entre as realizações da Diretoria-Geral

A Diretoria-Geral, comandada por Agaciel da Silva Maia, responde pelos aspectos administrativos do Senado Federal e teve um ano intenso. Convocou concurso público para preencher 200 vagas ocupadas por servidores terceirizados, realizou novas licitações para a prestação de serviços em várias áreas da Casa, deu suporte para a expansão da TV e Rádio para vá-

rios estados brasileiros. Internamente, incentivou a harmonia entre os servidores por meio do Serviço de Qualidade de Vida e reforçou a segurança, com a instalação de novos equipamentos e modernização da Polícia do Senado.

Além disso, o Programa Senado Verde, de fomento a ações que beneficiem o meio ambiente, continuou em andamento.

Secretaria Geral da Mesa busca modernização

A Secretaria Geral da Mesa buscou modernizar-se em 2008, reformando suas instalações e adequando o espaço físico e as estações de trabalho às necessidades de assessoramento do Senado. Segundo o órgão, a implantação do processo legislativo eletrônico levou a novas políticas de gestão da informação legislativa. Os sistemas e bancos de dados foram aperfeiçoados, reformulando-se o acesso às informações e aos textos integrais na internet.

O assessoramento à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, coordenado por Claudia Lyra, buscou agilizar os trabalhos do Senado.



GERALDO MAGELA

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra (D), ao lado da senadora Roseana Samey em sessão plenária

O Ciclo de Conferências Unilegis 2008, realizado em setembro, teve também o apoio do Interlegis e do ILB.



J. FREITAS

Interlegis – Programa da Secretaria Especial do Interlegis, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entrou em 2008 em nova etapa de execução, para integrar o Poder Legislativo brasileiro em níveis federal, estadual e municipal.

Unilegis – a Universidade do Legislativo Brasileiro ampliou as ações de ensino, pesquisa e extensão. 224 servidores do Senado e instituições conveniadas participaram dos cursos de Ciência Política, Comunicação Legislativa, Direito Legislativo e Orçamento Público.

ILB – O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) capacitou mais de 15 mil profissionais, em ações diversas, presenciais e a distância, dentre as quais três seminários internacionais e uma exposição sobre questões de interesse geral da sociedade.



Alunos do ensino fundamental gravam no estúdio da Rádio Senado programa especial para o Dia das Crianças

Rádio Senado põe jornalismo em destaque

A Rádio Senado FM, que transmite para Brasília em 91,7 MHz, começou a levar sua programação em outubro para Natal, em 106,9 MHz. Em 2009, chegará a Fortaleza, Cuiabá e Rio Branco.

A extensão da rede foi marcada pela estréia de programas, mas o jornalismo continuou em destaque. Pelo segundo ano consecutivo, a emissora foi finalista do Prêmio Imprensa Embratel.

A Rádio Senado também leva ao ar uma programação específica em Ondas Curtas (5.990 kHz faixa de 49m). A OC recebeu em 2008 mais de 1.500 cartas de ouvintes, a maioria proveniente de regiões afastadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Acompanhado do diretor da Secretaria de Comunicação, Helival Rios (E), Garibaldi Alves ouve Virgínia Galvez, diretora da TV Senado



TV Senado promove migração do sistema analógico para o digital

A revolução digital chegou à TV Senado em 2008. A emissora começou a migração tecnológica que vai substituir todo o parque de equipamentos de produção e transmissão do sistema analógico – em operação desde a fundação, em 1996 – para o digital. Em janeiro entrou em operação um novo sistema automatizado de veiculação – o *playout* – em

padrão digital e, com ele, entrou em uso um robusto sistema de arquivamento digital, com capacidade para um acervo de 140 mil horas de conteúdos multimídia. Para adaptar-se ao processo, a emissora passou a trabalhar por uma nova cultura de produção, promovendo internamente uma reavaliação e revisão de rotinas e atividades e de programas produzidos.

Agência Senado tem mais de 8 milhões de acessos no ano

O site da Agência Senado (www.senado.gov.br/agencia) recebeu, até novembro, 2,73 milhões de visitantes, que acessaram 8,26 milhões de páginas, segundo o contador de acessos WebTrends. Com cobertura de todas as atividades institucionais da Casa, a Agência produz notícias e fotos, em tempo real, que são de utilização livre e gratuita, desde que citada a fonte e mantida a integridade da informação. Entre os serviços oferecidos no site estão agendas com as atividades do Senado e a edição semanal de uma página com notícias em inglês e espanhol. Em 2008, a Agência também consolidou seu serviço multimídia.



Os jornalista Suely Bastos e Flávio Faria na edição semanal do *Jornal do Senado*

Jornal do Senado: mais serviço e informação

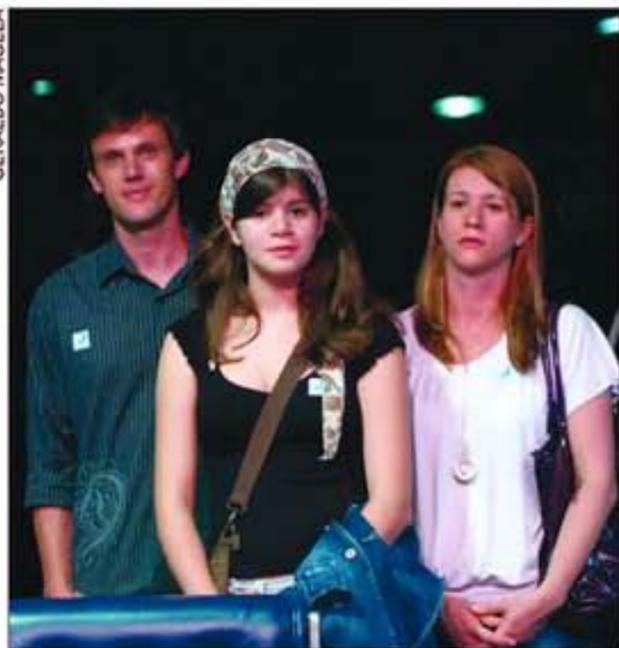
Em 2008 o *Jornal do Senado* mudou a diagramação da edição diária, adotou o formato “alemão” e ampliou o espaço de matérias em 25%. A edição semanal incorporou visual gráfico mais moderno e passou a utilizar papel reciclado. E a edição em braille passou a circular, atendendo os deficientes visuais. Foram publicados encartes especiais sobre abolição, infra-estrutura, educação, meio ambiente, segurança, Mercosul e uma cartilha especial sobre o Orçamento. Mais de 5 milhões de exemplares – 60 milhões de páginas – levaram informações do trabalho legislativo do Senado e do Congresso. Todas as edições estão na internet.



Em primeiro plano, a jornalista Mariúza Vaz, da equipe da Agência Senado: notícias publicadas em tempo real

Relações Públicas organiza concurso de redação

GERALDO MAGELA



A paranaense Ana Clara Ferreira, vencedora do concurso de redação, com a mãe e o secretário de Educação de Jacarezinho

A Secretaria de Relações Públicas realizou 172 eventos em 2008, entre sessões solenes e especiais, seminários e exposições, superando em 33% o total de 2007.

Um destaque foi o "I Concurso de Redação do Senado Federal", com o tema "A Bandeira Nacional", dirigido às últimas séries do ensino fundamental, abrangendo alunos de 23 mil escolas públicas estaduais em todo o país. A vencedora, Ana Clara Ferreira, de Jacarezinho, no Paraná, participou da solenidade do Dia da Bandeira e recebeu um *notebook* como prêmio do presidente Garibaldi Alves. A escola dela recebeu quatro computadores.

Serviço busca avaliar a imagem do Congresso perante a opinião pública

Na Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop), o diálogo com a população é caminho de via-dupla: o serviço Alô Senado recebe as mensagens para os senadores por telefone ou via Internet, enquanto o DataSenado ouve a população sobre assuntos de repercussão nacional em discussão no Senado. Complementa a ação da Secretaria a Análise de Mídia, que produz relatórios

mensais para avaliar a evolução da opinião da imprensa sobre o Senado e o trabalho dos parlamentares.

Os diferentes serviços da Sepop proporcionam aos senadores informações estratégicas que retratam os efeitos das decisões da instituição junto à sociedade, tanto como manifestação espontânea ou estimulada da população, quanto pela análise da imprensa.

ROBERTO HOMEM



Em feira do livro, senador Sérgio Zambiasi (D) entrega edição do Jomal do Senado em braile

Gráfica publica de material oficial a obras literárias

Com 45 anos de existência, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a Gráfica do Senado, ofertou ao público, em 2008, inúmeras obras técnicas, históricas e literárias. A partir de orientação do Conselho Editorial da Casa, publicou 26 títulos, incluindo uma nova edição do Velho Senado, em comemoração aos 100 anos da morte de Machado de Assis. Foram impressos ainda 52 títulos em braile. A Gráfica é responsável por todas as publicações oficiais do Congresso.

PAULO LIMA



Exposição sobre a Abolição da Escravatura realizada em maio na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Biblioteca reúne mais de 200 mil obras, 60% de Direito

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho dispõe de um acervo de cerca de 200 mil livros, 11 mil obras de referência, 6.400 obras raras e 3.800 revistas e jornais, principalmente das áreas das Ciências Sociais – 60% das obras tratam de temas ligados ao Direito. A coleção do senador Luiz Viana Filho – patrono da biblioteca –, adquirida em 1997, destaca-se pelas obras valiosas sobre história e literatura brasileiras. Inclui um manuscrito inédito de Machado de Assis, o poema *O casamento do diabo*.

Prodasen reúne em portal informações dos três Poderes e do MP

Em 2008 entrou no ar o Portal LexML, com o objetivo de facilitar a recuperação das informações públicas distribuídas nas diversas instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal. O portal conclui o trabalho iniciado em 2000 na Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), com os estudos para o uso da linguagem de criação de bancos de dados XML com o objetivo de estruturar textos normativos.

Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal (SECS)

Informações do Legislativo para fortalecer a democracia

SECS | Núcleo de Criação e Marketing

AGÊNCIA SENADO | JORNAL DO SENADO | RÁDIO SENADO | TV SENADO
RELAÇÕES PÚBLICAS | PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA | PROJETOS ESPECIAIS

A SECS coordena uma ampla estrutura de comunicação, composta por TV, Rádio, Jornal, Agência de Notícia, Relações Públicas, Pesquisa e Opinião e, também, Projetos Especiais. O objetivo é levar aos cidadãos informações seguras sobre o processo legislativo, sobretudo aquele desenvolvido no âmbito do Senado Federal. Um jornalismo que tem a exata dimensão do interesse público.

Informações: 0800 612211.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP)

Há 45 anos imprimindo a história do Congresso Nacional com eficiência e qualidade.

SENADO
FEDERAL



Compromisso com a notícia e a democracia

O Jornal do Senado, com 12 anos de existência, circula todos os dias da semana, sempre veiculando fatos relacionados ao processo legislativo. Com independência, e especializado no Poder Legislativo, reflete com transparência o que ocorre no Plenário, nas comissões técnicas e em outras instâncias de decisão da Casa.

Apresenta-se com três projetos básicos – o diário, colorido, que circula de terça à sexta-feira; o semanal, em papel reciclado, distribuído às segundas-feiras e que segue para todo o país pelos Correios; e o Jornal em Braile, mensal. Também produz e edita encartes temáticos, cartilhas voltadas à prática cidadã e especiais na área do meio ambiente.

O jornal pode ser acessado pela internet: www.senado.gov.br/jornal. A distribuição é gratuita.

